



ACADEMIA MILITAR

COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR ENTRE PORTUGAL E MOÇAMBIQUE: PROJETOS EM CURSO E PERSPETIVAS FUTURAS

Autor: Aspirante Aluno de Artilharia Nelson Samuel Nhantumbo

Orientador: Major de Artilharia Helder Jorge Pinheiro Barreira

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, 22 de julho de 2013



ACADEMIA MILITAR

COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR ENTRE PORTUGAL E MOÇAMBIQUE: PROJETOS EM CURSO E PERSPETIVAS FUTURAS

Autor: Aspirante Aluno de Artilharia Nelson Samuel Nhantumbo

ORIENTADOR: Major de Artilharia Helder Jorge Pinheiro Barreira

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, 22 de julho de 2013

Dedicatória

Dedico à minha família, porque sem ela seria impossível chegar a esta fase.
Obrigado a todos os que direta e indiretamente me incentivaram e me inculcaram o espírito
lutador e o sentido do dever, mesmo em situações difíceis.
A todos, muito obrigado!

Agradecimentos

Para a realização deste trabalho contei com a ajuda, a compreensão e em particular com as contribuições de variadas entidades, sem as quais teria sido difícil atingir os objetivos inicialmente traçados. Desta forma, seria ingrato se não manifestasse e endereçasse um especial apreço a todas as entidades que de forma direta ou indireta contribuíram para a minha formação.

O meu especial agradecimento e reconhecimento ao meu orientador, Sr. Major Helder Jorge Pinheiro Barreira, pela disponibilidade manifestada e apoio prestado durante a realização do trabalho.

À Academia Militar, desde os docentes, oficiais, camaradas do curso, principalmente os do ano Vestibular, a todos os funcionários da Biblioteca, especialmente à Dona Paula, que ao longo dos anos tem oferecido o seu apoio a todos os alunos deste Estabelecimento de Ensino Superior Público Militar.

O meu especial reconhecimento pela forma pronta e dedicada como o Sr. Coronel José Cardoso Lourenço¹ e o Sr. Tenente-Coronel Batista² responderam às minhas solicitações, quando estavam em Moçambique numa fase prematura do trabalho, fornecendo-me o material necessário que me permitiu encetar a minha pesquisa.

À Direção do Curso de Artilharia, especialmente ao Sr. Tenente-Coronel Élio Santos, pelo apoio e incondicional disponibilidade que demonstrou durante o quarto ano do Curso de Artilharia, bem como durante o Tirocínio para Oficial de Artilharia.

Ao Sr. Tenente-Coronel Marques da Silva, Assessor Militar da Direção de Serviços de Cooperação Técnico-Militar na Direção-Geral de Política de Defesa Nacional, pelo apoio prestado durante a realização do meu trabalho.

Ao Major Mariano, pela sua disponibilidade e capacidade de síntese quando confrontado com as entrevistas. Foi importante contar com a sua visão, uma vez na

¹ Esteve Colocado em Maputo no âmbito da Cooperação técnico Militar no Núcleo de Apoio Técnico.

² Em 2011 e 2012 esteve a trabalhar em Maputo no âmbito da Cooperação técnico Militar no Núcleo de Apoio Técnico.

qualidade de adjunto do Diretor Técnico do projeto da Academia Militar Marechal Samora Machel.

Ao Sr. Coronel Carlos Paradona, Adido de Defesa da República de Moçambique em Portugal, pela disponibilidade em responder à entrevista, proporcionando desta forma informações úteis para a realização do trabalho.

Ao Exmo. Sr. Major-General Dias Coimbra, Comandante da Academia Militar, pela sua disponibilidade em responder de forma clara e objetiva às minhas solicitações, durante a fase das entrevistas.

Ao Exmo. Sr. Major-General Frazão, pela objetividade na entrevista e pelo total apoio prestado durante a sua visita a Portugal.

Ao Excelentíssimo Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas de Defesa de Moçambique Sr. General Paulino Macarrigue, pela compreensão e pela forma como encaminhou as minhas entrevistas para as entidades certas.

Ao Exmo. Sr. Major-General Jane, Comandante do Serviço Cívico de Moçambique e ex-Comandante da Academia Militar Marechal Samora Machel, pela clareza das respostas dadas para a realização deste trabalho.

Ao Exmo. Sr. Brigadeiro Aníbal e Brigadeiro Mataruca, pela forma como responderam ao conteúdo e encaminharem as minhas entrevistas.

Ao Comando da Academia Militar Marechal Samora Machel, Exmo. Sr. Brigadeiro Armindo Nhabinde, segundo Comandante desta instituição, pelo apoio e prestado nas respostas às entrevistas.

À professora Dr.^a Maria Teresa Almeida pelo apoio prestado durante a fase da revisão e correção deste trabalho.

Às minhas amigas Angélica Machiana e Carla Velema pela forma como me apoiaram nas correções deste trabalho.

Aos camaradas Hosten Yassine Aly, Laura Jaime Manusse, Hélio André Cossa, e João Lopes, por me terem acompanhado desde minha saída de Moçambique.

À Regina Trindade pelo companheirismo, compreensão e força durante esses anos da minha formação.

E, finalmente, endereço a minha eterna gratidão a Deus, que tem sido meu fiel protetor, por garantir a minha segurança através da sua mão forte desde que deixei para trás amigos e familiares, em Moçambique, em Janeiro de 2008: *“O meu Deus segundo as suas riquezas suprirá todas as minhas necessidades em glória por Cristo Jesus ”* (Filipenses 4:19)

“Os principais alicerces de todos os Estados, sejam eles novos, antigos ou mistos, são boas leis e boas armas. Não é possível ter boas leis sem boas armas e onde existem boas armas seguem-se inevitavelmente boas leis”.

(Maquiavel, séc. XVI)

Resumo

O presente Trabalho de Investigação Aplicada enquadra-se no âmbito da Cooperação Técnico-Militar entre Portugal e Moçambique, no quadro dos principais projetos em curso e perspetivas futuras desenvolvidos na Academia Militar Samora Machel.

Num mundo caracterizado e dominado pela complexidade de conflitos em todos aspetos da vida social, há necessidade de intensificar as relações no seio da comunidade internacional. O bem-estar é um dos assuntos mais abordados na sociedade atual, na medida em que está associado à Segurança e Defesa.

É nesta perspetiva da Segurança e Defesa que Portugal e Moçambique desenvolvem ações de Cooperação Técnico-Militar, com intuito de estreitar as relações e criar condições para o desenvolvimento das Forças Armadas de Defesa de Moçambique, através da formação de quadros capazes de fazer face as necessidades dentro e fora de Moçambique.

A atual crise financeira internacional, especialmente de Portugal, coloca algumas questões relacionadas com o desenvolvimento das relações de cooperação no domínio militar, entre o Exército Português e a Academia Militar Marechal Samora Machel. De modo que essas questões levantam algumas dúvidas ligadas à continuação dos futuros projetos no âmbito da Cooperação Técnico-Militar entre os dois países.

De forma a responder a estas questões segue-se uma metodologia baseada maioritariamente no Manual de Investigação em Ciências Sociais, de Quivy e Campenhoudt, de entre outras referências.

Este trabalho permite concluir que apesar das várias dificuldades que se apresentam a nível financeiro, a Cooperação Técnico-Militar continuará a ser uma aposta fundamental para os dois países, no caso específico da Academia Militar Samora e, de certa maneira, esta cooperação tenderá a expandir-se mais para os outros ramos das Forças Armadas de Defesa de Moçambique.

Palavras-Chave: Cooperação Técnico-Militar, Formação, Segurança, Defesa.

Abstract

The current Work of Investigation is fitted in the context of the Military-technical Cooperation between Portugal and Mozambique, within the main current projects and future perspectives developed in the Military Academy Samora Machel.

In a world characterized and dominated by the complexity of conflicts in all aspects of the social life, there is the need to intensify the relations in the heart of the international community. The well-being is one of the subjects most discussed in the current society, because it is associated to Security and Defense.

It is in this perspective of Security and Defense that Portugal and Mozambique develop actions of Military-technical Cooperation, with the intention of narrowing the relations and creating conditions for development of the Mozambique Armed Forces of defense, by training young people who will be able to deal with any issue inside and outside of Mozambique.

The current financial international crisis, especially in Portugal, puts some questions connected with the development of the relations of cooperation in the military power between the Portuguese Army and the Marshal Samora Machel Military Academy. These questions raise some doubts related to the future of the projects of the Military-Technically Cooperation between both countries.

In order to answer these questions was followed a methodology mostly based in the Manual of Investigation in social sciences described in the book of Quivy and Campenhoudt and in other references.

This study shows that despite the various difficulties that are present in the financially level, the Military-Technical Cooperation will continue to be a fundamental aim for the two countries, in the specific case of the Military Academy and Samora and, in a way, this cooperation will tend to expand to the other branches of the Mozambique Armed Forces of defense.

Keywords: Military-Technical Cooperation, Formation, Security, Defense

Índice Geral

Dedicatória	i
Agradecimentos	ii
Resumo	v
Abstract	vi
Índice Geral	vii
Índice de Figuras	ix
Índice de Tabelas	x
Lista de Apêndices	xi
Lista de Anexos	xii
Lista de Abreviaturas, Acrónimos e Siglas	xiii
Capítulo 1 Introdução	1
1.1. Introdução	1
1.2. Enquadramento da Investigação	2
1.3. Importância da investigação e justificação do tema	3
1.4. Objeto e objetivos da investigação	3
1.5. Delimitação do estudo	4
1.6. Metodologia	4
1.7. Estrutura do trabalho.....	7
Capítulo 2 Origens da Cooperação Técnico-Militar Luso-Moçambicana e participação das Forças Armadas de Defesa de Moçambique em África	8
2.1. Antecedentes históricos das relações entre Portugal e Moçambique	8
2.2. Os primeiros acordos e o surgimento da Cooperação Técnico-Militar Luso-Moçambicana.....	9
2.3. Objetivos da Cooperação Técnico-Militar Luso-Moçambicana.....	12

2.4. Principais áreas de Cooperação Portuguesa em Moçambique.....	13
2.5. Contributo das Forças Armadas Defesa de Moçambique para a Segurança e Defesa em África	14
2.6. Síntese conclusiva.....	21
Capítulo 3 Cooperação Técnico-Militar entre o Exército Português e a Academia Militar Marechal Samora Machel.....	22
3.1. Programas-Quadro e seus objetivos.....	23
3.2. Projeto da Academia Militar Marechal Samora Machel	24
3.3. Ponto de situação dos projetos realizados e em curso entre o Exército Português e Academia Militar Marechal Samora Machel.....	25
3.4. Síntese Conclusiva.....	26
Capítulo 4 Metodologia e Procedimentos	27
4.1 Metodologia de Abordagem ao problema e justificação	27
4.2 Técnicas, procedimentos e meios utilizados.....	27
4.3 Locais, data da pesquisa e recolha de dados	29
4.4 Amostragem: Composição e justificação	30
Capítulo 5 Apresentação, Estudo e Discussão dos Resultados	32
5.1. Entrevistas elaboradas	32
5.2. Análise das diferentes perspetivas sobre o projeto da Academia Militar Marechal Samora Machel	33
5.2.1. Perspetiva das Entidades portuguesas.....	33
5.2.2. Perspetivas das entidades moçambicanas	38
5.3. Síntese Conclusiva e discussão de resultados.....	46
Capítulo 6 Conclusões e Recomendações.....	48
6.1. Conclusões	48
6.2. Limitações da Investigação.....	51
6.3. Recomendações e desafios para futuras investigações	52
Bibliografia.....	1

Índice de Figuras

Figura 1 - Agenda da Componente de Segurança e Defesa da CPLP (1996 - 2006)	16
Figura 2 - Os Mecanismos de Defesa da CPLP.....	17
Figura 3 - Evolução dos órgãos da Componente de Defesa	18
Figura 4 - African Standby Force	20
Figura 5 - Funcionamento do Projeto 3	33

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Entrevistas feitas às Entidades Portuguesas	29
Tabela 2 - Entrevistas feitas às Entidades Moçambicanas	29

Lista de Apêndices

Apêndice A - Guião de Entrevista às Entidades Portuguesas	1
Apêndice B - Guião de Entrevista às Entidades Moçambicanas.....	3
Apêndice C - Entrevista Estruturada ao Tenente Coronel Marques da Silva.....	6
Apêndice D - Entrevista Estruturada ao Coronel Carlos Paradona	9
Apêndice E - Entrevista Estruturada ao Comandante da Academia Militar	15
Apêndice F - Entrevista Estruturada ao Major Roberto Mariano.....	18
Apêndice G - Entrevista Estruturada ao Exmo. Major-General Daniel Frazão	23
Apêndice H- Entrevista Estruturada ao Comando da Academia Militar Marechal Samora Machel	30
Apêndice I - Entrevista Estruturada ao Major-General Júlio Jane	34

Lista de Anexos

Anexo A – Etapas de Procedimento Científico	38
Anexo B - Acordo de Cooperação Técnica no Domínio Militar entre a República Portuguesa e a República de Moçambique.....	39

Lista de Abreviaturas, Acrónimos e Siglas

AGPM	Acordo Geral de Paz em Moçambique
AM	Academia Militar
AMMSM	Academia Militar Marechal Samora Machel
APD	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
ASF	<i>African Stand-by Force</i>
CAD	Comité de Ajuda ao Desenvolvimento
CEMGFA	Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas
CFFE	Centro de Formação de Forças Especiais
Cmdt	Comandante
CPC	Curso de Promoção a Capitão
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CPOG	Curso de Promoção a Oficial General
CTM	Cooperação Técnico-Militar
DGPDN	Direção-Geral de Política e Defesa Nacional
DT	Diretor Técnico
EASF	<i>East African Standby Force</i>
ECOWAS	<i>Economic Community Of West States</i>
EFN	Escola de Fuzileiros Navais
EPA	Escola Prática de Aviação
EME	Estado-Maior do Exército
EMGFA	Estado-Maior General das Forças Armadas
Eng.º	Engenheiro
ESFA	Escola de Sargentos das Forças Armadas
ESDFA	Escola Superior da Defesa e das Forças Armadas
ETR	Entidade Técnica Responsável
FA	Forças Armadas
FADM	Forças Armadas de Defesa de Moçambique
FAEA	Força Africana em Estado de Alerta

FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
Gab.CEME	Gabinete do Chefe do Estado-Maior do Exército
Hp.	Hipótese
HCB	Hidroelétrica de Cahora Bassa
IESM	Instituto de Estudos Superiores Militares
ISEDEF	Instituto Superior de Estudos de Defesa das Forças Armadas
MDN	Ministério de Defesa Nacional
MGEN	Major General
MOU	<i>Memorandum of Understanding</i>
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
NASF	<i>North African Standby Force</i>
NAT	Núcleo de Apoio Técnico
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ONU	Organização das Nações Unidas
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PIC	Programas Indicativos de Cooperação
PM	Polícia Militar
PQ	Programa-Quadro
QC	Questão Central
QD	Questão de Derivada
RENAMO	Resistência Nacional Moçambicana
SADC	<i>Southern African Development Community</i>
SADCBRIG	SADC Brigade
SASF	<i>South African Standby Force</i>
SSF	<i>SADC Standby Force</i>
UA	União Africana
UEM	Universidade Eduardo Mondlane
UMI	Unidades Móveis de Instrução

Capítulo 1

Introdução

1.1. Introdução

A Academia Militar (AM), como um Estabelecimento de Ensino Superior Público Militar, tem vindo ao longo dos anos da sua existência a dotar todos os seus alunos de conhecimentos técnicos e científicos em várias áreas do saber e, especialmente, de um conjunto diferenciado de valores éticos que caracterizam um oficial das Forças Armadas.

Os conhecimentos adquiridos, durante estes anos de formação permitem ousadamente escolher e desenvolver um tema de acordo com as exigências impostas por esta Instituição.

Uma vez terminado o percurso na AM, todos os formandos, tanto os alunos nacionais, como os alunos provenientes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), são chamados a desempenhar funções em diferentes áreas. Com o objetivo de criar uma melhor perceção do funcionamento das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM), nasce o desejo de se abordar uma temática relacionada com a *“Cooperação Técnico-Militar (CTM) entre o Portugal e Moçambique, projetos em curso e perspectivas futuras”*.

Este capítulo apresenta o enquadramento da pesquisa e justifica a pertinência do tema desta investigação. Ainda neste capítulo, é apresentada a estrutura da investigação e são enunciadas a questão central e as questões derivadas. Finalmente, são definidos os objetivos que se pretendem atingir nesta investigação.

De seguida, é apresentada a síntese de cada um dos Capítulos.

1.2. Enquadramento da Investigação

*“A Cooperação Técnico Militar (CTM) com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) desenvolve-se no quadro do Ministério da Defesa Nacional (MDN) e insere-se na Política Nacional de Cooperação”*³ (Marinha, 2010).

A cooperação consiste numa colaboração ou num intercâmbio entre duas ou mais entidades, podendo ser Estados, que trabalham em prol da consecução de um objetivo comum. A cooperação poderá ser analisada em cooperação bilateral e multilateral, sendo que a cooperação bilateral versa sobre os objetivos estratégicos de dois Estados, por forma a contribuírem para o estreitamento das relações entre esses Estados e satisfação dos objetivos específicos por eles traçados. A cooperação multilateral pressupõe a iniciativa de vários Estados com especial acuidade para realização dos seus objetivos comuns (MDN, 1999).

A instituição militar reveste-se de elevada importância, visto que nela são cultivados os mais nobres valores de uma sociedade. É neste âmbito que nos interessa debruçar-se acerca da CTM, tendo em conta que esta tem por objetivo a concretização dos objetivos militares traçados por dois ou mais Estados.

Considerando as recentes ligações culturais e linguísticas entre Portugal e os PALOP, especialmente com Moçambique, é necessário fazer-se a abordagem dos aspetos relacionados com a CTM entre os dois países, iniciada nos finais de 1980.

Com o intuito de obter um Exército mais profissionalizado e disponível para fazer face às ameaças da atualidade, Moçambique tem procurado absorver as experiências de outros Exércitos, bem constituídos, principalmente do Exército Português que tem sido “um motor de arranque” do Exército Moçambicano. É de salientar que, Portugal tem tido um papel preponderante para o levantamento institucional da Estrutura Superior das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM).

³ Retirado: fevereiro, 22, 2013, de <http://ema.marinha.pt/PT/actividade/cooperacao/Pages/CooperacaoTecnicoMilitar.aspx>

1.3. Importância da investigação e justificação do tema

Portugal exerce com os PALOP uma cooperação bilateral⁴ e multilateral⁵. Esta cooperação é, também, atualmente desenvolvida com Timor-Leste. (Paula, 2002). A CTM nem sempre foi tratada da mesma forma, dado que após a independência das colónias portuguesas em África, seguiu-se um período de grandes tensões, principalmente em Moçambique e Angola. Este período de conflitos, provocou uma intensa busca de um apoio externo, tendo em vista a promoção da paz no seio dos países africanos de língua portuguesa. Em Moçambique houve necessidade de pedir-se auxílio a Portugal e a outros países, como se verificará mais adiante.

O apoio Português continua a ser aquele que mais se evidencia em Moçambique, por razões associadas à tentativa de levantamento e desenvolvimento tanto da economia moçambicana, como também das FADM.

Para o levantamento das estruturas militares e das próprias FADM, foi necessária a criação de vários projetos materializados por Programas-Quadro (PQ), que, têm por objetivo responder aos vários projetos traçados durante os diferentes anos de cooperação.

É pertinente aprofundar-se o tema, no sentido de procurar-se abordar as principais linhas de desenvolvimento da CTM entre Portugal e Moçambique.

O tema em causa visa analisar os principais projetos efetuados a nível da Academia Militar Marechal Samora Machel (AMMSM), bem como analisar as principais linhas de evolução e, por fim, fazer uma pequena reflexão do que pode ser melhorado a esse nível.

1.4. Objeto e objetivos da investigação

São várias as etapas percorridas até chegar-se ao objetivo final desta investigação que consiste em identificar as principais linhas de evolução no âmbito da CTM entre o Exército Português e a AMMSM. Desta forma, é importante fazer-se o estudo e análise dos

⁴ A execução e desenvolvimento das relações com os PALOP e Timor-Leste assentam não só em termos históricos, linguísticos ou culturais, como também em objetivos que visam a consolidação e reforço das ações no seio da CPLP. Retirado: março, 26, 2013, http://janusonline.pt/2002/2002_3_3_6.html.

⁵ A cooperação ao nível multilateral com os PALOP e Timor-Leste é uma forma de potenciar a influência de Portugal a nível internacional por forma a alargar a sua intervenção no âmbito da política de ajuda internacional ao desenvolvimento. Retirado: março, 26, 2013, de http://janusonline.pt/2002/2002_3_3_6.html.

vários PQ ou projetos realizados, dos que estão em curso, bem como dos que se avizinham decorrentes das várias conversações de ambos os países.

Como objetivos específicos procura-se:

- Analisar as várias áreas da CTM entre o Exército Português e a AMMSM e, detetar algumas áreas que no âmbito dessa cooperação necessitem de mais intervenção por parte do Exército Português;
- Verificar, no seguimento do ponto anterior, as áreas na AMMSM que já não têm necessidade do apoio por parte do Exército Português;
- Verificar possíveis ajustamentos do atual PQ face às necessidades das FADM.

Na tentativa de atingir os objetivos estipulados, recorre-se à pesquisa de bibliografia, sítios da internet, revistas, bem como Relatórios Anuais de Atividade da CTM dos dois países. Por fim, são realizadas várias entrevistas a entidades com comprovado conhecimento desta temática.

1.5. Delimitação do estudo

A cooperação por si só pode ser vista e analisada sobre várias perspetivas e, entretanto, por ser uma matéria pluridisciplinar e de maior abrangência, propõe-se assim privilegiar a abordagem da cooperação sob a perspetiva estritamente militar, não se estendendo a áreas do domínio das FADM mas, apenas, no ramo do Exército, no caso específico da AMMSM.

1.6. Metodologia

Neste subcapítulo far-se-á a menção da Metodologia empregue de forma mais abrangente, uma vez que o Capítulo 4, Metodologia e Procedimentos, aborda especificamente a Metodologia aplicada durante a realização do trabalho de campo. Assim, Metodologia é explicada em duas fases.

Dos vários métodos utilizados para fazer uma investigação científica, optou-se pelo método hipotético-dedutivo⁶. Segundo Karl R. Popper, “*este método parte de um problema, ao qual se oferece uma espécie de solução provisória, para depois criar-se uma solução, com vista a eliminação do erro*” (apud in Lakartos e Marconi, 2003, p. 95).

Numa primeira fase da investigação, neste caso exploratória, fez-se o estudo de revistas publicadas, livros, trabalhos realizados, sítios de internet, bem como em Relatórios da CTM com os PALOP.

Com o intuito de se atingir os objetivos estipulados, são percorridos certos patamares que Quivy e Campenhoudt designam por etapas de procedimento científico⁷. O procedimento científico é composto por três atos e sete etapas que devem acompanhar de uma forma lógica a realização de um trabalho de carácter científico (Quivy e Campenhoudt, 1992).

A rotura corresponde ao primeiro dos três atos da investigação que, por sua vez, visa “*romper com os preconceitos e as falsas evidências, que somente nos dão a ilusão de compreender as coisas*” (Quivy e Campenhoudt, 1992, p. 25). Este ato compõe três etapas, sendo que, a primeira etapa é referente à escolha de uma Questão Central (QC) ou pergunta de partida, a segunda etapa referente à exploração e a terceira etapa corresponde à problemática.

Uma investigação pressupõe “*caminhar para um melhor conhecimento...*” (Quivy e Campenhoudt, 1992, p. 29). Na tentativa de se dar fundamento à investigação levantou-se a seguinte QC que norteou a pesquisa: “**Quais são as principais linhas de evolução que se perspetivam no âmbito da CTM entre o Exército Português e a AMMSM?**”

Esta pergunta serviu de fio condutor para poder dar-se uma resposta adequada à problemática⁸ da investigação. Finda a esta etapa, segue-se a exploração. Esta etapa implica tempo dedicado a muita leitura de forma a inteirar-se mais sobre o assunto em causa. Posteriormente passou-se à etapa de construção do modelo de análise, na medida em que, marca “*o prolongamento natural da problemática, articulando de forma operacional os marcos e as pistas que serão finalmente retidos para orientar o trabalho de observação e de análise*” (Quivy e Campenhoudt, 1992, p. 151).

⁶ Hipotético – dedutivo foi proposto por Popper que consiste em formulação de hipóteses.

⁷ Ver Anexo A – Etapas de Procedimento Científico.

⁸ A problemática engloba três momentos, consistindo o primeiro em “*identificar e descrever as diferentes abordagens do problema e, por outro, em detetar as ligações e oposições que existem entre elas*”, o segundo momento trata-se de “*conceder uma nova problemática*”. Por fim, encontramos o terceiro momento, no qual se “*explicar a nossa problemática*” (Quivy e Campenhoudt, 1992, p. 103-105).

A partir da observação e análise, construíram-se as Questões Derivadas (QD) que, a semelhança da QC, serão respondidas ao longo da investigação. Recorde-se que, as QD conduzem à satisfação da QC que foi feita durante a primeira etapa da fase de rotura. Sendo assim, propõem-se as seguintes QD:

- QD1** – Qual é o grau de satisfação obtido no apoio da CTM entre o Exército Português e a AMMSM?
- QD2** – Será que existe necessidade de evolução da CTM entre o Exército Português e AMMSM em outras áreas?
- QD3** – Existem Programas-Quadro com necessidade de ajustamento face a atual realidade da CTM entre os dois países, caso específico da AMMSM?

Quivy e Campenhoudt (1992, p. 136) afirmam que “*não há observação ou experimentação que não assente em hipóteses (...) quando não são explicitamente contruídas, conduzem a um beco sem saída*” daí que, para a validação das QD colocaram-se algumas hipóteses (Hp), que são proposições e suposições que serão verificadas durante a fase da observação⁹:

- Hp1** - O apoio da CTM entre o Exército Português e a AMMSM tem registado um elevado grau de satisfação, correspondendo às expectativas entre ambos os países.
- Hp2** - Verifica-se uma necessidade de criação de novas áreas no âmbito da CTM.
- Hp3** - Os Programas-Quadro encontram-se atualizados e ajustados à atual realidade da CTM.

Tendo em conta a satisfação dos objetivos da investigação, confirmação das Hp, resposta às QD e consequentemente resposta à QC, seguir-se-á para o terceiro ato do procedimento científico que corresponde à quinta etapa - observação.

⁹ “A observação engloba o conjunto das observações através das quais o modelo de análise (constituído por hipóteses e por conceitos) é submetido ao teste dos factos e confrontado com dados observáveis” Quivy e Campenhoudt (1995, p. 157).

Terminada a fase da observação, segue-se a sexta etapa – que corresponde à análise das informações através de entrevistas e dos relatórios, nos quais foram retirados os aspetos mais relevantes de cada situação analisada.

Por fim, é estabelecida a sétima etapa, que corresponde às conclusões. É nesta etapa que será feita a verificação das Hp, serão respondidas as QD e, por conseguinte, será dada resposta à QC.

1.7. Estrutura do trabalho

O trabalho em causa obedece à “*Norma para a redação do Relatório Científico Final*” proposto pelo Anexo F na NEP 520/DE/30JUN11/AM (2011).

Depois da estruturação da QC e das QD que apontam para a temática em causa, procurou-se desenvolver um raciocínio lógico materializado em cinco capítulos.

O Capítulo 1 corresponde à introdução.

O Capítulo 2 faz referência às origens da CTM Luso-Moçambicana e do papel das FADM em África, destacando os fatores e acordos que estão na origem da cooperação. Este Capítulo termina com uma análise voltada para os principais objetivos da CTM entre os dois Países.

O Capítulo 3 apresenta a CTM entre o Exército Português e a AMMSM fazendo alusão aos principais projetos desenvolvidos, bem como os que estão em vigor na AMMSM.

O Capítulo 4 aborda a Metodologia e Procedimentos. É nesta fase que se aborda a parte prática desta pesquisa. Assim, são destacadas todas as ações levadas a cabo com vista a dar solução à problemática da investigação.

O Capítulo 5 é dedicado a análise e discussão dos resultados. Neste capítulo serão analisadas as entrevistas que irão contribuir para a solução do problema previamente proposto.

O Capítulo 6 é reservado a Conclusões e Recomendações. Será no decorrer deste Capítulo que serão verificadas as Hp., decorrentes das QD e dar-se-á também resposta à QC levantada no início da investigação. Far-se-á ainda a menção das limitações/dificuldades encontradas durante o trabalho, bem como algumas propostas para próximas investigações.

Capítulo 2

Origens da Cooperação Técnico-Militar Luso-Moçambicana e participação das Forças Armadas de Defesa de Moçambique em África

“De todas as formas de cooperação, aquela que têm assumido maior destaque, principalmente com os PALOP e no seio da CPLP, é efetivamente a Cooperação Técnico-Militar” (Bernardino, 2007)¹⁰

2.1. Antecedentes históricos das relações entre Portugal e Moçambique

Portugal mantém relações culturais e históricas com os PALOP que se prolongam já há muitos anos. Estas relações fazem-nos viajar no tempo em que Portugal possuía várias províncias ultramarinas em África, das quais Moçambique fazia parte. As primeiras bases históricas das relações entre Portugal e Moçambique começaram aquando da chegada de Vasco da Gama ao território Moçambicano em 1498 (Gonçalves, 2000).

Esteve sempre presente no seio do governo Português a necessidade de apoiar as suas ex-colónias, tanto a nível financeiro como a nível humano, com vista ao seu desenvolvimento (Santos, 1997).

As relações entre Moçambique e Portugal nem sempre foram estáveis. Depois da independência de Moçambique¹¹, a 25 de junho de 1975, houve um repentino abandono do território moçambicano por parte dos portugueses, uma vez que a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) assumiu o total controlo do território moçambicano (Embaixada de Moçambique, 2013)¹².

¹⁰ Retirado: março, 10, 2013, de http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=216.

¹¹ A proclamação da independência antecedeu a assinatura dos Acordos de Lusaka a 07 de Setembro de 1974 entre a FRELIMO e o Governo Português, altura em que foi criado um governo de transição constituído pelos representantes das duas facções. Retirado: março, 10, 2013, de <http://www.ces.uc.pt/emancipa/gen/mozambique.html>.

¹² Retirado: março, 10, 2013, de <http://www.embassymozambique.se/us/>.

Após a independência, Moçambique volta a mergulhar num conflito. Desta vez uma guerra civil que durou 16 anos, entre a FRELIMO e a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO)¹³. Foi nesta fase que Portugal viu as relações com Moçambique cada vez mais difíceis e muito mais complicada a possibilidade de Portugal voltar a Moçambique, visto que a FRELIMO estabeleceu as ligações com antiga União Soviética e com a Alemanha oriental em detrimento de Portugal¹⁴.

Os dois países continuaram à procura de uma reconciliação mais sólida, e assim sendo, as relações entre os dois países foram ganhando cada vez mais êxito. Estas relações materializam-se, numa primeira fase, pelo aumento do investimento Português em Moçambique, como é o caso de grande parte das ações da Hidroelétrica de Cahora Bassa (HCB)¹⁵ que Portugal possuía, e depois pela deslocação de professores portugueses para apoiar o ensino em Moçambique na Universidade Eduardo Mondlane (UEM)¹⁶.

2.2. Os primeiros acordos e o surgimento da Cooperação Técnico-Militar Luso-Moçambicana

O facto de os PALOP partilharem a mesma língua com Portugal foi um aspeto influenciador e muito decisivo para criação de fortes relações bilaterais. Este aspeto levou a que fossem assinados vários acordos de cooperação entre os países PALOP e o governo Português. É importante referir que os primeiros passos na CTM entre Portugal e os PALOP não se esgotaram num domínio essencialmente militar, mas também, noutras áreas de bastante interesse, como por exemplo na área económica através da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) (Duarte, 2011).

Os primeiros pedidos de Cooperação no Domínio Militar, por parte dos PALOP, surgiram nos anos 80 e fortaleceram-se a partir de 1985, de tal forma que os laços históricos entre esses países começaram a ganhar uma visão muito mais significativa. Como consequência direta da convergência das relações entre estes, foram assinados os

¹³ RENAMO é o segundo maior partido da oposição, liderado por Afonso Dlakhama. Travou uma guerra civil com a FRELIMO pouco tempo depois da independência até 1992. “*Nos seus ataques a RENAMO tinha como objetivo atingir bens económicos, escolas hospitais, vias de comunicação e tudo o que representasse o Estado Moçambicano.*” (Bouene, 2005, p.77).

¹⁴ Retirado: março, 10, 2013, de <http://www.ces.uc.pt/emancipa/gen/mozambique.html>.

¹⁵ A barragem de Cahora Bassa é um dos grandes patrimónios construídos em Moçambique por Portugal durante a era colonial. Em 2012, Portugal vendeu a Moçambique os últimos 15% das ações que possuía na HCB.

¹⁶ Retirado: março, 12, 2013, de <http://mzpt.no.sapo.pt/rel1.htm>.

Acordos de Cooperação no Domínio Técnico-Militar envolvendo, Cabo Verde em junho, Moçambique e São Tomé e Príncipe em dezembro de 1988¹⁷. Em janeiro do ano seguinte eram estabelecidos os mesmos Acordos com a Guiné- Bissau (MDN, 1997).

Após a entrada em vigor do Decreto Regulamentar nº 32/89, de 27 de outubro¹⁸ foi criada a Direção Geral de Política e Defesa Nacional¹⁹ (DGPDN). Importa salientar que, com a criação da DGPDN, os acordos anteriormente referidos passaram de Acordos de Cooperação no Domínio Técnico Militar para CTM (MDN, 1997).

Para uma melhor perceção das relações entre Portugal e os países PALOP, o Sr. General Gonçalves Ribeiro faz a abordagem em 3 fases distintas: a primeira está relacionada com a fase de Pacificação das relações PALOP/PORTUGAL (1978-1989); a segunda diz respeito à fase de Consolidação da CTM (1990 - 1994); e, por último, a fase de Sustentação (a partir de 1995), tendo em consideração que a última fase se prolonga até aos dias de hoje (*apud in* Junqueira & Pires, 2009).

Verifica-se que as fases anteriormente descritas envolvem o desenvolvimento da CTM, desde a assinatura dos primeiros Acordos de Cooperação até a atualidade. Apesar de estas constituírem um elo de ligação e desenvolvimento da CTM com os PALOP de uma forma contínua, serão analisadas de forma individual e generalizada.

A fase da Pacificação, também chamada de fase preparatória, inclui os primeiros pedidos de cooperação militar feitos pelos PALOP a Portugal em 1978, como foi referido anteriormente. Esta fase começou a ser concretizada em 1985 com a intensificação dos pedidos de cooperação, dado que em 1978 os projetos e objetivos a desenvolver no seio dos PALOP ainda não estavam cabalmente estruturados e estabelecidos. É nesta fase que entra em vigor o “*Estatuto dos Militares dos PALOP durante a frequência de Cursos ou Estágios nas Unidades, Estabelecimentos ou Órgãos das Forças Armadas Portuguesas*”²⁰ (Junqueira & Pires, 2009, p 16).

Concluída a primeira fase, foi feito o:

¹⁷ O Acordo de Cooperação Técnica de Domínio Militar com Moçambique foi visto e aprovado pelo então Primeiro-ministro Português Aníbal Cavaco Silva e assinado pelo então Presidente da República Portuguesa Mário Soares e, publicado em Diário da República Nº158-11-7-1990 do Decreto nº27/90 de 11 de julho.

¹⁸ Este Decreto “*estabeleceu as atribuições, competências genéricas e específicas dos órgãos e serviços do Ministério da Defesa Nacional*”

¹⁹ A DGPDN é responsável por grande parte dos assuntos relacionados com a Política da CTM. Para a consecução dos objetivos traçados, no âmbito da CTM, a DGPDN conta com o apoio dos Adidos de Defesa.

²⁰ Despacho do MDN de 26 de março de 1990.

Primeiro balanço da implementação do novo modelo e da metodologia da execução da CTM, constatando-se a capacidade de intervenção em Cabo Verde, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe, materializada em alguns projetos com manifesta visibilidade, em contraste com a, na altura, ainda frágil intervenção em Moçambique e em Angola. É também neste ano que começam os estudos por forma a inserir a contribuição da CTM portuguesa com os PALOP no volume da APD prestada por Portugal na qualidade de membro do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE) (Junqueira & Pires, 2009, p 17).

A fase da Consolidação teve o seu ponto de partida em 1991. É durante esta fase, mais concretamente em 1992, que ocorre uma reorganização das Forças Armadas (FA) portuguesas através do decreto – lei nº 47/ 93 em 26 de fevereiro. Com a entrada em vigor do mesmo, assistiu-se a uma redefinição da missão da DGPDN, bem como à reestruturação das FA e em particular do Exército. O Decreto Regulamentar nº. 42/94, de 02 de setembro, cria a Secção da Cooperação Militar e Alianças, ao nível do Gabinete do CEME (Gab.CEME), que tem por objetivo o estudo, planeamento e a coordenação das ações da CTM (Junqueira & Pires, 2009).

Foi no decorrer desta fase que Portugal participou, na posição de observador, nas negociações para assinatura dos Acordos de Paz entre a FRELIMO e RENAMO. Assim sendo, *“A 04 de Outubro de 1992, o Acordo Geral de Paz em Moçambique (AGPM) foi assinado, em Roma, sendo constituído por 7 Protocolos, dos quais o Quarto (IV) é dedicado à regulamentação das questões militares, nomeadamente das FADM”* (Junqueira & Pires, 2009, p 19).

A partir de 1993 começaram a intensificar-se as relações entre Portugal e Moçambique e, como consequência, foram difundidos vários decretos de natureza jurídica, administrativa e financeira, sendo que um dos decretos visava a participação dos militares portugueses no decurso de execução do AGPM²¹, e em outro definia a necessidade de pessoal português para contribuir na formação conjunta das FADM²². Por fim, destaca-se o decreto – lei que confere à DGPDN e ao Estado-Maior General das Forças Armadas (EMGFA), a execução e desenvolvimento dos projetos da CTM entre Portugal e Moçambique²³ (Junqueira & Pires, 2009).

²¹ Despacho Conjunto A-14/93-XII/MDN, MF, MNE, de 24 de Março de 1993

²² Despacho Conjunto MDN/MNE, de 10 de Março de 1993

²³ Despacho nº. 67/ MDN/ 93, de 21 de Junho

A fase da Sustentação está mais ligada ao desenvolvimento de todos aspetos previamente definidos nas duas primeiras fases, bem como na apresentação dos resultados obtidos dos programas de formação das forças especiais em Moçambique. Importa realçar que o ano de 2005 foi marcante para Moçambique devido a assinatura dos novos PQ²⁴ (Junqueira & Pires, 2009).

Atualmente está em vigor o novo Acordo de Cooperação entre a República Portuguesa e a República de Moçambique no Domínio Militar, aprovado e assinado pelo atual Ministro de Defesa Nacional de Portugal, Dr. José Aguiar Branco, e o Ministro de Defesa Nacional de Moçambique, Eng.º Felipe Jacinto Nyusi. Este Acordo de Cooperação entrou em vigor em 2012 em substituição do antigo Acordo de 1998, anteriormente referido.²⁵

2.3. Objetivos da Cooperação Técnico-Militar Luso-Moçambicana

A CTM pauta-se por princípios básicos dos quais se destacam a *promoção da Paz e a solução dos conflitos pela via de diálogo e a inserção gradual dos países em via de desenvolvimento (PVD) na economia mundial.* (Alves 1994/95, p.19).

Desde a fase da consolidação à fase da sustentação, a CTM entre Portugal e os PALOP tem sido uma mais-valia para os Exércitos dos países de expressão portuguesa em África. Entretanto, o papel de Portugal nesses países passa pelo melhoramento da estrutura socioeconómica, pela modernização e pelo ajustamento das FA, por forma a conferir-lhes capacidade de defesa da própria soberania (Santos, 1997).

No quadro geral da CTM, é do interesse de Portugal a obtenção e/ou a satisfação de todos os objetivos Permanentes, Políticos e Estratégicos assim traçados. Segundo Junqueira e Pires esses objetivos assentam em:

- Afirmar a presença de Portugal no Mundo pela participação ativa das Forças Armadas Portuguesas na sustentação da Política Externa do Estado, especialmente com os Países de Língua Portuguesa para o Apoio ao Desenvolvimento;

²⁴ Os PQ são negociados e aprovados a nível bilateral. A reunião com vista a essas negociações tem lugar de 3 em 3 anos no quadro do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE). Neste sentido, o último PQ aprovado entre os dois países é de 2010 e corresponde ao Quadriénio 2010-2013 (Duarte, 2011)

²⁵ Ver Anexo A – Acordo de Cooperação Técnico Militar entre a República Portuguesa e a República de Moçambique.

- Contribuir para o estreitamento da Cooperação no Mundo Lusófono e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa em especial, reforçando os laços culturais, históricos e económicos com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e com Timor-Leste (TL), vulgarizando uso da língua portuguesa e projetando a visão humanista da Lusofonia;
- Contribuir para a segurança e a estabilidade interna dos PALOP e de Timor-Leste, através da formação de Forças Armadas apartidárias, subordinadas ao poder político e totalmente inseridas no quadro próprio de regimes democráticos (*Apud* MDN, 1999b, p.140).

Como já foi referido, as relações de cooperação entre Portugal e Moçambique vêm-se desenvolvendo numa base histórica comum e, também, em “*competências técnicas específicas e em áreas fundamentais para o desenvolvimento*”, pelo que a cooperação Luso-Moçambicana tem vindo a desenvolver-se tanto num contexto bilateral²⁶ como num contexto multilateral²⁷ (Instituto Camões, 2013).

2.4. Principais áreas de Cooperação Portuguesa em Moçambique

A Cooperação desenvolvida por Portugal a nível dos países PALOP está plasmada na política externa Portuguesa. De acordo com o Dec. Lei nº 154-A/2009 de 07 de julho de 2009, faz parte da missão das Forças Armadas portuguesas “*Executar as ações de cooperação técnico-militar, no quadro das políticas nacionais de cooperação; Assegurar a condução das atividades de cooperação técnico-militar nos projetos em que sejam constituídos como entidades primariamente responsáveis, conforme respetivos programas quadro coordenados pela DGPDN*”.

Neste vasto leque de tarefas e missões do Exército Português, estão patentes os PQ ou simplesmente projetos²⁸ definidos pelos intervenientes na política da CTM.

A assinatura dos primeiros PQ entre Portugal e cada um dos países africanos de expressão Portuguesa verificou-se a 01 e 26 de outubro de 1990, com a Guiné-Bissau e

²⁶ Através de Programas Indicativos de Cooperação (PIC) contidos nos programas e projetos que anualmente são projetados com a colaboração dos ministérios sectoriais, autarquias e a sociedade civil

²⁷ Em articulação com outros parceiros de cooperação, nos quais se incluem os programas da União Europeia.

²⁸ A abordagem aos Programas-Quadro será feita ainda no decorrer do trabalho.

Cabo Verde, respetivamente. A 13 de dezembro do mesmo ano o PQ abrange a República de Moçambique. Em junho do ano seguinte o PQ alarga-se a São Tomé e Príncipe e, mais tarde, em outubro de 1996, o PQ estende-se à República de Angola. Recentemente, em 2005, foi assinado o PQ com Timor-Leste. (Duarte, 2011)

Desta forma os países acima referidos perfazem um total de seis países abrangidos pelo quadro da política externa portuguesa, no âmbito da CTM. Os principais componentes que norteiam a execução técnica dos projetos desenvolvidos no seio dos PALOP traduzem-se na “*Formação do Pessoal; Prestação de Serviços; Recuperação de Infraestruturas; Fornecimento de Material e Transporte de Pessoal e Material*” (MDN, 1997, p30). A “Formação e Treino de Pessoal”²⁹ é a área mais essencial e primordial de todos os PQ desenvolvidos no seio dos PALOP. Uma vez que a Formação é o fator preponderante para o desenvolvimento, importa referir que uma parte da formação técnica é realizada em Portugal desde o início da CTM (Duarte 2011).

Para além da formação dada em Portugal em várias escolas de Ensino Militar, Moçambique conta com 12 Projetos³⁰ e um Extra Programa-Quadro, designado por Núcleo de Apoio Técnico (NAT). Estes projetos são referentes ao último programa quadro aprovado em 2010-2013³¹ entre os dois países (MDN, 2010).

2.5. Contributo das Forças Armadas Defesa de Moçambique para a Segurança e Defesa em África

As FADM têm por missão de:

Defender os interesses vitais do país contra as formas de ameaça ou agressão; Garantir a integridade do território nacional a soberania, a liberdade dos cidadãos e a segurança dos meios de desenvolvimento da Nação. Possui ainda outra tarefa de caris

²⁹ Esta formação pode ser feita em três níveis: local, deslocação de Unidades Móveis de Instrução (UMI) e em Portugal (MDN-DGPDN, 1997).

³⁰ 12 Projetos por esta ordem: Escola Superior da Defesa e das Forças Armadas (ESDFA), AMMSM, Polícia Militar (PM), Centro de Formação de Forças Especiais (CEFE), Escola de Sargentos das Forças Armadas de Moçambique (ESFAM), Comunicações Militares (CM), Engenharia Militar, Formação em Portugal. Programa-Quadro para o Quadriénio (2010-2013) aprovado em Março de 2010.

³¹ Programa-Quadro para o Quadriénio (2010-2013) aprovado em Março de 2010. Os PQ são negociados e aprovados a nível bilateral. A reunião com vista a essas negociações tem lugar de três em três anos no quadro do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE). (Duarte, 2011).

regional; Contribuir para a defesa e segurança da região e do continente, apoiando as ações de prevenção e de resolução de conflitos (FADM, 2011).

Monteiro (1997, p. 20) afirma que “*nenhum país tem capacidade de, por si só, resolver os problemas com que se defronta*”, pelo que é crucial que haja uma integração de todos países num sistema ou numa comunidade. Moçambique para além de ser membro de várias sociedades económicas em África, entre as quais se destaca a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC)³² e a Commonwealth³³, integra-se também na Comunidade dos Países de Língua oficial Portuguesa (CPLP) e na UA que consiste num sistema de Segurança e Defesa em África.

No âmbito da CPLP, importa salientar que inicialmente esta comunidade não foi criada para a vertente da Segurança e Defesa. Todavia, passou obrigatoriamente a incluir essas duas vertentes pois “*sem segurança não pode haver desenvolvimento e sem desenvolvimento não há segurança*” (Bernardino, 2008, p. 13).

A necessidade de Segurança e Defesa levou a constantes reuniões com os órgãos específicos nessa matéria (Figura 1).

³² Sigla inglesa de “*Southern African Development Community*” (SADC) que integra 15 Estados Membros, dos quais fazem parte Moçambique e Angola. Foi fundada em Agosto de 1992 durante a cimeira realizada em Windhoek, capital da Namíbia. Retirado: fevereiro, 23, 2013, de <http://www.sadc.int/>.

³³ É uma organização política, económica e cultural e é constituída por 48 países ex-colónias britânicas. Foi constituída em 1926 e tem a sede em Londres. Moçambique faz parte desta organização desde 1996. Moçambique aderiu à Commonwealth por dois motivos: um dos primeiros motivos, segundo Monteiro (1997), está relacionado com facto de este país estar rodeado de países de expressão inglesa; e o outro motivo está relacionado com a necessidade de este país procurar ajuda externa de forma a resolver os problemas de desenvolvimento. Retirado: fevereiro, 23, 2013, de <http://www.sadc.int/>.

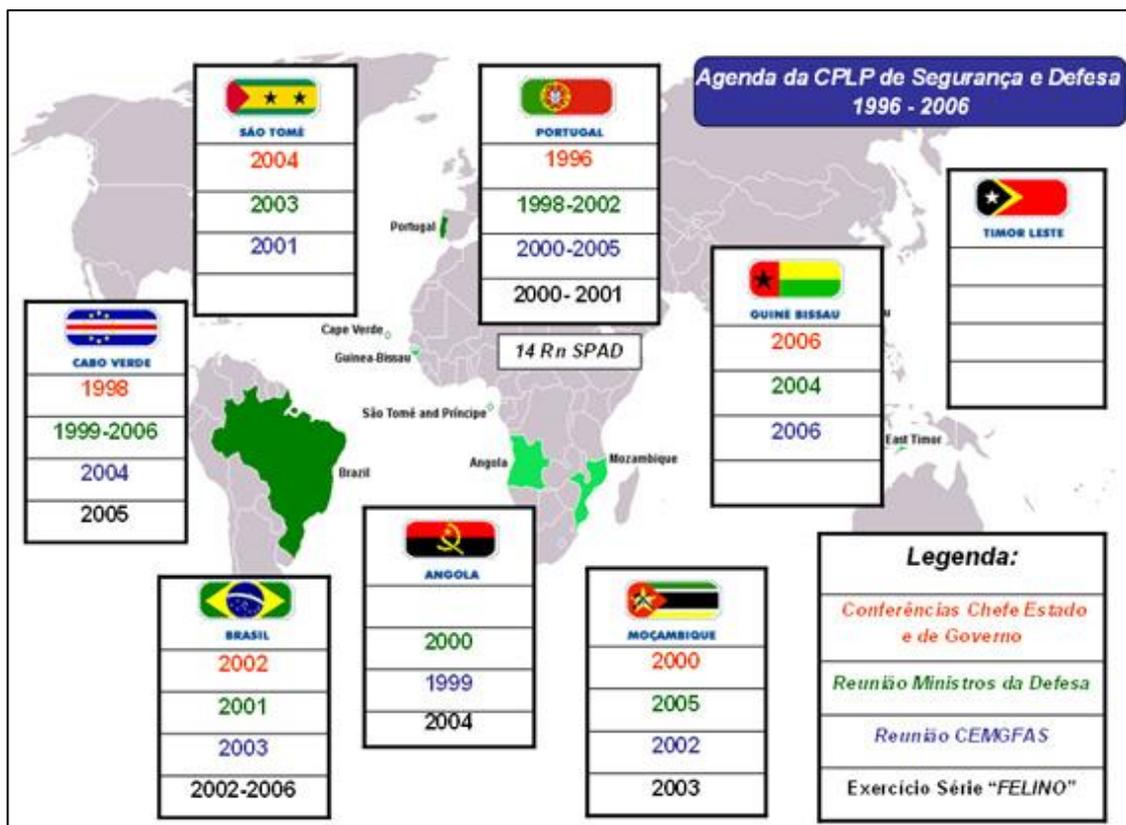


Figura 1 - Agenda da Componente de Segurança e Defesa da CPLP (1996 - 2006)

Fonte: Bernardino (2008, p.183)

Esta agenda tem sido crucial e é, de certa forma, um dos eventos mais importantes que são realizados pela comunidade. A última reunião realizada em Bissau, em 2006, permitiu a CPLP ter outra dimensão, tanto a nível internacional como também na sua presença e importância em África (Bernardino, 2008).

A CPLP marca uma presença forte no mundo, conjugando a língua a cultura e os laços históricos dos oito países de língua portuguesa espalhados pelo mundo. Neste sentido, a CPLP contribui, através dos seus mecanismos (Figura 2), para a Segurança e Defesa dos países membros da comunidade e tem grande influência para a consolidação das alianças entre os países membros. (Bernardino, 2008).

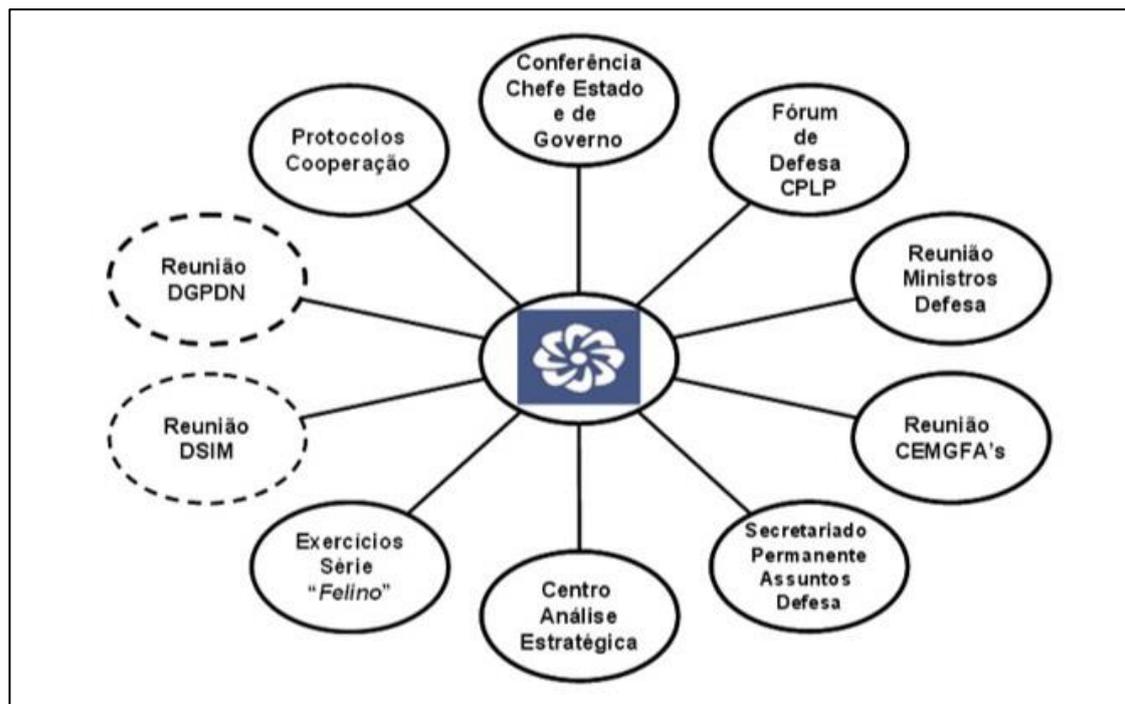


Figura 2 - Os Mecanismos de Defesa da CPLP

Fonte: Bernardino (2008, p.186)

O mecanismo de defesa da CPLP é o pilar basilar que operacionaliza toda estrutura e funcionamento dos órgãos dentro da comunidade, por forma a contribuir para evolução da mesma.

A componente de Defesa da CPLP só é possível graças às reuniões anuais levadas a cabo pelos Chefes de Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA) e pelos Ministros da Defesa dos países membros (Figura 3). Importa referir que em setembro de 2006 a CPLP teve a reunião mais importante da sua história, na qual foi aprovado o Protocolo de Cooperação dos Países de Língua Portuguesa no Domínio da Defesa (Bernardino, 2008).



Figura 3 - Evolução dos órgãos da Componente de Defesa

Fonte: Bernardino (2008, p.185)

Moçambique, através das FADM, participa ativamente desde o ano 2000 em todas atividades que visam a Segurança e a Defesa da região da África Austral, bem como da CPLP (FADM, 2013). Moçambique integra-se na componente de Segurança e Defesa da CPLP através da participação nos exercícios da série *Felino*³⁴. Os exercícios Conjuntos e Combinados da série *Felino* são realizados na sequência da 5ª Reunião dos Ministros de

³⁴ São realizados anualmente após as diretivas dos CEMGFA e dos Ministros de Defesa. Estes exercícios têm por objetivo a consolidação de procedimentos bem como a aquisição da mesma doutrina a nível operacional. (Bernardino, 2008). De uma forma mais abrangente, estes exercícios tem por objetivos “*Treinar o planeamento e o controlo de Operações de Apoio à Paz e de Ajuda Humanitária, no quadro da atuação de resposta a uma situação crise ou guerra não convencional, por parte das Forças Armadas dos estados membros da CPLP*” bem como “*Organizar e exercitar o comando de uma força multinacional; Estabelecer e manter; Estabelecer e harmonizar conceitos, terminologia e documentação de natureza doutrinária, conjunta e combinada, de forma a alcançar uma uniformidade de procedimentos no seio das operações militares que vierem a ser conduzidas pela CPLP*” e por fim “*Testar os procedimentos de Comando e Controlo das Operações*” (Junqueira & Pires, 2009, pp. 172, 175).

Defesa realizada em Lisboa, em 2002, com objetivo de constituir um “*Batalhão Lusófono*” (Bernardino, 2008).

Além da participação nestes exercícios *Felino*, as FADM fazem implementação dos protocolos assinados no âmbito da cooperação entre os estados membros através da formação de quadros militares, com vista a contribuir para o fortalecimento das capacidades das FA dos países membros, da cooperação e solidariedade entre os estados membros em casos de desastre ou em caso de agressões de um dos membros da comunidade, da realização de encontros de Medicina Militar da CPLP, bem como a realização de Jogos Desportivos Militares da CPLP (FADM, 2013).

As FADM assumem outro papel na Segurança e Defesa de África Austral (Figura 4). Estão integradas na Segurança e Defesa da região austral do continente através da Brigada da SADC³⁵ (*SADCBRIG*) ou simplesmente SADC (*Southern African Development Community*) *Stand-by Force* (SASF), incluída na *African Stand-by Force* (ASF³⁶).

³⁵ Foi criada em 2007, através de um memorando de entendimento, em inglês *Memorandum of Understanding* (MOU). O principal motivo da criação é garantir a paz, segurança e estabilidade política que são os pré-requisitos do desenvolvimento. Retirado: março, 13, 2013 <http://www.sardc.net/editorial/sadctoday/view.asp?vol=564&pubno=v10n3>. Foi criada exclusivamente para fazer face às revoltas e agressões na zona austral de África. Não é uma força física que possui um quartel, mas é acionada em caso de necessidade militar de em qualquer um dos países membros. Recentemente, a SSF está presente na República Democrática do Congo. Retirado: março, 13, 2013, de <http://www.news24.com/Africa/News/SADC-begins-training-of-Stand-by-Force-in-Zim-20130205>.

³⁶ Foi estabelecida em Julho de 2002. É composta por 5 Regiões: NASF (*North African Standby Force*), ESF, ECOWAS Standby Force, (*Economic Community Of West States African Standby Force*), CASF (*CenterAfrican Standby Force*), EASF (*East African Standby Force*), SASF (*South African Standby Force or SADC Standby Force*).

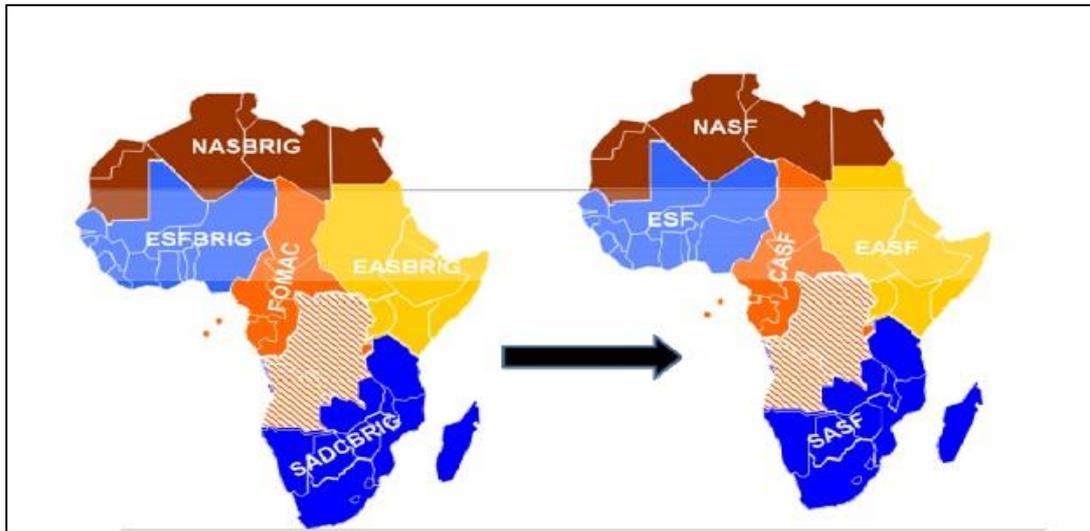


Figura 4 - African Standby Force

Fonte: Moving Africa Forward

Moçambique participa, principalmente numa das 5 regiões da Força de Alerta da SADC, *SADC Standby Force Brigade (SSF)*, através da SSF³⁷. Sendo assim, as FADM participam na promoção da paz, segurança e estabilidade africanas garantindo a proteção e preservação de propriedade e o bem-estar das populações e do seu meio ambiente. Em caso de iminência de conflito em África, as FADM também contribuem para a sua antecipação e a sua prevenção, contribuindo ainda para a edificação, pós-conflito, e Manutenção de Paz (Fitcher, 2010).

As FADM participaram em operações no Burundi, em Timor-Leste e na República Democrática do Congo. Para além da participação em Operações de Manutenção da paz, Moçambique tem tido observadores nas ilhas Comores e em Darfur. Neste momento, Moçambique participa, através das suas FA, na fase III da operacionalização da Força Africana em Estado de Alerta³⁸ (FAEA), composta pelas cinco

³⁷ *Moving Africa Forward. African Peace and Security Architecture (APSA)*. Retirado: março, 30, 2013, de <http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/RO%20African%20Peace%20and%20Security%20Architecture.pdf>.

³⁸ “A Força Africana em Estado de Alerta (FAEA), composta por contingentes em estado de alerta multidisciplinares, com componentes civis e militares nos seus países de origem, prontas para desdobramento rápido”. Retirado: março, 16, 2013 de <http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=8&cad=rja&ved=0CHAQFjAH&url=http%3A%2F%2Fwww.africa-union.org%2Farabic%2FInformation%2520note%2520extraordinary%2520Summit%2520%28Port.%29.doc&ei=zoa4UbjFM6LW7Qarp4FQ&usg=AFQjCNHiasSVIttMCFbT6D1FBIFL-xRg0LA&sig2=8aWhRRwyByFjVFrQBON7A&bvm=bv.47810305,d.ZWU>.

regiões acima referenciadas, cujo objetivo principal é criar e desenvolver competências para gerir a paz e a segurança no seio da União Africana³⁹ (União Africana, 2009).

2.6. Síntese conclusiva

Moçambique e Portugal, entusiasmados pela vontade de estreitar os laços de amizade, criam condições para desenvolver as relações no domínio da Defesa, criando mecanismos para garantir a formação de oficiais moçambicanos nas escolas de formação militar em Portugal. Desde a assinatura dos primeiros Acordos de Cooperação no Domínio de Defesa até a atualidade, a CTM entre Portugal e Moçambique desenvolve-se em três áreas distintas, nomeadamente Pacificação, Consolidação e Sustentação.

Atualmente, a CTM está a desenvolver-se na fase de sustentação, que corresponde ao desenvolvimento e manutenção dos projetos traçados, bem como à criação de novos mecanismos de desenvolvimento das FADM.

Como já foi referido, sem as componentes de Segurança e Defesa não há desenvolvimento e, conseqüentemente não há bem-estar. Desta maneira, as FADM tem apostado na área da Segurança e Defesa com intuito de criar condições para dar resposta às solicitações e Ameaças que afetam o Continente Africano.

Moçambique enquadra-se numa das cinco regiões criadas para garantir alerta em todo continente em caso de agressão. Além da área de Defesa e Segurança no seio da União Africana, Moçambique, através das suas FA, garante continuidade de cooperação multilateral no seio da CPLP através da participação nos exercícios que são desenvolvidos por essa comunidade.

³⁹ Retirado: março, 30, 2013, de http://www.portaldogoverno.gov.mz/noticias/news_folder_politica/julho2007/nots_po_478_jul_07/.

Capítulo 3

Cooperação Técnico-Militar entre o Exército Português e a Academia Militar Marechal Samora Machel

Uma vez traçadas as linhas orientadoras da gênese da CTM entre Portugal e os PALOP, especificamente com Moçambique, importa agora debruçarmo-nos acerca da CTM entre Portugal e AMMSM, sendo esta o principal elo de desenvolvimento das FADM.

Como já referido anteriormente, foi sempre do interesse de Portugal potenciar os recursos humanos ao nível de formação, da qualificação, da transmissão de conhecimentos e dos procedimentos técnicos para o levantamento das FA dos PALOP.

A formação dos futuros quadros do Exército Moçambicano, para além de ser feita em várias escolas de Ensino Militar em Portugal, é também feita na AMMSM, sendo os alunos provenientes dos países africanos de expressão portuguesa integrados, desde o ano de 1989/1990, no curso de Vestibular (Duarte, 2011).

Portugal esteve presente no processo de levantamento da AMMSM. A cooperação entre Portugal e a AMMSM surgiu da necessidade de Moçambique transformar a Escola Militar Samora Machel⁴⁰ numa instituição capaz de conceber quadros superiores para as FADM (AMMSM, 2013).

A cooperação com a AMMSM começou após a aprovação do Memorando de Entendimento para apoio organização e funcionamento da Escola Militar de Nampula, referente ao biénio 1999-2000. Este Memorando visava uma participação Portuguesa contínua em todos projetos e levantamento das infraestruturas da Escola Militar (DGPDN, 2013).

O Ministro da Defesa, Tobias Joaquim Dai, assina o despacho nº 49 de 3 de abril de 2001, com vista ao estabelecimento da coordenação ao nível central durante o processo da transformação da Escola Militar em Academia Militar. Este processo surge na tentativa de maximizar as capacidades das FADM no que concerne à formação dos próprios quadros

⁴⁰ Esta Escola inicialmente formava quadros médios da para as FADM

com nível superior. Entretanto, o sonho da AMMSM veio a ser concretizado em 24 de dezembro de 2003 pelo decreto-lei nº 62/2003, mas só em janeiro de 2005 é que esta Instituição recebeu os primeiros alunos (AMMSM, 2013).

Após concretizado o processo de transformação, surgiram novos desafios referentes à formação. Assim, Portugal começou a colaborar com este estabelecimento de ensino, apoiando ao nível do corpo docente, criando bases para a sustentação logística da instituição, bem como através de protocolos para permitir que os alunos da AMMSM pudessem complementar a formação em estabelecimentos de ensino em Portugal.⁴¹

Os atuais desafios para o Exército Português e a AMMSM estão patentes no PQ para o quadriênio 2010 – 2013. Será ainda de referir que a atual cooperação entre o Exército Português e as FADM, neste caso particular da AMMSM, se vem desenvolvendo ao nível de assessorias permanentes e temporárias, sendo que a Academia Militar Portuguesa é a Entidade Técnica Responsável (ETR) por essa assessoria⁴².

De uma forma sucinta, o projeto da AMMSM começou em 2001 com a criação da comissão instaladora por despacho do MDN. Em seguida, surgiu a necessidade de nomear indivíduos capazes para fazerem assessoria ao projeto recém-criado, tendente à criação da AMMSM. Fatores como a partilha de uma história comum e da mesma língua entre Portugal e Moçambique foram importantes para que Portugal ganhasse vantagem em relação aos outros países, na eleição que iria escolher o país que faria a conceitualização, organização e funcionamento das FADM.

3.1. Programas-Quadro e seus objetivos

Os PQ são normalmente traçados e definidos para períodos⁴³ de três anos, e estes têm sido promovidos durante as reuniões que são realizadas por uma comissão mista Luso-Moçambicana. Estes PQ, dentro das possibilidades, atuam em resposta a todas necessidades que Moçambique apresenta ao nível da estrutura das FA, sendo que *“cada programa-quadro define os objetivos, as ações a desenvolver, a duração e custos*

⁴¹ Portugal encontra-se disponível para intensificar a cooperação Militar. Retirado: março, 20, 2013, de <http://www.noticiaslusofonas.com/view.php?load=arcview&article=15754&catogory=CPLP>.

⁴² Retirado do Relatório de Atividades de Cooperação Técnico-Militar Luso-Moçambicana: PQ (2010-2013).

⁴³ Os PQ também já foram definidos e executados para períodos de dois anos.

estimados e abrange quatro componentes fundamentais: formação de pessoal, prestação de serviços, fornecimento de material e transporte” (Gonçalves, 1994, p. 27).

Para que haja satisfação e êxito na execução dos PQ, é escolhido um Diretor Técnico⁴⁴ (DT), ao qual compete o estudo e a condução dos PQ, bem como a análise dos resultados de cada projeto e apresentação de propostas para os próximos projetos ou PQ (Gonçalves, 1994).

Neste trabalho será utilizado como referência o programa-quadro em vigor (PQ para o quadriênio 2010-2013), sendo esta a mais recente atualização dos projetos realizados no seio da AMMSM.

3.2. Projeto da Academia Militar Marechal Samora Machel

O atual Projeto nº 3 tem como Objetivo Global prestar apoio à AMMSM. Na tentativa de alcançar o referido objetivo, foram traçados vários Objetivos Específicos, nomeadamente: Apoio conceptual, organizativo e pedagógico ao funcionamento da Academia Militar; Apoio técnico à Direção Pedagógica, Comando e Serviços, Corpo e Companhias de Alunos; Apoio técnico ao planeamento e estruturas curriculares dos cursos a ministrar; Apoio aos cursos de Marinha, Fuzileiros, Infantaria, Artilharia, Blindados, Administração Militar e Piloto Aviador; Apoio aos cursos de Engenharia e Comunicações no âmbito das unidades curriculares de caris militar; Apoio técnico aos tirocínios; Apoio técnico à organização e funcionamento do centro de Medicina e Psicologia Aeronáutica; Apoio pedagógico ao Curso de Comandantes de Meios Radiotécnicos; Apoio técnico no âmbito das instruções de Preparação Física e Instrução Militar; Execução de tirocínios de Piloto Aviador em 2010; Apoio técnico aos tirocínios de Piloto Aviador nos anos subsequentes; Apoio ao funcionamento da Biblioteca; Apoio técnico ao Laboratório de Eletrotécnica/Aviônica; Apoio à supervisão das Atividades de Ensino e Instrução (MDN-DGPDN, 2010)⁴⁵.

Os sucessivos relatórios de atividade de 2012 revelam que, apesar das dificuldades internas sentidas na AMMSM desde os meios de deslocação à renovação de meios

⁴⁴ Atualmente, a AMMSM conta com a presença de duas entidades portuguesas representando a assessoria permanente, sendo que o Diretor Técnico (DT), Sr. TCor. INF, Victor Manuel Cipriano, assessora o Projeto 3 num período compreendido entre Julho de 2012 e Julho de 2013. O DT tem como Assessor o Major INF, Paulo Caiadas da Quinta, presente por um período de um ano desde Agosto de 2012 (Cipriano, 2012).

⁴⁵ Ver Relatório de Atividades da CTM Luso-Moçambicana, PQ 2010 – 2013.

informáticos para o normal funcionamento da Instituição, os resultados são relativamente positivos. A contra parte moçambicana, também faz um balanço positivo quanto às ações desenvolvidas para levantamento das FADM. Contudo, relativamente às assessorias temporárias, o balanço já não é tão positivo. Assim, vários relatórios referem que a AMMSM não tem aproveitado de forma eficaz as sucessivas assessorias temporárias, verificando-se uma interrupção de atividades por parte dos assessores portugueses que prestam assessoria temporária à AMMSM, o que condiciona de certa forma a execução do projeto (Mateus, 2012)⁴⁶.

3.3. Ponto de situação dos projetos realizados e em curso entre o Exército Português e Academia Militar Marechal Samora Machel

Quando se faz a análise da CTM desde os primeiros anos, desde o surgimento dos primeiros acordos da cooperação no domínio militar, podemos verifica paulatinamente todas as ações que culminaram com a origem dos PQ, bem como a atual situação da CTM com a AMMSM.

A cooperação entre os dois países encontra-se na terceira fase⁴⁷, que anteriormente foi designada por fase de sustentação. Foi um longo caminho percorrido pelos dois países na tentativa de obter melhores formas para o desenvolvimento da AMMSM. De assinalar o esforço realizado quer pelo Exército Português, quer pela AMMSM, no sentido de preservar e materializar os objetivos definidos⁴⁸. (Santos, 2010).

O envolvimento de Portugal como parceiro privilegiado tem sido fundamental para a execução de todas as ações tem sido positivo e decisivo. Assim, *“O projeto é interessante, estimulante, exequível e contribui de forma importante para que se atinjam os objetivos globais de Portugal neste âmbito e contexto concreto. A qualidade dos oficiais formados na AMMSM é na generalidade dos casos muito boa, tendo como referência os quadros existentes”* (Santos, 2010).

⁴⁶ Tenente Coronel de Transmissões João Guilherme Mateus foi DT, do projeto 3 - Academia Militar Samora Machel, no período compreendido entre Agosto de 2011 a Agosto de 2012

⁴⁷ Sendo que a primeira e a segunda fases foram designadas por fase de consolidação e pacificação. Vimos que a terceira fase está ligada ao desenvolvimento dos projetos já definidos. É nesta fase que ocorre o acompanhamento e supervisão das ações que são desenvolvidas no seio da CTM entre o Exército Português e a AMMSM.

⁴⁸ Grandes objetivos: diminuir significativamente a dependência ao nível de formação no exterior, proporcionar às FADM quadros de qualidade formados dentro das próprias fronteiras, neste caso, provenientes da AMMSM.

O Sr. TCor Cipriano, num dos relatórios de atividade, destaca que a apesar da AMMSM estar bem organizada ainda enfrenta algumas dificuldades em “operacionalizar os procedimentos essenciais para um bom funcionamento”. Estas dificuldades verificam-se na carência de materiais e equipamentos para efetuar algumas missões da AMMSM, na falta de infraestruturas básicas, na falta de pessoal qualificado para a secretaria e na falta de pessoal no quadro orgânico, principalmente sargentos e praças, que possam responder às exigências daquela Instituição. A heterogeneidade do nível de formação de oficiais é outro aspeto que se destaca no seio da AMMSM, dado que os oficiais das FADM são formados em vários países com os quais Moçambique mantém cooperação (Cipriano, 2012).

Apesar de ser essencial a formação de oficiais em Portugal, é necessário fazer-se o seu acompanhamento de forma a garantir a continuidade da formação, a fim de estes serem os influenciadores da cultura organizacional que se pretende implementar nas FADM (Cipriano, 2012).

3.4. Síntese Conclusiva

A cooperação entre o Exército Português e a AMMSM foi encorajada pela necessidade de dar resposta às aspirações de Moçambique no sentido de desenvolver as FADM, proporcionando aos seus oficiais uma formação adequada. Esta cooperação surgiu também do objetivo de reduzir de forma significativa a dependência de Moçambique ao nível da formação externa.

Desde a assinatura do despacho nº 49 de 2001, e até 2005, altura que a AMMSM recebeu os seus primeiros alunos, foram vários os desafios ultrapassados. Não é fácil pôr uma Instituição de tamanha categoria a funcionar convenientemente, pelo que os trabalhos continuam até aos dias de hoje.

Apesar dos atuais projetos se desenvolverem a bom ritmo e Portugal ser um parceiro privilegiado nessa área, existem aspetos que carecem de uma apreciação profunda, destacando-se as assessorias temporárias. A AMMSM não tem aproveitado convenientemente tais assessorias pelo simples facto de os assessores interromperem o trabalho na AMMSM a meio do ano letivo. Para desenvolver uma cultura organizacional no seio das FADM é necessário apostar em oficiais recém-formados, de forma a garantir uma continuidade de formação desses oficiais.

Capítulo 4

Metodologia e Procedimentos

Após a conclusão da Revisão da Literatura, na qual destacamos e referimos os aspetos que se evidenciaram como os mais pertinentes para a execução deste trabalho, apresentamos em seguida uma componente mais prática, que permitirá recolher informações de forma a resolver o problema colocado no início da investigação.

Este capítulo limitar-se-á a complementar as informações que não foram tratadas na introdução, mais concretamente no subcapítulo referente à metodologia. Ao longo deste capítulo vão ser descritos os instrumentos utilizados, bem como as razões que determinaram a sua escolha.

4.1 Metodologia de Abordagem ao problema e justificação

Como já foi referido, no subcapítulo da metodologia na introdução, o presente trabalho desenvolve-se segundo o método hipotético - dedutivo que segundo Quivy & Campenhoudt (1992, p. 145) “*A construção parte de um postulado ou conceito totalizante postulante como modelo de interpretação do fenómeno estudado*”. Assim “*Este modelo gera, através de um trabalho lógico, hipóteses, conceitos e indicadores para os quais se terão de procurar correspondentes no real*”. O método selecionado permite o tratamento da informação recolhida através de relatórios dos vários projetos realizados entre os dois países, bem como através das entrevistas que foram efetuadas e, por fim, possibilita a relação dos dados recolhidos com a realidade.

4.2 Técnicas, procedimentos e meios utilizados

A parte teórica deste trabalho, revisão da literatura, privilegiou a análise documental através de livros, revistas documentos *online* e através relatórios mensais de atividades da CTM realizados entre os dois países. Esta segunda parte está direcionada a recolha e análise de dados. É, no entanto, a parte mais específica deste trabalho, na qual se faz o tratamento da informação recorrendo às entidades diretamente ligadas à AMMSM.

Procura-se privilegiar a informação empírica recolhida através das entrevistas, que proporcionaram informações úteis para responder à maior parte das perguntas efetuadas no início da pesquisa.

A entrevista é uma técnica que o investigador utiliza para dar andamento ou resposta a um determinado assunto.” *A entrevista é, portanto, uma forma de interseção social*” e é considerada por muitos autores como sendo “*a técnica por excelência na investigação social*”, porque permite maior flexibilidade na recolha da informação (Silva, 1999, p. 128). O trabalho de campo privilegiou as entrevistas, pois considera-se que esta técnica é a mais eficaz para a consecução dos objetivos propostos.

As entrevistas podem ser classificadas consoante o grau de liberdade de ação do entrevistado. Assim, podem ser classificadas em três tipos⁴⁹: não diretivas, semidiretivas e diretivas (Santos, 2010).

Neste sentido, este trabalho deu primazia às perguntas diretivas, embora tenhamos igualmente optado por perguntas semidiretivas que permitissem a recolha do máximo de informação possível para o enriquecimento desta investigação. No entanto, as perguntas não foram iguais para todos os entrevistados, devido às diferentes áreas de estudo que pretendiam ser investigadas.

De uma forma geral, privilegiou-se as entrevistas estruturadas de forma a garantir que os entrevistados respondessem ao que era pretendido. Por outro lado, para minimizar as lacunas e / ou limitações em termos de análise de ambas as vertentes (moçambicana e portuguesa) também foram realizadas as entrevistas semidiretivas.

Com o objetivo de recolher o maior número possível de dados, as entrevistas podem ser feitas com recurso a anotações manuscritas ou com a ajuda de um gravador (Gil, 1999). Devido à limitada capacidade humana de reter toda a informação que lhe é disponibilizada, este trabalho foi feito com recurso à gravação, com o consentimento do entrevistado, de forma a “*preservar o conteúdo da entrevista*” (Gil, 1999, p. 119). Dadas as limitações financeiras, nem todas as entrevistas foram presenciais, sendo as mesmas efetuadas com recurso ao correio eletrónico.

⁴⁹ As entrevistas não diretivas, livres ou não estruturadas, caracterizam-se pelo facto de o entrevistador se limitar a colocar o tema da entrevista, deixando tudo nas mãos do entrevistado. Ou seja, o entrevistado tem total liberdade nas suas respostas. As entrevistas semidiretivas, semiestruturadas fazem a ponte entre as diretivas e as livres, pois podem tocar os dois extremos, o que poderá provocar ambiguidade nas respostas. Por fim, as entrevistas diretivas ou estruturadas centram-se, concretamente, nas perguntas do entrevistador, portanto, não há ambiguidade nestas entrevistas. O entrevistado responde apenas ao que lhe foi perguntado (Santos, 2010)

4.3 Locais, data da pesquisa e recolha de dados

Além da recolha de dados materializada pela pesquisa documental, a Biblioteca da AM ofereceu uma boa parte do material para a execução do trabalho. Outra documentação como relatórios de atividade da CTM entre Portugal e Moçambique foi obtida Estado-Maior do Exército (EME). As Entrevistas obedeceram à estrutura abaixo indicada (Tabela 1 e Tabela 2).

Tabela 1 - Entrevistas feitas às Entidades Portuguesas

Entrevistado	Local	Data
TCor Marques da Silva	DGPDN	05/03/2013
Major General Dias Coimbra	Academia Militar, Sede	10/04/2013
Major Mariano	Academia Militar, Amadora	12/04/2013

Fonte: Do autor, 2013

Tabela 2 - Entrevistas feitas às Entidades Moçambicanas

Entrevistado	Local	Data
Coronel Paradona	Embaixada de Moçambique Lisboa	08/03/2013
General Major-General Frazão	Hotel VIP Lisboa	21/04/2013
Brigadeiro Nhambinde	Entrevistas elaboradas com recurso ao correio eletrónico	Entre 01 de abril a 26 de maio
Brigadeiro Anibal		
Brigadeiro Jane		
Brigadeiro Mataruca		

Fonte: Do autor, 2013

4.4 Amostragem: Composição e justificação

Uma investigação científica engloba um determinado número de elementos designados por “universo”⁵⁰ que dificilmente podem ser considerados na sua totalidade, daí que há necessidade de reduzir esses elementos numa amostra⁵¹. As amostras podem tomar duas vertentes: amostragem probabilística e não-probabilística (Gil, 1999). Neste trabalho, optou-se pela amostragem não probabilística⁵² sendo que este é “*um procedimento de seleção segundo o qual cada elemento da população não tem uma probabilidade igual de ser escolhido para formar a amostra*” (Fortin, 1999, p. 208).

Após análise das técnicas da amostragem não-probabilística e face às características desta investigação, escolheu-se a amostragem por seleção racional, sendo esta “*uma técnica que tem por base o julgamento do investigador para constituir uma amostra de sujeitos em função do seu carácter típico...*” (Fortin, 1999, p. 208).

Tomando por base as razões apresentadas anteriormente, a seleção dos entrevistados baseou-se na sua ligação direta à CTM ou nos conhecimentos específicos possuídos por aquelas entidades nessa área.

Foi entrevistado o Sr. Tenente Coronel José Túlio Marques da Silva, Assessor Militar da Direção de Serviços de Cooperação Técnico-Militar, na altura, respondendo pela DGPDN. Considerou-se importante o ponto de vista da DGPDN, uma vez que é esta entidade que norteia e discute todas os assuntos e atividades referentes a política externa de cooperação militar portuguesa com outros países.

Entrevistou-se de igual modo, o Exmo. Sr. Major-General Dias Coimbra, Comandante (Cmtd) da AM, sendo que neste momento é a Entidade Técnica Responsável (ETR) pelo Projeto 3 da AMMSM, pelo que é de extrema relevância o seu contributo.

Da parte da assessoria temporária, relativa à AMMSM, entrevistou-se o Sr. Major Roberto Mariano, que desempenhou as funções de Adjunto do Diretor Técnico do Projeto 3 no período compreendido entre agosto de 2011 e agosto de 2012.

Foi entrevistado ainda o Adido de Defesa da República de Moçambique em Portugal, Sr. Coronel Carlos Paradona, pois teve grande contributo no processo de

⁵⁰ Universo ou população “*é um conjunto definido de elementos que possuem determinadas características*” (Gil, 1999, p. 89).

⁵¹ Amostra é um “*subconjunto do universo ou da população, por meio do qual se estabelecem ou se estimam as características desse universo ou população*” (Gil, 1999, p. 89).

⁵² Esta amostragem é composta por quatro técnicas: amostragem acidental; amostragem por quotas; amostragem por seleção racional; amostragem por redes (Fortin, 1999).

transformação da Escola Militar Samora Machel em AMMSM, tendo sido um dos responsáveis pela legislação que conferiu à AMMSM estatuto de instituição universitária.

Entrevistou-se também o Exmo. Sr. Major-General Daniel Frazão, Cmdt do Instituto Superior de Estudos de Defesa das FA (ISEDEF), uma vez que se considerou importante o seu ponto de vista, dado que foi último Cmdt da Escola Militar Samora Machel aquando do processo de transformação em AMMSM.

Da parte das entidades ligadas a AMMSM, entrevistou-se o Exmo. Sr. Brigadeiro Armindo Nhabinde, atual 2º Cmdt da AMMSM e o Exmo. Sr. Major-General Júlio Jane, atual Cmdt do serviço cívico de Moçambique e ex-Cmdt da AMMSM.

Para aprofundar-se ainda mais esta investigação, contou-se também com as contribuições do Exmo. Sr. Brigadeiro Matarruca, atualmente responsável pela doutrina das FADM, e o Exmo. Sr. Brigadeiro Anibal, Diretor nacional dos Recursos Humanos das FADM, que contribuíram diretamente para obtenção bem-sucedida de respostas as questões que foram colocadas.

Capítulo 5

Apresentação, Estudo e Discussão dos Resultados

5.1. Entrevistas elaboradas

Neste capítulo vão ser apresentados e discutidos os resultados obtidos durante a investigação, relativamente aos projetos em curso bem como aos que se avizinham, no âmbito da CTM entre o Exército Português e a AMMSM.

A apresentação dos resultados, deriva na sua essência, de todas situações debatidas e observadas durante a fase da recolha de informação, pelo que os dados ou os *“factos são analisados e apresentados de maneira a fornecer uma ligação lógica com o problema da investigação proposto”* (Fortin, 1999, p. 330). Ao longo do capítulo far-se-á esta análise, tomando como base as entrevistas efetuadas.

Este trabalho de campo assenta em grande parte nas entrevistas realizadas, tendo por principal objetivo verificar as linhas de evolução entre os dois países cooperantes. Contudo, foram efetuadas outras perguntas no sentido de aprofundar-se o surgimento da CTM entre os dois países. No entanto, o trabalho em causa focar-se-á, apenas, naquelas questões que satisfazem às questões inicialmente colocadas.

Para esta análise tem-se como referências dois grandes intervenientes. O primeiro é a parte portuguesa, que é representada pela DGPDN e dirigida pelo MDN. Por sua vez, na parte subordinada à DGPDN encontra-se a AM que é a ETR pelos Projeto 3 da AMMSM, onde encontramos os assessores.

O outro interveniente é a parte moçambicana, que tem como instância superior o MDN, sendo que este tem como subordinado a AMMSM, campo de execução do Projeto 3.

Através da (Figura 5), pode-se observar como está organizado o Projeto 3 nas suas duas vertentes.

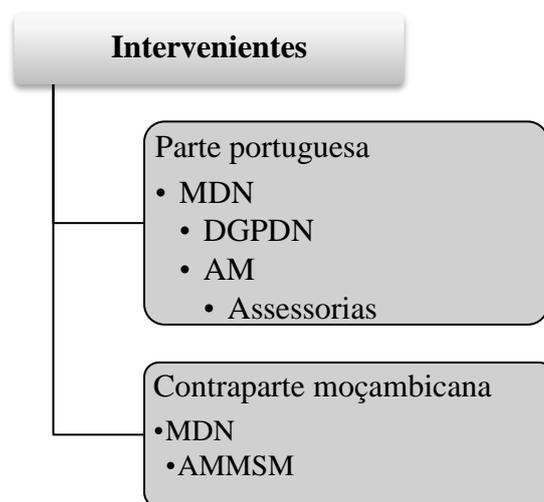


Figura 5 - Funcionamento do Projeto 3

Fonte: do autor, 2013

5.2. Análise das diferentes perspetivas sobre o projeto da Academia Militar Marechal Samora Machel

5.2.1. Perspetiva das Entidades portuguesas

5.2.1.1. Perspetiva da Direção-Geral de Política de Defesa Nacional

A DGPDN é um órgão do MDN que tem por objetivo garantir a execução de todos os programas traçados a nível da política de defesa, bem como desenhar as linhas orientadoras para a execução da política externa de cooperação militar portuguesa. Este órgão é também responsável pelo “*estudo e elaboração de propostas de orientações de nível político-estratégico, acompanhamento e ponderação da respetiva execução, competindo-lhe ainda promover e coordenar a política de cooperação técnico-militar*”⁵³ (MDN, 2013).

A DGPDN está estruturada em três grandes áreas: Direção de Serviços de Planeamento Estratégico de Defesa; Serviços das Relações Internacionais e a Direção de Serviços de CTM. (MDN, 2013).

⁵³ Retirado: março, 14, 2013 <http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-da-defesa-nacional/quero-saber-mais/sobre-o-ministerio/organismos/direcao-geral-de-politica-de-defesa-nacional.aspx>.

A Direção de Serviços de CTM é responsável pela coordenação de todos assuntos relacionados com a CTM entre Portugal e os PALOP e Timor-Leste. É também neste órgão que estão inseridos todos os projetos traçados entre Portugal e Moçambique, nos quais está incluso o Projeto 3 da AMMSM.

Com o intuito de se alcançar os objetivos traçados no início deste trabalho, foi feita a recolha de informação nesta entidade. De acordo com o Sr. Tenente Coronel Marques da Silva⁵⁴, os acordos celebrados pelos dois países, pela primeira vez em 1988, estão a desenvolver-se num ritmo bastante aceitável com vista ao desenvolvimento das FADM. Este aspeto é notável quando olha-se para a evolução do Projeto da AMMSM e, consequentemente, das FADM.

Como já foi referido anteriormente, o Projeto 3 nasceu na tentativa de garantir uma boa qualificação e preparação de oficiais das FADM, nos mesmos moldes das outras instituições de ensino superior militar noutros países. No entanto, com o objetivo principal de garantir a formação de quadros superiores das FADM, para a DGPDN, o projeto da AMMSM reveste-se de grande importância e prioridade, pois é com base na formação que são respondidas as aspirações traçadas pelos dois governos, no sentido de garantir formação adequada. Assim, a prioridade deste projeto reside no facto de a formação ser o pilar basilar para o desenvolvimento de toda a estrutura das FADM (Silva, 2013).

A AMMSM alcançou liberdade jurídica, como instituição capaz de albergar e formar com legitimidade, oficiais com estatuto universitário. Neste sentido, esta instituição tem vindo ao longo dos anos a proporcionar melhorias em toda a estrutura de defesa do país, de modo a dar melhor resposta a todas solicitações dentro de Moçambique como também participar ativamente na resolução de conflitos que afetam a região Austral de África (Silva, 2013).

O PQ em vigor será revisto no final do ano corrente, pelo que a maior parte do que será decidido no novo PQ depende essencialmente daquilo que são os objetivos e intenções de Moçambique. No entanto, Portugal está disposto a manter a mesma postura, isto é, vai apoiar em todas as decisões que serão tomadas pela contraparte moçambicana (Silva, 2013).

É no entanto necessário termos presente de que montar uma estrutura como AM não é uma tarefa fácil, na medida que requer muito tempo e levantamento de uma rede de infraestruturas e gastos consideráveis ao nível de pessoal e material. Embora ultimamente

⁵⁴ É assessor Militar da CTM na Direção-Geral de Política de Defesa Nacional. Entrevista realizada no MDN – DGPDN, no dia 05 de março de 2013, às 15h00, tendo como interlocutor o Sr. TCor Marques da Silva

esses custos estejam a ser condicionados pelas limitações impostas pelas finanças portuguesas, o Sr. Ministro de Defesa Português afirmou publicamente que *“tudo iria fazer para que a cooperação com os Países de Língua Portuguesa (PLP) não fosse muito afetada”* (Silva, 2013).

A posição defendida pelo Sr. Ministro mantém acesa a esperança de que num futuro próximo Portugal continuará a garantir a CTM com Moçambique, principalmente na área da AMMSM.

5.2.1.1. Perspetiva da Academia Militar em Portugal

*“A Academia Militar é um estabelecimento de ensino superior público universitário militar que desenvolve atividades de ensino, de investigação e de apoio à comunidade, com a finalidade essencial de formar Oficiais destinados aos quadros permanentes das Armas e Serviços do Exército e da Guarda Nacional Republicana”*⁵⁵ (AM, 2013).

A AM é neste momento⁵⁶ a ETR pela condução e execução do Projeto da sua congénere em Moçambique. Neste sentido, procura-se também aprofundar esta pesquisa pela recolha de dados no seio desta entidade. Assim, efetuou-se uma entrevista ao Cmdt da AM em exercício de funções, Exmo. Sr. Major General Dias Coimbra,⁵⁷ em que se constatou que a AM, como ETR pelo Projeto da AMMSM, entende que a prioridade deste Projeto reside no facto de *“já estar completo o ciclo de formação”*, isto é, a AMMSM já formou oficiais para as FADM, pelo que esse ciclo de formação foi concluído com a saída dos primeiros-oficiais da AMMSM. Contudo, ainda há muito a ser feito, até a autonomização completa da AMMSM (Coimbra 2013).

Uma vez que tem havido satisfação ao nível da execução do Projeto da AMMSM, a estrutura da AM está disposta a continuar com a execução deste Projeto, pelo que, ainda no decorrer deste ano, serão enviados oficiais para continuarem a garantir as assessorias temporárias nas áreas de Blindados, Engenharia Militar e de Transmissões. Contudo, é necessário que Moçambique defina as suas necessidades no âmbito deste projeto, para que Portugal possa prestar apoio e cooperação (Coimbra 2013).

⁵⁵ Retirado: maio, 14, 2013, de <http://www.academiamilitar.pt/>.

⁵⁶ Ano da elaboração deste trabalho, 2013.

⁵⁷ Ver Entrevista realizada na AM, no 10 de abril de 2013, às 10h30, tendo como interlocutor o Exmo. Sr. MGEN Dias Coimbra.

O MGEN referiu ainda que não houve cortes relativamente ao trabalho que está a ser feito pela AM em Nampula. Contudo, mesmo que tivesse havido cortes, impostos pelas finanças portuguesas ao Ministério da Defesa Nacional, o trabalho iria continuar nos mesmos moldes através dos recursos disponíveis na região (Coimbra, 2013).

Apesar dos esforços que têm sido levados a cabo para a emancipação da AMMSM, ainda existem aspetos que podem ser melhorados ao nível da criação de boas condições para os tirocinantes da AMMSM, como também ao nível do acompanhamento dos oficiais recém-formados por esta instituição (Coimbra, 2013).

5.2.1.3. Perspetiva da direção técnica do Projeto 3

A direção técnica do Projeto 3 é composta por um grupo de oficiais escolhidos para fazerem assessoria temporária e permanente na AMMSM, sendo nomeados oficiais qualificados em áreas específicas para assegurarem a continuidade do Projeto. Assim, considerou-se pertinente a escolha de um dos oficiais que contribuísse para a investigação com base numa experiência recente na AMMSM. Assim, escolheu-se o Sr. Major Roberto Mariano por ele ter sido o último adjunto do assessor do DT proveniente da AMMSM, até a data da entrevista.

Segundo o Major Mariano⁵⁸, os dois países estão interessados em continuar as relações, neste caso específico com a AMMSM. No entanto, há muitos projetos que podem cessar com o passar do tempo, mas o caso específico do Projeto 3 ainda está para durar, dada a sua importância (Mariano, 2013).

Mais uma vez, a formação é tida como o principal influenciador para a continuação deste Projeto. É preciso ter em atenção que este *“é um Projeto de uma vida, não é um Projeto que se complete em 4 ou mesmo 10 anos”*, pois até haver estabilização e autonomia por parte da AMMSM, na área de formação, há muito a ser feito pelos dois países, como se verificará de seguida.

É notória alguma melhoria por parte da AMMSM face ao que foi traçado no início do Projeto, na medida em que os assessores, permanentes ou temporários, têm registado

⁵⁸ Ver entrevista realizada na AM, no 12 de abril de 2013 às 11h00, tendo como interlocutor o Sr. Major. Roberto Mariano.

uma significativa evolução deste Projeto, verifica-se sobretudo uma maior autonomia por parte dos docentes da AMMSM (Mariano, 2013).

Relativamente às restrições financeiras impostas às FA portuguesas, é preciso sublinhar que não houve cortes no que diz respeito à assessoria permanente. Os constrangimentos têm-se registado nas assessorias temporárias, visto que a deslocação de assessores temporários de Portugal para Moçambique exige importâncias que nem sempre estão disponíveis, até porque é necessário reduzir o número de assessores, para que Moçambique consiga satisfazer as próprias necessidades nessa área (Mariano, 2013).

Não existem projetos perfeitos. O projeto entre Portugal e Moçambique não é uma exceção, neste caso há muito que tem de ser feito até se atingir a perfeição, ou pelo menos tentar atingir um nível aceitável.

A própria AMMSM tem que melhorar no aspeto organizacional. *“Reparei que havia falta de pessoal qualificado ao nível de secretaria, ou seja, os oficiais debatiam-se com um problema que nós aqui não temos que é a falta de pessoal qualificado para fazer o trabalho de secretaria”*. A AMMSM precisa também de melhorar em termos de infraestruturas. Apesar de haver uma ligeira melhoria nesse sentido, nota-se que ainda existem infraestruturas que carecem de melhorias, nomeadamente as salas de aulas e as infraestruturas desportivas, estas últimas são quase inexistentes (Mariano, 2013).

Os projetos de Portugal não se esgotam apenas no domínio do Projeto 3. Existem mais projetos que, no âmbito da CTM, carecem de coordenação entre os dois países. *“Em conversa informal com o General Cmdt da AMMSM, penso que a intenção das FADM é criar as ditas Escolas Práticas”*. Tudo indica que será uma Escola Prática conjunta, no entanto, esta informação carece de ser confirmada (Mariano, 2013).

Acredita-se que haverá continuidade da assessoria permanente, assim como na temporária, dado que se esta fosse interrompida agora, seria o mesmo que deixar o trabalho a meio do caminho (Mariano, 2013).

Todas as FA de qualquer país precisam de oficiais formados, aliás, é necessário que haja sintonia de ideias desde o patamar mais básico da estrutura das FA, os praças, até à estrutura superior das FA, os oficiais. Mas para que o soldado perceba o que está a fazer, é preciso que o oficial seja detentor de competência para fazer chegar o conhecimento aos praças. Terminados os anos de formação na AMMSM é necessário que se determine o percurso que os oficiais recém-formados terão que percorrer nas fileiras das FADM. Mas para tal é imprescindível que haja uma definição concreta de quais são os parâmetros a seguir pelo oficial, ao nível da formação após a conclusão da AMMSM (Mariano, 2013).

5.2.2. Perspetivas das entidades moçambicanas

5.2.2.1. Perspetiva do Adido de Defesa de Moçambique em Portugal

O Adido de Defesa é um membro das FA que está deslocado no estrangeiro para servir o país. Este é o responsável máximo por todos os aspetos militares fora do país de origem, sendo também o representante do CEMGFA no país em que foi destacado. Por esta ordem de ideias, optou-se por privilegiar o ponto de vista do Sr. Adido de Defesa da República de Moçambique em Portugal, relativamente ao Projeto 3.

Da entrevista que se efetuou ao Sr. Coronel Carlos Paradona⁵⁹, salienta-se que a CTM entre os dois países foi encorajada pelos laços de amizade e de solidariedade entre os dois países. A Escola Militar Samora Machel foi transformada em AMMSM com objetivo de satisfazer as FADM ao nível de quadros com nível superior.

Segundo o Coronel Paradona (2013), o Projeto da AMMSM, hoje em dia, já não tem o mesmo peso comparativamente com os primeiros anos do surgimento desta instituição. Assim, a diminuição do peso do Projeto da AMMSM é inversamente proporcional ao número de oficiais que é formado na instituição, ou seja, quanto mais oficiais formados menos peso ganha o Projeto e, conseqüentemente, terá menor prioridade

O principal objetivo da cooperação Luso-Moçambicana é dotar a parte moçambicana de *know-how*⁶⁰ de modo a desenvolver autonomamente as FA, por isso *“hoje em dia, a Academia Militar já não é prioridade. A prioridade passou para a formação e criação das Escolas de Serviços. Entretanto, a presença da cooperação portuguesa na AMMSM tende a reduzir em função doutros sectores (...)”*. O projeto do Instituto Superior de Estudos de Defesa das Forças Armadas (ISEDEF) está a ganhar maior prioridade pelo facto de também envolver formação de quadros das FA (Paradona, 2013).

A formação na AMMSM confere ao Exército moçambicano autoridade para substituir gradualmente os oficiais do antigo sistema, isto é, o objetivo é criar um Exército mais jovem, com novas tendências, mas não deixando de parte as vicissitudes e experiências dos oficiais antigos. Assim, a AMMSM tem correspondido às expectativas criadas pelo Exército moçambicano. Nota-se uma ligeira alteração em relação à vida dentro das unidades das FADM, se a CTM não estivesse a corresponder às aspirações

⁵⁹ Ver Entrevista realizada na Embaixada de Moçambique em Portugal, no 08 de março de 2013 às 16h00, tendo como interlocutor o Sr. Coronel Carlos Paradona.

⁶⁰ Termos sem tradução direta do inglês. Pode ser adaptado para “saber fazer”.

traçadas, Moçambique estaria em constante dependência da formação de oficiais no exterior (Paradona, 2013).

Não seria correto afirmar-se que a CTM entre os dois países, principalmente com a AMMSM, está na sua reta final, pois este é um meio de ligação ao nível militar. Nenhum país quer ver as suas FA isoladas de outras. Há sempre necessidade de solidificar os conhecimentos tecnológicos e profissionais dos Exércitos. A participação em ações de Imposição de Paz e Manutenção de Paz exigem que tal aconteça, independentemente dos constrangimentos económicos haverá sempre ambição e vontade de intensificar cada vez mais as relações de amizade e cooperação (Paradona, 2013).

Acima de todos constrangimentos ao nível financeiro, estão as ligações históricas culturais e linguísticas, todos os condicionamentos que deram origem ao que é a cooperação atual e principalmente a vontade de dois países, de modo que a vontade de cooperar prevalece sobre qualquer condicionamento financeiro. Portanto, por mais influência que tenham as limitações impostas pelas finanças portuguesas, a vontade de estreitar os laços continua e é necessário que assim aconteça, mas, como é evidente, há sectores que deixarão de ter peso ou terão o seu peso condicionado face a tais limitações (Paradona, 2013).

Ainda de acordo com o Coronel Paradona, se fosse possível analisar-se a cooperação segundo uma curva, facilmente se verificaria que esta curva tenderia a baixar relativamente à AMMSM, dando prioridade a outros sectores e, na sua ótica, a CTM entre os dois países está a intensificar-se em áreas como ISEDEF e na criação das Escolas Práticas dos Serviços (Paradona, 2013).

5.2.2.2. Perspetiva do Comandante do Instituto Superior de Estudos de Defesa

O ISEDEF é uma instituição de ensino superior militar moçambicano. É também designado por ISEDEF Tenente General Armando Emílio Guebuza. Está inserido no projeto 10 no âmbito da cooperação entre os dois países. O ISEDEF foi criado e implantado, na zona da Machava, em Maputo, em 2011. Esta instituição foi criada com objetivo de formar oficiais superiores e oficiais gerais para os quadros das FADM, algo que já acontece desde 2012⁶¹. (DGPDN, 2012).

⁶¹ Retirado: junho, 17, 2013, de <http://dgpdn.blogspot.pt/2012/12/encerramento-do-ano-letivo-no-isedef.html>.

A missão desta instituição é:

“Assegurar a formação dos oficiais do Quadro Permanente, Promovendo o desenvolvimento das FADM nos planos científico, doutrinário e técnico-militar, bem como apoiar a formulação do pensamento estratégico nacional através do estudo, formação, investigação e divulgação das questões de Defesa e Segurança”⁶² (IESM, 2013).

Pelas razões acima citadas, procurou-se de igual modo analisar-se o ponto de vista dessa instituição, relativamente ao Projeto 3. Sendo assim, aproveitou-se a janela de oportunidade com a visita feita, à AM, pelo Cmdt do ISEDEF, o Exmo. Sr. Major General Daniel Frazão⁶³, o qual se disponibilizou a contribuir para esta investigação. Da entrevista, retiraram-se algumas anotações pertinentes.

A presente cooperação entre os dois países nasce com a primeira visita do presidente Samora Moisés Machel a Portugal, em 1986. Após os AGPM, entra em estudo a seguinte questão: *Qual é o país⁶⁴ mais indicado para assessorar a conceptualização, organização e funcionamento das FADM?* Entretanto, ficou decidido que Portugal passaria a assessorar Moçambique nas várias áreas, com vista ao desenvolvimento das FADM (Frazão, 2013).

É verdade que muitos dos projetos vão cessar, com o passar do tempo, ou mesmo por se encontrarem em considerável estado de consolidação. No entanto, o caso específico do Projeto da AMMSM irá continuar, uma vez que o objetivo fundamental é dotar a parte moçambicana de formação. Essa formação abrange as três classes, oficiais, sargentos e praças, pois para que haja interligação entre essas áreas de formação é necessário que todos passem pelo ciclo de formação (Frazão, 2013).

Se partirmos do princípio de que o sistema de formação é o patamar mais importante no nosso ciclo, em todos os domínios do desenvolvimento das FADM, então, facilmente pode-se concluir que a formação na AMMSM tem dado resultados plausíveis. A AMMSM tem trazido boas perspetivas para as FADM, na medida em que os primeiros-oficiais formados naquela instituição de ensino militar estão a frequentar o Curso de Promoção a Capitão (CPC) e, seguindo essa lógica, só em 2018 é que vão sair os primeiros

⁶²Retirado: maio,17, 2013, de http://www.iesm.mdn.gov.pt/s/index.php?option=com_content&view=article&id=604&Itemid=159.

⁶³ Ver Entrevista realizada na Hotel VIP Grand Lisboa, no 21 de abril de 2013 às 16h00, tendo como interlocutor o Exmo. Sr. MGen. Daniel Frazão.

⁶⁴ Estavam em debate países como a França, EUA, Rússia, Portugal, entre outros.

majores formados na AM conforme está consagrado no estatuto das FADM (Frazão, 2013).

Segundo o Sr. General Frazão, apesar dos dados quanto à formação na AM serem animadores, ainda há muito que caminhar. A AMMSM ainda não tem 10%⁶⁵ dos cursos que devia ministrar nos três ramos, que compõem as FADM (Frazão, 2013). Esta ideia leva-nos à seguinte reflexão: se a AMMSM tivesse todos os cursos e especialidades necessárias ao funcionamento das FADM, a satisfação seria mais evidente e, talvez, os dois países estivessem a apostar noutras áreas de cooperação.

O Sr. Major General acrescenta que *“se tivéssemos todos os cursos e especialidades que são ministradas na Força Aérea, no Exército e na Marinha, já estaríamos descansados”*. Não se pode cair no erro de afirmar que já não há necessidade de cooperação, pois numa primeira fase é necessário que a AMMSM consiga dispor de todos os cursos que são ministrados em cada ramo⁶⁶. *“Há muito interesse que estes projetos continuem (...)”* (Frazão, 2013).

Se, porventura, *“Portugal interrompesse a assessoria com AMMSM nós não iríamos conseguir assegurar, isto é, a AMMSM cai, o ISEDEF cai, os centros de instrução de forças especiais também caem, portanto, mais do que nunca precisamos do apoio de Portugal em Moçambique”* (Frazão, 2013).

Pode-se comparar o ciclo de vida de um ser vivo ao de um projeto. Um projeto tem a sua fase inicial e a fase da estabilização. Para se atingir a fase da consolidação ou de estabilização é necessário que o projeto seja sustentado. Da mesma forma, para se atingir a fase de estabilização do projeto da AMMSM, é preciso que haja a melhoria de certos aspetos.

O aspeto principal que pode ser melhorado, segundo o Sr. General Frazão, é o seguinte: Portugal e Moçambique devem permitir que se crie um protocolo que permita uma ligação direta entre as Academias Militares portuguesas, nas três vertentes, e a AMMSM sem que haja necessidade desta ligação passar pela DGPDN (Frazão, 2013).

O sistema de formação traçado pelos dois países encontra-se numa fase bastante avançada, mas isso não quer dizer que esteja tudo a correr a 100%, muito pelo contrário, as

⁶⁵ Sendo que os cursos atualmente ministrados na AMMSM são: Infantaria, Fuzileiros Navais, Administração Militar, Engenharia Militar, Piloto Aviador, Comandante de Meios Rádio Técnicos, Artilharia, Comunicações, Marinha, Blindados, Reconhecimento, Artilharia Antiaérea.

⁶⁶ Atualmente, a AMMSM ministra os cursos de Infantaria, Blindados e Administração Militar, no exército. No ramo da Força aérea ministra cursos de Comunicações da Força aérea. Por fim, ministra o curso de Fuzileiros para a Marinha. Como é evidente ainda não estão completos os cursos que deveriam ser ministrados.

FADM têm conhecimento dos problemas que enfrentam e podem facilmente discutir sobre os mesmos problemas. No início foi definido que competia a Portugal fazer a conceptualização, organização e funcionamento das FA, então chegou a fase da organização. Na percepção do Sr. MGEN, a fase que se segue deve corresponder ao envio de assessores para organizarem as unidades e subunidades de cada ramo das FA. Neste sentido, é fundamental Portugal continuar a assessorar os projetos e a organizar as unidades das FA (Frazão, 2013).

A execução dos projetos traçados pelos dois países encontra-se condicionada pelos cortes orçamentais impostos a Portugal. Segundo o Sr. General Frazão, Portugal limitou-se a cortar e a restringir os aspetos mais importantes que ligam os dois países, sem sequer consultar a contraparte moçambicana. *“Portugal começou a cortar em tudo, cortou na AM em Portugal⁶⁷, cortou no IESM, cortou no CPOG, e ao fazer esses cortes na AM está a cortar, no futuro dos oficiais na AMMSM, nos futuros professores, nos futuros instrutores e isso não podia ter acontecido”*, de maneira que *“Foi um erro estratégico de Portugal ao fazer esses cortes nessas principais áreas de Portugal”*.

Moçambique, assim como qualquer país, dá primazia à formação no estrangeiro e, por esse motivo, as FADM estão dispostas a pagar pela formação dos seus oficiais em Portugal, mas essa hipótese não foi aceite por Portugal (Frazão, 2013).

5.2.2.3. Perspetiva do Comando da Academia Militar Marechal Samora Machel

A Academia Militar Marechal Samora Machel é uma instituição de ensino superior que garante uma formação sólida, técnico-científica, uma formação assente no código de conduta comportamental militar e garantir melhor desempenho de funções de comando desses oficiais⁶⁸ (AMMSM, 2013).

Esta instituição reveste-se de um papel preponderante nesta investigação, pelo que não seria correto se não houvesse uma interação com as suas entidades representativas. Para tal, entrou-se em contacto com o Comando da AMMSM. Com base em entrevista foram tomados alguns apontamentos daquilo que se considerou relevante para as conclusões desta pesquisa. Procurou-se reunir os pontos de vista do adjunto Cmdt do

⁶⁷ Alunos Moçambicanos que vinham a ser formados na AM em Portugal desde 1986, que eram enquadrados nas academias portuguesas através do Vestibular.

⁶⁸ Missão da AMMSM. Retirado: março, 20, 2013, de <http://www.academiamilitar.ac.mz/pages/missao.htm>.

Corpo de Alunos da AMMSM, Sr. Coronel José Langa⁶⁹, do 2º Cmdt da AMMSM, Exmo. Sr. Brigadeiro Armindo Nhabinde⁷⁰ e do Exmo. Sr. Major-General Júlio Jane⁷¹, ex-Cmdt da AMMSM.

A cooperação entre os dois países surge da necessidade de reforçar os laços históricos e com o objetivo de consolidar a paz versus desenvolvimento das FADM. O interesse em consolidar os conhecimentos dos oficiais ao nível superior cria, então, a AMMSM com a vontade específica de garantir a formação profissional superior dos oficiais das FADM (Nhabinde, 2013).

O Projeto da AMMSM reveste-se de demasiada importância. O aspeto mais importante está relacionado com a formação técnica e científica de quadros superiores. Quanto mais oficiais são formados mais conhecimento adquirem e, de igual modo, maior é a garantia da continuidade de umas FA mais preparadas no domínio científico (Nhabinde, 2013).

A formação é essencial, independentemente dos meios que estejam ao dispor do país, portanto a formação é a área mais prioritária nos projetos da cooperação entre os dois países (Nhabinde, 2013).

Moçambique está preocupado com a formação dos quadros para as FADM, e é evidente que não existem em Moçambique todas as condições e meios para que os alunos saídos da AMMSM possam fazer o uso dos meios face aos cursos tirados. No entanto, a falta desses meios não deve constituir impedimento para formação. O primeiro objetivo é formar, pois por mais modernos que sejam os meios tecnológicos, estes podem ser rapidamente adquiridos quando os homens estão suficientemente capacitados para administrá-los. Entretanto, se este projeto não tivesse a corresponder as expectativas dos dois governos, certamente, que já teria cessado (Nhabinde, 2013)

A continuação dos PQ dependerá do que será discutido no final deste ano, mas devido ao sucesso que este Projeto está a trazer ao nível das FA tudo leva a crer que Moçambique continuará a apostar na área da AMMSM (Nhabinde, 2013).

A execução dos projetos entre os dois países é satisfatória, à exceção da área da docência, uma vez que não está explícito em nenhum dos artigos a formação dos

⁶⁹ Ver entrevista realizada por via correio eletrónico, no 30 de maio de 2013 às 16h00, tendo como interlocutor o Sr. Cor. José Langa.

⁷⁰ Ver entrevista realizada por via correio eletrónico, no 30 de maio de 2013 às 16h00, tendo como interlocutor o Exmo. Sr. Brig. Armindo Nhabinde.

⁷¹ Ver entrevista realizada por via correio eletrónico, no 06 de junho de 2013 às 16h00, tendo como interlocutor o Exmo. Sr. MGen Júlio Jane.

professores, sendo estes o principal elo de transmissão de conhecimentos para os alunos (Nabinde, 2013).

Os acordos celebrados entre os dois países têm sofrido nestes últimos anos certos constrangimentos decorrentes das limitações financeiras impostas ao Exército Português. No entanto, estas restrições não impedirão, muito menos colocarão em causa, a continuação daquilo que é o objetivo primordial de ambas as partes, a formação de quadros para as FADM. É de louvar as sinergias criadas no domínio científico, pedagógico e militar. Desde a criação da AMMSM, Portugal tem sido um suporte no campo de harmonização e programação de conteúdos ministrados na AM (Nhabinde, 2013).

Nota-se, de certa forma, um avanço no nível de execução dos projetos da AMMSM, contudo há muitos aspetos a serem melhorados. Um dos aspetos que despertou interesse está relacionado com a assessoria.

O Comando da AMMSM propõe que haja um ajustamento no envio dos assessores técnicos face ao ano letivo na AMMSM, isto é, presentemente os assessores terminam a sua estadia entre julho e agosto. Esta situação implica que comecem os projetos na AMMSM e os abandonem no decorrer do ano letivo. Naturalmente, os novos assessores encontram o projeto já a meio, o que poderá dificultar o enquadramento. Além da sincronização do tempo de permanência dos assessores com o ano letivo, a AMMSM pretende ainda a operacionalização do simulador da marinha (Nhabinde, 2013).

A visita do diretor da DGPDN, Sr. Dr. Nuno Pinheiro Torres, à AMMSM, a 7 de maio de 2013, trouxe mais certezas e expectativas relativamente à continuação da CTM entre os dois países, principalmente na área da AMMSM (Nhabinde, 2013).

O Exmo. Sr. Major General Júlio dos Santos Jane⁷², ex-Cmdt da AMMSM e atual Cmdt do Serviço Cívico de Moçambique, acrescenta que os dois países vão “cronometrar” a duração da CTM com a AMMSM, bem como a duração da CTM em outras áreas das FADM. No entanto, é previsível que a CTM entre ambos países tenha que ser adaptada face aos constrangimentos financeiros impostos a Portugal pela crise económico-financeira. Assim, a cooperação militar entre os dois países terá que evoluir consoante tal situação. Apesar da situação vivida por Portugal, Moçambique precisa da sua cooperação. Se a situação em Portugal persistir, assim como em alguns países europeus, persistir tem

⁷² Serviço Cívico de Moçambique “*visa dotar a juventude de disciplina, patriotismo, espírito de fraternidade e cooperação. Outro objectivo é empenhar a juventude nas diferentes atividades para efeitos de contribuição para o Orçamento do Estado. Segundo o proponente da lei, a institucionalização do serviço cívico em Moçambique vai permitir o incremento entre os jovens de formação e orientação de modo a constituírem uma parte produtiva na sociedade*”. Retirado: junho, 23, 2013, de <http://www.clubofmozambique.com/pt/sectionnews.php?secao=mocambique&id=12827&tipo=one>.

que haver um enquadramento da situação financeira face à exequibilidade dos projetos (Jane, 2013).

Independentemente do que possa vir a acontecer em outubro próximo, na reunião bilateral para aprovação do novo programa quadro, há projetos que ainda necessitam de assessoria portuguesa. Neste momento, segundo o Major General Jane, as áreas de formação são as que carecem mais de apoio, nomeadamente o ISEDEF, o projeto 1 - (Apoio à Estrutura Superior de Defesa e das Forças Armadas), AMMSM, ESFAM - (Escola de Sargentos das Forças Armadas de Moçambique), EPA - (Escola Prática de Aviação) e a EFN - (Escola de Fuzileiros Navais). É de frisar que é natural que haja mais áreas a serem abertas no âmbito da cooperação entre os dois países (Jane, 2013).

A aprovação do PQ, como de muitos outros, depende essencialmente das aspirações dos dois países, sendo assim tudo o que for aprovado dependerá das necessidades dos dois países e, principalmente, de Moçambique. Porém, verifica-se a necessidade de Portugal apoiar, bem como refrescar, o corpo docente das instituições acima enumeradas, atualizar os manuais de ensino, apoiar a conceção/formulação doutrinária e, por fim, equipar as bibliotecas das mesmas instituições (Jane, 2013).

5.2.2.3. Perspetiva Direção dos Recursos Humanos das Forças Armadas de Defesa de Moçambique

A fim de aprofundar esta pesquisa em todo o espectro das FA, procuraram-se mais entidades que, independentemente de não terem ligação direta com a AMMSM, podiam ter algo a dizer a respeito dos principais projetos desenvolvidos por Portugal naquela instituição. Nesta iniciativa contou-se com a colaboração do responsável pelos recursos humanos das FADM, Sr. Brigadeiro Fernando Anibal⁷³.

Das informações recolhidas junto a esta entidade ressalva-se que o maior desafio da CTM está a ser concretizado, isto é, a cooperação entre os dois países tem sido uma ferramenta especial para o desenvolvimento das FADM, de modo que os benefícios são notórios. Pode afirmar-se que há garantias na continuidade da cooperação entre os dois países na área da AMMSM (Anibal, 2013).

⁷³ Ver entrevista realizada por via correio eletrónico, no 30 de maio de 2013 às 16h00, tendo como interlocutor o Exmo. Sr. Brig. Anibal.

De todos os projetos que Portugal tem em Moçambique, verifica-se grande envolvimento por parte da assessoria portuguesa. Pode-se afirmar que o nível de satisfação é bom, dadas as sinergias criadas desde o surgimento da CTM até a data. Tem havido também uma capacitação no domínio científico, pedagógico e militar (Anibal, 2013).

5.3. Síntese Conclusiva e discussão de resultados

Este capítulo procura encontrar e analisar as perspetivas das diferentes entidades que têm alguma experiência na área da CTM entre Portugal e Moçambique, no caso específico da AMMSM. A presente cooperação entre Portugal e a AMMSM apresenta um considerável ritmo de execução, estando a ser tomadas todas as medidas com vista à continuação desta cooperação.

O desenvolvimento do Projeto 3, sustentado pela formação na AMMSM, surge com um papel influenciador para a evolução das FADM, bem como garantir uma resposta a todas as solicitações tanto dentro de Moçambique como também além-fronteiras.

Pode-se verificar que tanto pela parte portuguesa, como pela contraparte moçambicana, tem sido desenvolvido um grande esforço com vista à emancipação da AMMSM. Quase todos os entrevistados concordam com a importância e relevância do Projeto 3, relativamente aos restantes projetos, nos quais os dois países estejam envolvidos. Porém, verificou-se que um dos entrevistados acredita que o peso do projeto está a diminuir, devido ao número de oficiais que já foram formados pela instituição.

No que diz respeito aos aspetos a serem melhorados, acredita-se que são vários, como pôde-se verificar desde os problemas colocados ao nível da secretaria, melhoramento de instalações e criação de condições para acompanhamento dos oficiais recém-formados pela AMMSM. Porém, pode-se verificar que uma das grandes dificuldades que a AMMSM enfrenta prende-se com o facto de não haver um aproveitamento das assessorias temporárias.

Constatou-se também que, além da continuação da AM como ETR pelos Projeto 3, deverão existir outras áreas de cooperação nos próximos tempos, como por exemplo a criação de mecanismos para as assessorias passarem para o nível mais baixo, inerente à organização das unidades das FADM. Outras áreas possíveis de desenvolvimento passarão pela criação de Escolas Práticas de Serviços e das Armas, não existindo porém a certeza se será uma criada EP conjunta. Uma vez que esta área de ensino é fundamental para o

desenvolvimento das FADM, acredita-se também que, num futuro próximo, haverá necessidade de intensificar-se o apoio ao ISEDEF, para garantir formação de oficiais superiores e oficiais gerais para as FADM, ESFAM e na EPA. No entanto a AMMSM continuará também a ser uma área prioritária.

A AMMSM é uma área de primazia porque o principal objetivo da estrutura das FADM é criar condições para que possam ser ministrados, nesta instituição, todos os cursos que fazem parte do programa de cada ramo das FA, assim como tem acontecido nas academias militares portuguesas.

Neste momento, a AMMSM ainda não tem 10%⁷⁴ dos cursos que deveria ministrar nas três áreas das FADM, daí que ainda há necessidade de se apostar na introdução de novos cursos com vista a autonomização completa da AMMSM.

⁷⁴ Ver os cursos ministrados na AMMSM na página 41.

Capítulo 6

Conclusões e Recomendações

6.1. Conclusões

Depois da fase respeitante à recolha e análise de dados, pode fazer-se a verificação das hipóteses que foram levantadas no seguimento das questões derivadas.

A missão mais importante que Portugal tem para com Moçambique reside num quadro institucional que visa fazer o levantamento, conceitualização e funcionamento das FADM em termos pedagógicos, ou seja, formação. De uma forma geral, Portugal afirmou-se e continua a afirmar-se, através da disponibilização dos seus recursos, tanto materiais, como financeiros, para a execução dos projetos traçados com Moçambique. Portugal aproveita as suas excelentes potencialidades, a nível de formação, bem como da sua vasta e larga experiência de cooperação, para criar condições favoráveis à implementação das melhores soluções de cooperação com Moçambique, no caso específico da AMMSM.

Assumindo, de certa forma, o papel que o Exército Português tem no levantamento da estrutura superior das FADM, pode-se afirmar que a sua participação na AMMSM tem sido satisfatória. Aliás, não poderá deixar de ser, visto que as entidades moçambicanas estão interessadas na qualificação, ao mais alto nível, dos seus oficiais. Registando assim o bom nível de satisfação, pode-se confirmar que a hipótese, **“O apoio da CTM entre o Exército Português e a AMMSM tem registado um elevado grau de satisfação, respondendo às expectativas entre ambos os países”**, é válida. Deste modo, considera-se respondida a primeira questão derivada: **“Qual é o grau de satisfação obtido no apoio da CTM entre o Exército Português e a AMMSM?”**

Ao longo desta pesquisa procurou-se também detetar alguma necessidade de evolução para outras áreas de cooperação entre os dois países.

Todo o projeto requer assistência para a sua continuação, e no caso específico da AMMSM, a assistência é feita através de assessores permanentes e temporários no seio

desta instituição. São esses assessores que, junto das entidades moçambicanas, verificam a evolução do Projeto 3.

De uma forma genérica, o Projeto da AMMSM é prioritário porque contribui para a formação de quadros das FADM. No entanto, pode-se verificar que existem aspetos que podem ser melhorados nessa área, como é o caso das infraestruturas e a participação de assessores temporários na AMMSM. Pode-se verificar que, possivelmente, serão criadas novas áreas de CTM com a AMMSM. Essas áreas envolvem as EP das Armas que servirão para apoiar os tirocinantes aquando da sua saída da AMMSM. Porém, esse assunto encontra-se e será discutido na próxima reunião do PQ.

Para além das EP das Armas, existem ainda as unidades de cada ramo das FADM, as quais constituem uma dimensão de grande significado para o desenvolvimento do Exército Moçambicano. Por essa razão, como vimos num capítulo anterior, para que o sistema de formação funcione na totalidade, deve haver uma sincronia de todas as componentes envolvidas nas FADM. Como já foi dito, Portugal foi escolhido com o objetivo de fazer o levantamento, funcionamento e organização das FADM.

Nesta fase, é já possível dizer que a CTM entre os dois países deverá continuar a intensificar-se com a abertura de novas áreas de cooperação. Dos entrevistados moçambicanos, pode-se verificar que há um interesse por parte das estruturas das FADM na participação portuguesa na organização nas diversas unidades, isto é, existe necessidade expressa em existirem assessores portugueses a apoiar cada ramo das FADM. Um dos entrevistados referiu também que haverá mais assessoria no ISEDEF, uma vez que esta instituição faz parte de um dos grandes objetivos traçados pelas estruturas das FADM, que é minimizar a dependência de formação externa. Assim, seria uma mais-valia se as FADM contassem com o apoio do Exército Português para a formação de oficiais superiores e oficiais gerais provenientes do ISEDEF.

Quando se abordou a questão da criação de uma sincronia em todo o domínio de formação, referia-se que a formação devia estender-se a todas as classes das FADM. É o que possivelmente se pretende fazer, tendo um dos entrevistados referido que há necessidade de haver mais assessoria na ESFAM, na EPA e na EFN. Assim, as novas áreas que podem ser abertas ou usufruírem de mais assessoria, colocam uma questão no ar: qual será a ETR? Possivelmente, num futuro próximo, a AM poderá deixar de ser a ETR pela condução da assessoria nas tais áreas.. Desta forma, poderá surgir outra ou outras entidades a responderem pelas diversas assessorias no seio das FADM. Com base nas razões acima expressas, pode-se validar a hipótese **“Verifica-se uma necessidade de criação de novas**

áreas no âmbito da CTM entre o Exército Português e a AMMSM". Entretanto, apesar de haver necessidade de continuação da assessoria portuguesa na AMMSM, existe também interesse em que a CTM seja cada vez mais ampliada para muitas outras áreas das FADM. De igual modo, é possível dar uma resposta positiva à segunda questão derivada, **"Será que existe necessidade de evolução da CTM entre o Exército Português e AMMSM?"**. No entanto, só após as negociações do PQ serão dadas informações mais concretas nesse âmbito.

No decorrer do trabalho de campo não foi possível verificar com precisão o ajustamento da CTM face à realidade atual. Porém, face aos projetos que vêm sendo traçados, e perante os novos desafios que foram colocados ao nível de abertura de novas áreas, pode-se, de forma ousada, referir que face à atual situação da CTM, os PQ estão ajustados. No entanto, haverá certamente desejo e vontade por parte dos dois cooperantes de estender as áreas de relações para outros domínios das FADM.

Possivelmente, até outubro do corrente ano as limitações financeiras irão persistir. Porém é seguro que tais brechas criadas pelos contrangimentos financeiros serão postas em debate no sentido de minimizá-las, ou, pelo menos, criar mecanismos para contornar essas limitações sem interromper a CTM.

Olhando para os projetos já realizados entre o Exército Português e a AMMSM, constata-se que tudo tem sido feito para contornar as dificuldades. Sendo assim, pode-se afirmar que **"Os Programas-Quadro se encontram ajustados e atualizados face à atual realidade da CTM entre os dois países"**. Confirma-se assim a hipótese levantada, podendo concluir-se que dada a necessidade de abertura de novos campos de atuação da CTM, os PQ serão de igual modo ajustados e atualizados. Deste modo, pode-se responder afirmativamente à seguinte questão **"Existem Programas-Quadro com necessidade de ajustamento e atualização face a atual realidade da CTM entre os dois países?"**

Quando se iniciou esta investigação perspetivava-se o surgimento de dificuldades até se encontrar o caminho certo para responder à problemática em análise. Entretanto, nesta fase, fruto dos resultados e respostas que foram obtidos durante a fase da análise de dados, é possível dar resposta à questão central **"Quais são as principais linhas de evolução que se perspetivam no âmbito da CTM entre o Exército Português e a Academia Militar Marechal Samora Machel?"** A AMMSM é, neste momento, o principal elo de formação de futuros oficiais para as FADM. Assim sendo, as FADM e o Exército Português mantêm o interesse em continuar com a cooperação. Por um lado, Portugal precisa da CTM com a AMMSM, pois esta é uma forma de desenvolver e afirmar

a política externa de cooperação portuguesa a nível internacional, na medida em que a AMMSM é das poucas existentes na região Austral de África, o que constitui, ou deve constituir, um orgulho para Portugal. Por outro lado, a AMMSM para Moçambique significa esperança para o futuro das FADM, pois é como se o Exército Moçambicano visse o sonho a realizar-se através do aproveitamento da larga experiência portuguesa na área da formação e da cooperação.

Portanto, a continuação da CTM entre Portugal e Moçambique não é de todo uma questão de verbas, mas é uma questão de orgulho e de afirmação dos dois países a nível externo. Porém, ainda há muito a ser feito na AMMSM. Seria prematuro afirmar-se que Moçambique já não necessita do apoio do Exército Português na AMMSM.

Agora, mais do que nunca a AMMSM precisa do apoio do Exército Português para introdução de novos cursos, para benefício das FADM. Os diferentes ramos que compõem as FADM carecem de melhorias no que respeita à organização. Desta forma, independentemente do que está a ser negociado para posterior definição na próxima reunião do PQ, os dois países continuarão a intensificar a CTM e, de certa maneira, concordarão com a continuação da CTM. Não se descarta a hipótese de haver ajustamento das verbas face à realidade vivida, tanto por Portugal como também pelas suas FA. Entretanto, entende-se que estas limitações não vão influenciar significativamente a CTM entre o Exército Português e a AMMSM, em particular. Para as FADM, Portugal continuará a ser o parceiro privilegiado na área de CTM.

6.2. Limitações da Investigação

Foram várias as dificuldades encontradas que, de certo modo, condicionaram os objetivos deste trabalho e, conseqüentemente, os resultados finais desta investigação.

Numa primeira fase, deparamo-nos com a questão da existência de pouca bibliografia acerca do assunto tratado, não tendo sido possível ter acesso aos principais Relatórios Anuais de Atividade acerca da situação das atividades específicas traçadas durante o início de cada PQ.

As limitações financeiras constituíram-se como a maior das dificuldades enfrentadas, uma vez que, pelas características deste estudo, teria sido bastante útil se a investigação tivesse decorrido em Moçambique, neste caso na AMMSM. Ora, esta situação condicionou o contato direto com as principais entidades envolvidas na CTM. Por esta

razão, a maior parte das entrevistas às entidades Moçambicanas foram feitas de forma não presencial, com recurso ao correio eletrónico.

Por sua vez, os conteúdos ministrados na AM na área de metodologia de investigação não contribuem de forma eficaz para a realização deste tipo de investigação face ao nível de exigência que é requerido, uma vez que a única unidade curricular que versa acerca da metodologia de investigação é apenas ministrada no quarto ano da AM. Revela-se assim como fundamental que haja preparação durante todo percurso da AM com vista à realização deste tipo de trabalho.

6.3. Recomendações e desafios para futuras investigações

A presente investigação forneceu uma visão bastante superficial do que poderão ser as necessidades da AMMSM, bem como das FADM, decorrentes da CTM entre Portugal e Moçambique. Deste modo foram abordados diferentes tipos de assuntos que futuramente poderão ser alvo de apreciação por outros investigadores, como se verificará de seguida.

Seria muito pertinente que os futuros investigadores, no âmbito desta temática, abordassem questões relativas ao acompanhamento dos oficiais recém-formados, em várias escolas de Ensino Superior Militar, tanto em Moçambique como além-fronteiras. Deste modo, far-se-ia uma tentativa de explorar e analisar a forma como esses oficiais são acompanhados durante o seu percurso militar. Seria também possível indagar quais os esforços desenvolvidos de forma a potenciar a formação e a progressão na carreira desses oficiais. Seria essencial que, em investigações futuras, seja abordada a componente financeira da CTM, sendo esta uma área muito importante para dinamizar toda a CTM.

Seria também fundamental que fosse abordada a questão doutrinária das FADM, no intuito de se analisar de que forma são enquadrados os vários oficiais nas FADM face às inúmeras proveniências dos oficiais das FADM.

Bibliografia

Livros

- Bernardino, L. M. (2008). *Estratégias de Intervenção em África, uma década de Segurança e Defesa na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*, Lisboa: Prefácio.
- Fortin, M. F. (1999). *O processo de Investigação da Cooperação à realização*. Loures: Lusociência.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Junqueira, J. P., & Pires, R. M. (2009). *O Exército nos trilhos da Cooperação*. Lisboa: Prefácio.
- Lakartos, E. M., & Marconi, M. A. (2008). *Fundamentos de Metodologia Científica* (5ª ed.). São Paulo. Atlas.
- Monteiro, R. (1997). *A África na Política de Cooperação Europeia*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Quivy, R. & Campenhouldt, L. V. (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (1ª ed.). Lisboa: Gradiva.

Artigos e Publicações:

- Bernardino, L. M. (2008) *A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Uma Década de Segurança e Defesa*. Retirado, fevereiro, 14, 2013, de <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=260>.
- Bernardino, L. M. (2007) *Que Política de Cooperação para Segurança e Defesa deve Portugal adotar em África*. Retirado, março, 10, 2013, de http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=216.

- Bouene, Felizardo (2005). *Moçambique: 30 anos de independência*. Retirado: fevereiro, 11, 2013, de http://www.africanos.eu/ceaup/uploads/AS08_069.pdf.
- DefenceWeb (2013). *SADC Standby Force underground training*. Retirado: março, 14, 2013, de http://www.defenceweb.co.za/index.php?option=com_content&task=view&id=29401&Itemid=111.
- Dias, Tenente Coronel Mendes (2008). *Projeto 3 - Academia Militar Marechal Samora Machel: Cooperação Técnico-Militar Luso-Moçambicana – O Projeto 3*. Proelium- revista da Academia Militar, vol – pp 286 – 296.
- Duarte, Susana Alexandre (2011). *A cooperação Técnico- Militar Portuguesa*. Retirado, fevereiro, 13, 2013 de <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=648>
- Ficher, Louis. *et al* (2010), *Moving Africa Forward, African Peace and Security Architecture* (APSA). Retirado: maio, 30, 2013 de <http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/RO%20African%20Peace%20and%20Security%20Architecture.pdf>.
- Fonte, Carlos (s/d). *Cooperação Portugal-Moçambique e vice-versa*. Retirado: janeiro, 15, 2013, de <http://imigrantes.no.sapo.pt/page2mocCoopPM.html>.
- Gonçalves, Aranha (1994). *Cooperação Técnico-Militar, uma das vertentes externas da Política de Defesa Nacional*. Retirado: fevereiro, 20, 2013, de http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/1688/1/NeD72_GoncalvesAranha.pdf.
- Gonçalves, Perpetua (2000). *Dados para a história da língua portuguesa em Moçambique*. Retirado: fevereiro, 11, 2013, de <http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/geografia/portuguesmocambique.pdf>.
- Lituri, Alfredo (2012). *Cronologia 16 anos de guerra e 20 anos de paz em Moçambique*. Retirado: Janeiro, 15, 2013, de <http://noticias.sapo.mz/info/artigo/1273387.html>.
- News24, (2013). *SADC Begins training of standby force in Zim*. Retirado: março, 17, 2013, de <http://www.news24.com/Africa/News/SADC-begins-training-of-Stand-by-Force-in-Zim-20130205>.
- Paula, Elisabete (2002). *A Política de Cooperação Portuguesa*. Retirado: março, 26, 2013, de http://janusonline.pt/2002/2002_3_3_6.html.
- Santos, V. M. (1997). *Perspetivas para a cooperação militar portuguesa com os países africanos em desenvolvimento (2ª parte). Conceitos e mecanismos fundamentais da*

“Ajuda para o Desenvolvimento”, pp. 69-71. Retirado: janeiro, 28, 2013, de http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/1545/1/ND_082Victor%20Madeiras%20dos%20Santos.pdf.

Sites Consultados:

Academia Militar (2013). *Missão da Academia Militar*. Retirado: março, 14, 2013, de <http://www.academiamilitar.pt/>.

Academia Militar Marechal Samora Machel (2013). *Antecedentes Históricos da Criação da Academia Militar*. Retirado: março, 20, 2013, de <http://www.academiamilitar.ac.mz/pages/historia.htm>.

Assembleia da República (s/d). *Protocolo de Cooperação dos Países de Língua Portuguesa no Domínio da Defesa*. Retirado, março, 27, 2013 de <http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheIniciativa.aspx?BID=37341>.

Club of Mozambique (2013). *Governo aprovou criação do Serviço Cívico*. Retirado: junho, 23, 2013, de <http://www.clubofmozambique.com/pt/sectionnews.php?secao=mocambique&id=12827&tipo=one>.

DGPDN (2012). *Encerramento do ano Letivo no ISEDEF*. Retirado: junho, 17, 2013, de <http://dgpdn.blogspot.pt/2012/12/encerramento-do-ano-letivo-no-isedef.html>.

Embassy of the Republic of Mozambique (2013). *History of Mozambique*. Retirado em, março, 10, 2013, de <http://www.embassymozambique.se/us/>.

Estado-Maior da Armada (2010). *Cooperação Técnico-Militar*. Retirado, fevereiro, 22, 2013, de <http://ema.marinha.pt/PT/actividade/cooperacao/Pages/CooperacaoTecnicoMilitar.aspx>.

FADM (2013). *Com objetivo de aperfeiçoar mecanismos para Paz: Moçambique acolhe a 10ª Edição do Felino*. Retirado, Março, 15, 2013, de FADM (s/d). *Missões no exterior*. Retirado, março, 2, 2013, de http://www.fadm.mil.mz/index.php?option=com_content&task=view&id=166&Itemid=1

- FADM (2011). *Missões das Forças Armadas*. Retirado, março, 2, 2013, de http://www.fadm.mil.mz/index.php?option=com_content&task=view&id=26&Itemid=56.
- Governo de Moçambique (2007). *Militares das FADM em missões da SADC*. *Portal do governo de Moçambique*. Retirado, maio 30, 2013 de http://www.portaldogoverno.gov.mz/noticias/news_folder_politica/julho2007/notes_po_478_jul_07/.
- Governo de Portugal (2013). *Direção-Geral de Política de Defesa Nacional*. Retirado: março, 14, 2013, de <http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-da-defesa-nacional/quero-saber-mais/sobre-o-ministerio/organismos/direcao-geral-de-politica-de-defesa-nacional.aspx>.
- IESM (2013). *Projeto 10 da CTM Portugal-Moçambique*. Retirado: maio, 17, 2013, de http://www.iesm.mdn.gov.pt/s/index.php?option=com_content&view=article&id=604&Itemid=159.
- Instituto Camões (2013). *Cooperação Multilateral*. Retirado: abril, 10, 2013, de <http://www.instituto-camoes.pt/cooperacao/cooperacao-multilateral/cooperacao-multilateral>.
- Notícias Lusófonas (2006). *Portugal disponível para intensificar cooperação militar*. Retirado: março, 20, 2013, de <http://www.noticiaslusofonas.com/view.php?load=arcview&article=15754&category=CPLP>.
- SADC (2013). *Towards a Common Future*. Retirado: fevereiro, 23, 2013, de <http://www.sadc.int/>.
- SADC (2011). *Observatório de língua Portuguesa*. Retirado, março, 2, 2012, de <http://observatorio-lp.sapo.pt/pt/geopolitica/BPR/sadc>
- Sapo Notícias (s/d). *Moçambique e Portugal*. Retirado: março, 12, 2013, de <http://mzpt.no.sapo.pt/re11.htm>.
- Silva, T. M. C (s/d). *Moçambique: Um Perfil*. Retirado: março, 10, 2013, de <http://www.ces.uc.pt/emancipa/gen/mozambique.html>.
- Portal do Governo de Moçambique (2007). *Militares das FADM em Missões da SADC*. Retirado: março, 30, 2013, de http://www.portaldogoverno.gov.mz/noticias/news_folder_politica/julho2007/notes_po_478_jul_07/.

União Africana (2009). *Sessão especial sobre a análise e resolução de Conflitos em África*. Retirado: março, 16, 2013, de <http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=8&cad=rja&ved=0CHAQFjAH&url=http%3A%2F%2Fwww.africa-union.org%2Farabic%2FInformation%2520note%2520extraordinary%2520Summit%2520%28Port.%29.doc&ei=zoa4UbjFM6LW7Qarp4FQ&usg=AFQjCNHiaSVIttMCFbT6D1FBIFL-xRg0LA&sig2=8aWhRRwyByFjVFrsQBON7A&bvm=bv.47810305,d.ZWU>.

Legislação e Regulamentos

AM (2011). NEP n° 520/2011. [policopiado]. Lisboa, Academia Militar, 20 de junho.

APA. Normas de American Psychological Association. Retirado abril, 10, 2013 de http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=3&ved=0CEIQFjAC&url=http%3A%2F%2F3icongresso2013.web.ua.pt%2Fwp-content%2Fuploads%2F2013%2F05%2FNormas_APA6th.Portugues.pdf&ei=E1bIUei9F8KQ7AbX84CoDw&usg=AFQjCNGuItft1iW43gDmZ4sKizg6vblKg&sig2=k6UugUFEZ84aeY6rYQVbQQ&bvm=bv.48293060,d.ZWU.

Decreto-Lei n.º 154-A/2009 de junho (2009). **Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas**. Diário da República - 1ª Série n.º 7, 436 – 239.

Outros documentos

Alves, J. A. (1994/95). *As Forças Armadas e o Exército na Cooperação com os PALOP. Modelo de Articulação com o Sistema Nacional para a Cooperação*.

Cipriano, V. M. (2012). *Relatório anual de atividades da CTM entre Portugal e Moçambique*.

Mateus, J. G. C. (2012). *Relatório anual de atividades da CTM entre Portugal e Moçambique*.

MDN (1997). *Cooperação Técnico-Militar Com os Países de Língua Oficial Portuguesa*. Relatório de Atividades.

MDN (1999). *Cooperação Técnico-Militar Com os Países de Língua Oficial Portuguesa*. Relatório de Atividades

Santos, L. M. R (2010). *Relatório anual de atividades da CTM entre Portugal e Moçambique*.

APÊNDICES

Apêndice A - Guião de Entrevista às Entidades Portuguesas

Tema: Cooperação Técnico-Militar entre o Exército Português e Moçambique, projetos em curso e perspectivas futuras.

Interlocutor:

Entrevistador:

Cargo:

Hora:

Local:

Suporte:

Preâmbulo de orientação:

Esta entrevista está inserida no âmbito do meu Trabalho de Investigação Aplicada (TIA), com o principal objetivo a obtenção de grau de Mestre em Ciências Militares na especialidade de Artilharia, está subordinado ao tema **“Cooperação Técnico-Militar entre Portugal e Moçambique, projetos em curso e perspectivas futuras caso específico da Academia Militar Marechal Samora Machel”** apresenta-se o seguinte guião de entrevista.

A entrevista que se segue fundamenta-se na recolha de informações relativas ao funcionamento da CTM entre Portugal e a Academia Militar, pelo que, a mesma é direcionada a oficiais e entidades que estão ligadas na área da Cooperação com os dois países e, concretamente para entidades que tem dado o seu contributo para o desenvolvimento das FADM através da AMMSM apoiando se nos Programas-Quadro traçados pelos dois estados no domínio da Defesa.

O objetivo fundamental desta entrevista é identificar as principais linhas de evolução à vista para os dois países no Projeto 3-AMMSM. A fim de objetivar a entrevista sobressaem algumas questões.

Questões:

1. Em termos enquadrantes, qual foi a génese da Cooperação Técnico-Militar (CTM) entre Portugal e Moçambique?
2. Qual foi a génese da cooperação Técnico-Militar entre Portugal e a Academia Militar Marechal Samora Machel (AMMSM)?
3. Do ponto de vista da Direção-Geral de Política de Defesa Nacional (DGPDN), qual a importância/prioridade do Projeto 3 – AMMSM para Portugal, relativamente aos outros projetos existentes?
4. A CTM Luso-Moçambicana em curso ao nível do Projeto 3 – AMMSM, tem respondido às expectativas traçadas pelos dois Ministérios do ponto de vista da formação e desenvolvimento das FADM?
5. Quais são as principais linhas de evolução que se perspetivam na CTM entre Portugal e o Projeto 3 - AMMSM? Ou que perspetivas se avizinham num futuro próximo?
6. A DGPDN entende que os Projetos existentes na área da CTM entre Portugal e Moçambique necessitam de mais assessoria?
7. Os cortes orçamentais impostos pelas Finanças Portuguesas tiveram alguma implicação na CTM do Projeto 3 – AMMSM?

Apêndice B - Guião de Entrevista às Entidades Moçambicanas

Tema: Cooperação Técnico-Militar entre o Exército Português e Moçambique, projetos em curso e perspectivas futuras.

Interlocutor:

Entrevistador:

Cargo:

Hora:

Local:

Suporte:

Preâmbulo de orientação:

Esta entrevista está inserida no âmbito do meu Trabalho de Investigação Aplicada (TIA), com o principal objetivo a obtenção de grau de Mestre em Ciências Militares na especialidade de Artilharia, está subordinado ao tema **“Cooperação Técnico-Militar entre Portugal e Moçambique, projetos em curso e perspectivas futuras caso específico da Academia Militar Marechal Samora Machel”** apresenta-se o seguinte guião de entrevista.

A entrevista que se segue fundamenta-se na recolha de informações relativas ao funcionamento da CTM entre Portugal e a Academia Militar, pelo que, a mesma é direcionada a oficiais e entidades que estão ligadas na área da Cooperação com os dois países e, concretamente para entidades que tem dado o seu contributo para o desenvolvimento das FADM através da AMMSM apoiando se nos Programas-Quadro traçados pelos dois estados no domínio da Defesa.

O objetivo fundamental desta entrevista é identificar as principais linhas de evolução à vista para os dois países no Projeto 3-AMMSM. A fim de objetivar a entrevista sobressaem algumas questões.

Questões:

1. Em termos enquadrantes, qual foi a génese da cooperação técnico militar (CTM) entre Portugal e Moçambique?
2. Quando é que Moçambique sentiu a necessidade de ter CTM com Portugal? Ou Porque é que Moçambique fez este acordo traduzido na CTM com Portugal?
3. Como começou a CTM no âmbito do Projeto 3 – Academia Militar Marechal Samora Machel (AMMSM)?
4. Portugal tem desenvolvido vários projetos no âmbito da CTM com Moçambique. Do seu ponto de vista e da AMMSM, qual a importância/prioridade do Projeto 3 em relação a outros projetos que Portugal desenvolve em Moçambique?
5. Os projetos da CTM entre os dois Países já se prolongam a vários anos. Os anteriores Programas-Quadro (PQ) e o atual Projeto 3 têm respondido às expectativas traçadas pelos dois governos do ponto de vista da formação e com vista ao desenvolvimento das FADM?
6. Sabendo-se que está para breve a revisão do Programa Quadro, acha que Moçambique vai continuar interessado neste Projeto de Cooperação? Se sim, por quanto tempo Moçambique pretende continuar com esta cooperação com Portugal?
7. Face aos cortes orçamentais impostas a Portugal e conseqüentemente ao Exército Português, estará em risco o intercâmbio entre a AMMSM e o Exército Português decorrente dessas limitações? Ou por outra, os cortes orçamentais impostos pelas Finanças Portuguesas, ao Exército Português, tiveram alguma implicação na execução dos atuais projetos da CTM e, principalmente do Projeto 3?
8. Na sua opinião, que aspetos é que podem ser melhorados decorrentes do Projeto 3?
9. Será que existem outras áreas da CTM relacionadas com as Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM) nas quais Moçambique quer que sejam

assessoradas por Portugal? Por exemplo criação das Escolas Práticas das Armas para apoio ao Tirocínio em Moçambique.

10. Na sua opinião quais são as principais linhas de evolução que se perspetivam na CTM entre Portugal e o Projeto 3 - AMMSM?
11. Que ações são desenvolvidas pelas FADM no âmbito da CPLP e da UA e da SADC?

Apêndice C - Entrevista Estruturada ao Tenente Coronel Marques da Silva

Interlocutor: Tenente Coronel José Túlio Marques da Silva

Entrevistador: Aspirante Art. Nelson Samuel Nhantumbo

Cargo: Assessor Militar de Serviços de Cooperação Técnico-Militar

Data: 05 de Março de 2013

Hora: 15h00

Local: Direção-Geral de Política de Defesa Nacional

Suporte: Gravação Áudio

Preâmbulo de orientação:

Esta entrevista está inserida no âmbito do meu Trabalho de Investigação Aplicada (TIA), com o principal objetivo a obtenção de grau de Mestre em Ciências Militares na especialidade de Artilharia, está subordinado ao tema **“Cooperação Técnico-Militar entre Portugal e Moçambique, projetos em curso e perspectivas futuras caso específico da Academia Militar Marechal Samora Machel”** apresenta-se o seguinte guião de entrevista.

A entrevista que se segue fundamenta-se na recolha de informações relativas ao funcionamento da CTM entre Portugal e a Academia Militar, pelo que, a mesma é direcionada a oficiais e entidades que estão ligadas na área da Cooperação com os dois países e, concretamente para entidades que tem dado o seu contributo para o desenvolvimento das FADM através da AMMSM apoiando se nos Programas-Quadro traçados pelos dois estados no domínio da Defesa.

O objetivo fundamental desta entrevista é identificar as principais linhas de evolução à vista para os dois países no Projeto 3-AMMSM. A fim de objetivar a entrevista sobressaem algumas questões.

Questões:

- 1. Do ponto de vista da Direção-Geral de Política de Defesa Nacional (DGPDN), qual a importância/prioridade do Projeto 3 – AMMSM para Portugal, relativamente aos outros projetos existentes?**

“Cada projeto tem a sua importância em função do enquadramento em que foi decidida a sua criação pelas Partes. No entanto, a DGPDN procurando corresponder às legítimas aspirações dos países, em verem incrementadas as capacitações dos recursos humanos das suas Forças Armadas, privilegia a formação de quadros. Assim, o projeto 3 – AMMSM, como entidade formadora que é, está enquadrado nesta prioridade da DGPDN”.

2. A CTM Luso-Moçambicana em curso ao nível do Projeto 3 – AMMSM, tem respondido às expectativas traçadas pelos dois Ministérios do ponto de vista da formação e desenvolvimento das FADM?

“O conhecimento que tenho do projeto não me permite ainda dar uma opinião bem fundamentada, pois estou a trabalhar com Moçambique apenas desde o início do ano de 2013. Não tive também ainda a oportunidade de visitar o projeto, o que à partida, também limita a minha opinião sobre o mesmo.

No entanto pelo que me tem sido dado a conhecer neste poucos meses, é que tem havido ao longo dos anos uma evolução bastante notória do projeto. Tenho a convicção que um processo de criação de uma instituição como a Academia Militar não é fácil por si só, e mais difícil se torna quando se encontra geograficamente longe dos grandes centros de decisão. É o caso da AMMSM, que se localiza em Nampula a cerca de 2000Km da capital Maputo, onde estão sediadas as principais universidades, as grandes empresas, terminais aéreos e portuários, etc, que facilitariam por certo um crescimento mais rápido da Academia. Mas estes factos não têm impedido que a AMMSM continue gradualmente o seu percurso de crescimento e valorização e menos dependente de assessorias internacionais e com espaço para continuar a evoluir, adaptando-se aos novos desafios do século XXI”.

3 Quais são as principais linhas de evolução que se perspetivam na CTM entre Portugal e o Projeto 3 - AMMSM? Ou que perspetivas se avizinham num futuro próximo?

“O atual PQ, no qual se inclui o projeto 3 da AMMSM, termina no final deste ano de 2013 e de acordo com o que é habitual, haverá negociações entre as Partes para perceberem quais são as áreas em que há interesse em continuar a desenvolver os projetos em curso, eventualmente terminar essa cooperação em outros e abrir até novos projetos de cooperação. Como é compreensível, grande parte daquilo que vai acontecer no futuro

próximo vai depender da parte moçambicana e do que serão as suas necessidades. Portugal manterá a mesma postura que tem mantido ao longo dos anos que é a de, sem qualquer tipo de preconceito ou imposição, estaremos presentes para ajudar se essa for a vontade das autoridades moçambicanas. Logo e em relação ao projeto 3, a assessoria portuguesa só continuará se esse for o desejo da Parte moçambicana”.

4 A DGPDN entende que os Projetos existentes na área da CTM entre Portugal e Moçambique necessitam de mais assessoria?

“Esta pergunta está relacionada com a anterior e terá uma resposta em tudo semelhante à resposta anterior, visto que estamos a terminar o atual PQ. A DGPDN fará uma visita de trabalho a Moçambique em maio onde terá oportunidade de fazer uma avaliação dos projetos atualmente inscritos na CTM Luso-Moçambicana e conversar com a Direção Nacional de Política de Defesa do Ministério da Defesa de Moçambique sobre o que poderá ser o novo PQ a partir de 2014. Até lá não seria correto da minha parte, nesta altura tão importante deste processo, estar a manifestar a minha opinião sobre a necessidade ou não, de mais assessorias no âmbito da nossa CTM com Moçambique”.

5 Os cortes orçamentais impostos pelas Finanças Portuguesas tiveram alguma implicação na CTM do Projeto 3 – AMMSM?

“Como foi público, o Sr. Ministro da Defesa Português, Dr Aguiar-Branco, durante a cerimónia anual de recepção aos bolseiros⁷⁵, disse publicamente que apesar das reconhecidas dificuldades que Portugal atravessa, tudo iria fazer para que a cooperação com os Países de Língua Portuguesa (PLP) não fosse muito afetada. Obviamente que os cortes orçamentais em Portugal, se enquadram na crise financeira que é transversal a toda a Europa, e criam sempre constrangimentos ao nível de todos os países e em todos os sectores da vida, pelo que é imperioso que os recursos que são postos à disposição do Ministério da Defesa Português e da DGPDN pelo Governo Português, para a CTM com os PLP e neste caso particular com Moçambique, sejam parcimoniosamente gastos”.

⁷⁵ Realiza-se todos anos no Forte São Julião da Barra

Apêndice D - Entrevista Estruturada ao Coronel Carlos Paradona

Interlocutor: Coronel Carlos Paradona

Entrevistador: Aspirante Art. Nelson Samuel Nhantumbo

Cargo: Adido Defesa em Lisboa e em Espanha

Data: 08 de Março de 2013

Hora: 16h00

Local: Embaixada de Moçambique

Suporte: Gravação Áudio

Preâmbulo de orientação:

Esta entrevista está inserida no âmbito do meu Trabalho de Investigação Aplicada (TIA), com o principal objetivo a obtenção de grau de Mestre em Ciências Militares na especialidade de Artilharia, está subordinado ao tema **“Cooperação Técnico-Militar entre Portugal e Moçambique, projetos em curso e perspectivas futuras caso específico da Academia Militar Marechal Samora Machel”** apresenta-se o seguinte guião de entrevista.

A entrevista que se segue fundamenta-se na recolha de informações relativas ao funcionamento da CTM entre Portugal e a Academia Militar, pelo que, a mesma é direcionada a oficiais e entidades que estão ligadas na área da Cooperação com os dois países e, concretamente para entidades que tem dado o seu contributo para o desenvolvimento das FADM através da AMMSM apoiando se nos Programas-Quadro traçados pelos dois estados no domínio da Defesa.

O objetivo fundamental desta entrevista é identificar as principais linhas de evolução à vista para os dois países no Projeto 3-AMMSM. A fim de objetivar a entrevista sobressaem algumas questões.

Questões:

- 1. Do seu ponto de vista, qual é a importância/prioridade do Projeto 3 – AMMSM para Moçambique relativamente aos outros projetos existentes?**

“É preciso verificar que, o projeto nº 3 que envolve a Academia Militar não tem o mesmo peso em relação aos primeiros anos anteriores. Numa fase inicial este tinha mais peso na medida em que, estávamos ainda numa fase de criação e instauração da Academia em que a parte portuguesa tinha muito um Knowhow sobre isso, para ajudar a instalar a Academia e, com a instalação da Academia e com existência de muitos quadros moçambicanos formados tanto dentro de Moçambique como nos outros países diminui o peso deste projeto em relação aos outros, porque a tendência é a Academia autonomizar-se, aliás, este esta é a linha que liga qualquer tipo de cooperação que as Forças Armadas fazem com outros países no sentido em que, a cooperação existe para dotar a parte moçambicana de conhecimentos necessários para poder formar os outros, pelo que, não se pode viver de uma maneira indefinida com base na cooperação.

A cooperação cria bases que Moçambique autonomize-se e a Academia está a caminhar nesse sentido, como é fácil notar, já tem muitos quadros. Não tenho muitos dados mas acredito que a presença portuguesa na Academia Militar está reduzida, como é óbvio, assim como em vários outros projetos. De uma forma geral uma vez criada e dados os passos e criada a autonomia por parte de Moçambique a cooperação na tal área tende a reduzir, isto é, não há projetos eternos. A ideia é começar um projeto a seguir cria – se o knowhow e avança se para frente, implementando outros projetos.

Hoje em dia, a Academia Militar já não é prioridade. A prioridade passou para a formação e criação escolas de serviços, entretanto, a presença da cooperação portuguesa na Academia tende a reduzir em função doutros sectores e posso também falar de um outro projeto: o Instituto Superior de Estudos de Defesa das Forças Armadas e, este é um projeto novo que foi criado a mais ou menos 2 anos e é neste tipo de projetos que está a tender a cooperação técnico militar”

2. A CTM em curso com o Projeto 3 - AMMSM tem respondido às expectativas traçadas pelos dois governos do ponto de vista da formação e desenvolvimento das FADM? Ou, Houve uma evolução positiva?

“Penso que sim, porque, de uns anos para cá a Academia começou a graduar novos oficiais então isso é benéfico porque nas unidades militares já aparecem oficiais novos, pois, podia se entrar numa unidade encontrar oficiais só com idades superiores a 35 anos e agora tem de a haver uma mistura a nível de idades dos oficiais dentro das

unidades militares e esses oficiais tem dado uma nova e boa dinâmica as FADM, entretanto, nesse aspeto, a AM foi e tem sido uma boa aposta. No fundo nota-se uma alteração da situação interna das Forças armadas e se não fosse a AM estaríamos sempre dependentes da formação no exterior e até essa formação ser dada o nosso oficial estaria envelhecido.”

3. Quais são as principais linhas de evolução que se perspetivam na CTM entre Portugal e o Projeto 3 - AMMSM?

“A cooperação entre Portugal e a Academia Militar, é evidente que, sempre vai existir, porque vai existir sempre a cooperação entre a AM com outras Academias dos países amigos embora que, pode se dizer que o projeto com a AMMSM permitiu a formação de quadros a altura mas é preciso sempre beber de outras doutrinas, no fundo, independentemente do que seja a cooperação vai sempre existir e é necessária não só para consolidação dos conhecimentos já existentes como também para obtenção de novos conhecimentos, embora não com mesmo ímpeto como nos primeiros anos da existência da CTM.

O mundo não está parado e as coisas estão a evoluir, portanto, Moçambique também está a aprender e nesta fase é preciso notar o seguinte: a cooperação nesse aspeto é benéfica tanto para os dois países cooperantes porque por um lado Portugal adquire novas experiências e também aprende com Moçambique e, por sua vez, Moçambique também ganha novas experiências com o Portugal, aliás, o mundo hoje em dia permite que os países estejam a aprender regularmente e nenhum país deve se isolar do outro.”

4. Existe interesse da parte de Moçambique em continuar neste projeto de cooperação com a AMMSM?

“Não se pode afirmar em prol só da AM. A CTM entre Portugal e Moçambique continuará a existir e, de facto, existe esse interesse. O interesse traduz se internamente de acordo com as necessidades, sendo que, as necessidades podem estar com mais peso numa área em relação as outras, por exemplo, nos anos 90 a AM tinha um grande peso e agora esta substancialmente a reduzir esse peso mas, há áreas que na altura não tinham muito peso mas que, no entanto, tem vindo a ganhar peso e, de uma forma sucinta, a cooperação continuará a existir não só na Academia como também em várias outras áreas.”

5. Sabendo-se que está para breve a revisão do Programa Quadro, acha que Moçambique vai continuar interessado neste Projeto de Cooperação? Se sim, por quanto tempo? Moçambique Pretende continuar com esta cooperação com Portugal?

“Moçambique está sempre interessado, não podia deixar de ter interesse porque a cooperação permite com que haja troca de experiências entre os povos, permite o aprofundamento de conhecimento mútuo, permite apropriar-se de um knowhow dos outros, portanto, a cooperação é um fator de interesse por parte dos dois países. O que poderá acontecer são os constrangimentos a nível económico dadas as dificuldades financeiras de todos os países, mas de todas maneiras o interesse na cooperação continua e sempre haverá.”

6. Os cortes orçamentais impostos pelas Finanças Portuguesas tiveram alguma implicação na CTM do Projeto 3 – AMMSM?

“É preciso ter em atenção ao seguinte: a cooperação entre os dois países desenvolve-se a dois níveis, em que, um dos níveis tem a ver com o nível de formação interna ou o assessoramento das instituições internas, estou a falar de um trabalho conjunto, dentro do país posso dar exemplo da Academia, centro de fuzileiros, o outro nível tem a ver com a formação no exterior.

Posso dizer aqui que, a cooperação entre os dois países ainda não sentiu os cortes orçamentais significativos na medida em que o que se calhar pode acontecer é o equilíbrio das várias vertentes e/ou dos vários sectores que compõe a cooperação militar vai mudar de um polo para o outro de acordo com os interesses específicos nessa altura. É claro que pode ter influência a situação que se vive em Portugal mas, até agora ainda não se viu a influência que ponha em causa a cooperação e a vontade da cooperação, portanto, as restrições financeiras impostas a Portugal não interferem na vontade de cooperação entre os dois países mas, entretanto, poderá, se calhar, condicionar ou fazer mudar os pesos dos projetos mas no geral não pode condicionar a cooperação sendo este de interesse dos dois países, senão, não iria fazer sentido a CPLP.”

7. Existem alguns aspetos a melhorar na CTM do Projeto 3 – AMMSM? Se sim, quais?

“Neste momento não sei precisar em termos de peso que a Academia Militar tem na cooperação. Há que notar qual foi a evolução que a cooperação na AMMSM desde a sua

restauração, se calhar, a curva esta a descer, então se estiver a descer é difícil eu lhe responder a pergunta.”

8. Será que existem outras áreas da CTM relacionadas com as Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADAM) que Portugal ainda pode assessorar?

“Portugal está a assessorar, além do projeto da AMMSM, vários projetos por exemplo o Instituto Superior de Estudos de Defesa no tempo da AM esse projeto não existia e desde a sua criação Portugal tem vindo a fazer assessoria com vista a consolidação do mesmo e como eu já disse estamos agora a tentar o projeto com as escolas de serviços e tem-se notado a presença portuguesa na instalação de infraestruturas para estas escolas, entretanto, de uma forma geral a CTM entre Portugal e Moçambique intensifica-se nestas áreas e, volto ao que referi anteriormente, a inclinação da curva da cooperação depende das necessidades em várias áreas e não quer dizer que as necessidades já estão eliminadas mas há uma substancial diminuição de esforços numa área em prol de outras.”

9. Que ações são desenvolvidas pelas FADM no âmbito da CPLP e da UA e da SADC?

“No âmbito da CPLP, as Forças Armadas atuam de acordo com as Diretivas que emanam das reuniões dos Chefes do Estado-Maior (CEM) e dos Ministros, portanto eles é que decidem quando é que tem que haver exercícios militares. Os exercícios militares realizam-se anualmente, exercícios da série felino, agora outro tipo de atividades são decididas no âmbito das necessidades. A CPLP como organização neste momento só se limita a exercícios e formação e, que eu saiba, não há participação em Teatro de Operações (TO)⁷⁶, mesmo ao nível das Nações Unidas (ONU) cada país tem participado como país e não como membro de uma organização (CPLP).

No âmbito da SADC existe a Força de Alerta da SADC, SADC Stand by Force Brigade, da qual Moçambique faz parte e, eu trabalhei durante vários anos no EM dessa força de alerta no Botswana, no entanto, não é uma brigada física mas, de um grupo de tropas de uma certa área específica de cada país membro da SADC que a qualquer altura pode ser chamada para formar a tal força. Pelas notícias, parece-me, essa brigada foi recentemente convocada para marcar presença no Congo Democrático, portanto, deve ser

⁷⁶ Se bem que houve tentativa de criação da tal força para intervir na Guiné-Bissau quando houve Golpe de Estado e eu tinha sido designado para comandar essa força. Como eu disse essa força não chegou a existir.

a primeira vez que esta brigada foi mobilizada a nível operacional, apesar de, já ter sido mobilizada em Lusaca para oficialização da mesma na qual Moçambique teve a participação de uma companhia.

No âmbito da UA e ONU, as FADM tem participado em várias missões. Moçambique teve um contingente no Burundi a alguns anos e em Timor-Leste e atualmente tem tido observadores no Congo, Sudão, Uganda e Darfur. “

Apêndice E - Entrevista Estruturada ao Comandante da Academia Militar

Interlocutor: Major General Dias Coimbra

Entrevistador: Aspirante Art. Nelson Samuel Nhantumbo

Cargo: Cmdt da Academia Militar

Data: 10 de Abril de 2013

Hora: 10h30

Local: Academia Militar

Suporte: Anotações, papel e caneta

Preâmbulo de orientação:

Esta entrevista está inserida no âmbito do meu Trabalho de Investigação Aplicada (TIA), com o principal objetivo a obtenção de grau de Mestre em Ciências Militares na especialidade de Artilharia, está subordinado ao tema **“Cooperação Técnico-Militar entre Portugal e Moçambique, projetos em curso e perspetivas futuras caso específico da Academia Militar Marechal Samora Machel”** apresenta-se o seguinte guião de entrevista.

A entrevista que se segue fundamenta-se na recolha de informações relativas ao funcionamento da CTM entre Portugal e a Academia Militar, pelo que, a mesma é direcionada a oficiais e entidades que estão ligadas na área da Cooperação com os dois países e, concretamente para entidades que tem dado o seu contributo para o desenvolvimento das FADM através da AMMSM apoiando se nos Programas-Quadro traçados pelos dois estados no domínio da Defesa.

O objetivo fundamental desta entrevista é identificar as principais linhas de evolução à vista para os dois países no Projeto 3-AMMSM. A fim de objetivar a entrevista sobressaem algumas questões.

1. Portugal tem desenvolvido vários projetos no âmbito da CTM com Moçambique. Do seu ponto de vista e da AM, qual a importância/prioridade do Projeto 3 com AMMSM para Portugal em relação a outros projetos?

O projeto com a AMMSM é, de facto, prioritário pois este é o projeto mais avançado que temos. O ciclo completou-se aquando da graduação dos primeiros alunos da AMSMM após a conclusão dos cursos e a realização dos tirocínios pelos mesmos alunos. O objetivo principal do apoio a AMMSM já está cumprido e neste momento estamos na fase de consolidação de alguns aspetos que possam estar a correr de uma forma menos satisfatória.

2. Os projetos da CTM entre os dois Países já se prolongam a vários anos. Os anteriores Programas-Quadro e o atual Projeto 3 (AMMSM) têm respondido às expectativas traçadas pelos dois governos do ponto de vista da formação e desenvolvimento das FADM?

Sim, pelo menos nós temos cumprido o que nos é pedido, que passa pela formação dos quadros das FADM.

3. Existe interesse da parte da AM interesse em continuar neste projeto de cooperação com a AMMSM?

A AM está interessada em continuar no âmbito do Projeto nº 3, tanto é assim que além da assessoria residente ainda este ano vão ser enviados mais oficiais para prestar assessoria nos cursos de Blindados, de Engenharia Militar e de Transmissões.

4. Face aos cortes orçamentais impostas a Portugal e conseqüentemente no Exército Português, poderá estar em risco o intercâmbio entre a AM e AMSM decorrente dessas limitações? Ou de outra forma, os cortes orçamentais impostos pelas Finanças Portuguesas à AM tiveram alguma implicação na execução dos atuais projetos e, principalmente, do Projeto 3?

Não houve cortes naquilo que está a ser feito. Conseguimos cumprir os principais objetivos que foram traçados no início do projeto. Temos conseguido resolver a maior parte das dificuldades através dos recursos que estão no local.

5. Na sua opinião, existem alguns aspetos a melhorar no âmbito do Projeto nº 3? Se sim, quais?

A AMMSM é que tem o direito e dever de definir aquelas que são as suas prioridades e, conseqüentemente, aquilo que pretende alcançar e nós apenas estamos a

prestar o apoio necessário à AMMSM. Cada um faz o levantamento do que corre menos bem e trabalha para ultrapassar tais dificuldades.

6. Será que existem outras áreas da CTM relacionadas com as Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM) em que Portugal pode oferecer mais assessoria? Por exemplo criação das Escolas Práticas das Armas para apoio ao Tirocínio em Moçambique.

Nós temos tentado dar o nosso apoio através de assessores temporários também nessa área à AM em Moçambique, mas não podemos impor nada a Moçambique uma vez que estamos na qualidade de um país cooperante. Neste sentido, têm que sido equacionados por Moçambique os recursos disponíveis, sistemas de forças e dispositivo, só então é que se deve traçar as áreas em que são necessárias assessorias ou apoios por parte do Exército Português.

7. Ainda no âmbito da questão anterior, será que existem Projetos de CTM que ainda poderão ser melhorados?

Aspetos a melhorar existem, no entanto, depende do que a AMMSM desejar, nós estamos abertos a apoiar em tudo o que necessitam e a conversar para encontrarmos as melhores soluções.

8. Na sua opinião quais são as principais linhas de evolução que se perspetivam na CTM entre Portugal e o Projeto 3 - AMMSM?

A qualidade reside sempre em melhorar e esse processo é contínuo.

A AM continuará a estreitar as relações com a sua congénere Moçambicana de forma a apoiar o seu fortalecimento e desenvolvimento.

O Major General Dias Coimbra Cmdt da Academia Militar, acrescentou ainda *que até agora, o processo que temos levado a cabo pela AM em apoio à AMMSM em Moçambique tem tido êxito, no entanto, há aspetos que podem ser melhorados ao nível do tirocínio mas isso já ultrapassa a estrutura da AM Portuguesa, cabe às FADM tomarem iniciativa para a resolução desses aspetos que correm menos bem. Em Portugal estamos a criar a escola das Armas mas isso não quer dizer que Moçambique tenha que optar pelo mesmo caminho. Apenas apoiamos as soluções que Moçambique desejar*

Apêndice F - Entrevista Estruturada ao Major Roberto Mariano

Interlocutor: Major Roberto Mariano

Entrevistador: Aspirante Art. Nelson Samuel Nhantumbo

Cargo: Professor na Academia Militar

Data: 12 de Abril de 2013

Hora: 11h00

Local: Academia Militar da Amadora

Suporte: Gravação Áudio

Preâmbulo de orientação:

Esta entrevista está inserida no âmbito do meu Trabalho de Investigação Aplicada (TIA), com o principal objetivo a obtenção de grau de Mestre em Ciências Militares na especialidade de Artilharia, está subordinado ao tema **“Cooperação Técnico-Militar entre Portugal e Moçambique, projetos em curso e perspectivas futuras caso específico da Academia Militar Marechal Samora Machel”** apresenta-se o seguinte guião de entrevista.

A entrevista que se segue fundamenta-se na recolha de informações relativas ao funcionamento da CTM entre Portugal e a Academia Militar, pelo que, a mesma é direcionada a oficiais e entidades que estão ligadas na área da Cooperação com os dois países e, concretamente para entidades que tem dado o seu contributo para o desenvolvimento das FADM através da AMMSM apoiando se nos Programas-Quadro traçados pelos dois estados no domínio da Defesa.

O objetivo fundamental desta entrevista é identificar as principais linhas de evolução à vista para os dois países no Projeto 3-AMMSM. A fim de objetivar a entrevista sobressaem algumas questões.

Questões.

1. Portugal tem desenvolvido vários projetos no âmbito da CTM com Moçambique. Do seu ponto de vista e da AM, pelo facto de ter estado na AMMSM em representação da AM, qual a importância/prioridade do Projeto 3 com AMMSM para Portugal em relação a outros projetos?

“O conhecimento que tenho dos outros projetos é limitado. Quanto ao projeto da AMMSM, estou convencido que irá continuar por mais alguns anos, pois há interesse de ambas as partes (portuguesa e moçambicana) para que assim aconteça, sendo que, haveria outros projetos que mais cedo ou mais tarde iriam acabar mas o projeto com a AMMSM é um projeto que ainda vai manter – se durante alguns anos e, isto, de alguma forma, reflete a prioridade que Portugal dá a formação e ao apoio que é dado nesse caso específico da AMMSM. Entretanto, nós continuaremos a apoiar este projeto, no entanto, isto depende daquilo que são as necessidades do Exército Moçambicano.

Até porque, se olharmos para a África Austral, excluindo a África do Sul, vimos que Moçambique tem uma AM e apesar das suas carências e dificuldades tem estado a crescer. É um projeto de uma vida, não é um projeto que se complete em 4 ou mesmo 10 anos mas, é um processo que está sempre a evoluir, portanto demora muitos anos a avançar e a estabilizar e se considerarmos os 5 anos iniciais do projeto até a saída dos primeiros-oficiais, se não me engano são 3 senão 2 que saíram da AM. Portanto face a estes dados podemos dizer que estamos ainda no princípio.

Se olharmos para as dificuldades que são muitas, para além das dimensões do país, que é colossal, para as dificuldades que se apresentam em termos doutrinários⁷⁷ o processo de transformação ainda vai levar alguns anos e, de uma forma geral, este projeto é prioritário no âmbito da CTM.”

2. Os projetos da CTM entre os dois Países já se prolongam a vários anos. Os anteriores Programas-Quadro e o atual Projeto 3 (AMMSM) têm respondido às expectativas traçadas pelos dois governos do ponto de vista da formação e desenvolvimento das FADM?

“Eu acho que sim, temos conseguido mandar uma equipa de assessores permanentes, que ficam lá durante 1 ano a assessorar a AMMSM e, também sempre que possível, a AM Portuguesa tem mandado assessores temporários em algumas áreas. Estes assessores ficam lá durante um determinado período a assessorar os professores da

⁷⁷Com dificuldades em termos doutrinários quero dizer que os alunos que saem da AMMSM tem um paradigma, um modelo semelhante modelo NATO que eles estão a tentar adotar, isto é, tem semelhanças com o modelo que se ensina em Portugal, a tática que se ensina em Portugal é modelo NATO, e por outro lado, se olharmos para a grande maioria dos oficiais presentes nas fileiras do Exército Moçambicano tem uma doutrina que tem por base o antigo pacto de Varsóvia, ou seja, são oficiais, sargentos que tiveram a sua formação através de conselheiros Cubanos, Chineses, Coreanos, Russos, ou seja temos aqui um processo de transição que ainda vai demorar uns anos consideráveis e isto também dificulta esse processo de adaptação.

AMMSM e verificar a evolução da situação. Regista-se que de alguns anos para cá tem havido uma maior autonomia por parte dos professores da AMMSM e, necessariamente é importante que assim aconteça, mas ainda está num processo de evolução, as infraestruturas carecem ainda de serem melhoradas e, de facto, tem havido um esforço para tal.”

3. Existe interesse da parte da AM interesse em continuar neste projeto de cooperação com a AMMSM?

“Sim, de facto, há esse interesse. Eu, como assessor do diretor do projeto, senti isso quando lá estive, quando o MDN e CEMGFA dizem que este projeto é para se manter isto reflete um interesse da parte de Portugal, não da minha pessoa mas do Governo Português, no sentido de manter o apoio à AMMSM”.

4. Face aos cortes orçamentais impostas a Portugal e consequentemente no Exército Português, Poderá estar em risco o intercâmbio entre a AM e AMSM decorrente dessas limitações? Ou por outra, os cortes orçamentais impostos pelas Finanças Portuguesas a AM tiveram alguma implicação na execução dos atuais projetos e, principalmente do Projeto 3?

“Bom, em termos de assessoria permanente não houve cortes, isto é, a situação mantém-se, onde têm sido verificados alguns constrangimentos é nas assessorias temporárias, uma vez que envolvem verbas e essas nem sempre estão disponíveis. Tem havido uma limitação no sentido de que as pessoas não têm ido tanto para lá, mas isso prende-se ao facto de haver necessidade de deixar as pessoas de lá fazerem o trabalho, não podemos estar sempre presentes. Há uma assessoria permanente⁷⁸ que faz esse trabalho mas a assessoria temporária numa fase inicial ia para lá com mais frequência e agora muito menos.”

5. Na sua opinião, existem alguns aspetos a melhorar no âmbito do Projeto nº 3? Se sim, quais?

⁷⁸Compõe o DT do Projeto e o assessor do DT do projeto e vão intercalando durante um período de um ano. A equipa nunca sai toda de uma vez só, isto visa garantir uma continuidade dos trabalhos.

“Em termos de organização da própria AMMSM, isto é, organização de pessoal, reparei que havia falta de pessoal qualificado a nível de secretaria⁷⁹, ou seja, os oficiais debatiam-se com um problema que nós aqui não temos que é a falta de pessoal qualificado para fazer o trabalho de secretaria, e isto complica o sistema todo, visto que o oficial tem que abdicar das suas funções para fazer o trabalho de secretaria o que complica tudo e leva bastante tempo, portanto, tem que haver aí uma gestão para conseguir-se pessoal qualificado nessa área.

Em termos de infraestruturas, a Academia está implantada no terreno, mas ainda é muito carente de infraestruturas, não estou a referir-me especificamente aos alojamentos, sendo que, estes estão bons e impecáveis em termos de higiene, no entanto, a AM tem algumas carências que são resultado da organização da sociedade, não tem água corrente em muitos períodos, portanto, eles tem que fazer garantir o abastecimento de água por outras vias e isto obriga a adaptações do próprio horário de funcionamento das aulas entre outras particularidades, o que tem exigido por parte da AMMSM um esforço para se adaptar face a essas situações.

As salas de aula algumas já vão tendo condições boas, mas essas que tem boas condições são uma minoria, porque uma boa parte delas tem falta de condições, as carteiras são velhas, as infraestruturas estão bastante degradadas, portanto, vai ter que haver ali um investimento grande. Depois temos as infraestruturas do pessoal que apoia a unidade, neste caso praças, são quase inexistentes pelo menos até a data da minha saída. O refeitório apresenta boas condições e as cozinhas têm vindo a melhorar. Relativamente ao pessoal que trabalha nessa área, verifica-se que necessitam de mais formação.

Em termos gerais, há que melhorar as condições de utilização da maioria das salas de aulas. Relativamente às infraestruturas desportivas, estas são praticamente inexistentes. Podendo ser resumidas a uma pista de obstáculos de 200 metros. Para além disso há uma falta de equipamentos mais básicos para conseguir ministrar uma aula de educação física.”

6. Será que existem outras áreas da CTM relacionadas com as Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM) que Portugal oferecer mais assessoria? Por

⁷⁹*Há muitos oficiais que já vem desde a guerra civil que continuaram nas fileiras que decorrentes do facto de não terem tido formação, não sabem trabalhar com o computador, não sabem trabalhar no excel, word e etc. e isto obriga que os oficiais que deviam ser os coordenadores e pensadores passam a ser executantes e depois não tem tempo para coordenar e por aí fora e também há poucos empregados civis.*

exemplo criação das Escolas Práticas das Armas para apoio ao Tirocínio em Moçambique. Será que existem Projetos de CTM que ainda poderão ser melhorados?

“Portugal tem vários projetos em Moçambique no âmbito da CTM e esses projetos tem por objetivo criar bases para a organização das FADM e isto carece de uma coordenação eficaz e em relação a estes projetos não tenho muito a dizer. Em conversa informal com General penso que a intenção das FADM é criar as ditas escolas praticas mas não em moldes de Portugal, escolas praticas separadas, mas criação de uma escola prática das armas ou uma escola prática conjunta, mas não sei concretamente em que ponto de situação isso está.”

7. Na sua opinião quais são as principais linhas de evolução que se perspetivam na CTM entre Portugal e o Projeto 3 - AMMSM?

“É continuar com assessoria permanente, e temporária (porque ainda é necessária), por mais alguns anos, mas é claro que isso carece sempre de acordo entre os dois países, mas a cooperação vai continuar. É necessário, se parasse agora seria deixar o trabalho meio feito e até seria bom que se mantivesse, mesmo que acabe a assessoria seria importante que viessem oficiais moçambicanos receber formação académica em Portugal. Não seria de todo descabido, pelo menos nesta fase Portugal não só dar formação académica inicial (durante a AM), mas dar também o Curso de Promoção a Capitão (CPC) o Curso de Promoção a Oficial General (CPOG) até que a estrutura dentro de Moçambique estivesse completamente estabilizada e estamos a falar de uma vida inteira, de uma geração, entretanto, a geração de oficiais formados nas Academias Militares tinha que substituir toda a estrutura, claro que isso é possível a longo prazo. E já temos oficiais formados na AM em Portugal a ocupar lugares de destaque, como por exemplo, Comandante do Corpo de Alunos, só que é um Coronel que teve apenas a formação na Academia Militar. Veria com muito agrado esses oficiais continuarem a sua formação em Portugal, fazerem o CPC, a seguir fazer o CPOS e mesmo o CPOG. ”

Apêndice G - Entrevista Estruturada ao Exmo. Major-General Daniel Frazão

Interlocutor: MGen. Daniel Frazão

Entrevistador: Aspirante Art. Nelson Samuel Nhantumbo

Cargo: Cmdt do Instituto Superior de Estudos de Defesa das Forças Armadas

Data: 21 de abril de 2013

Hora: 16h00

Local: Hotel VIP Grand Lisboa

Suporte: Gravação Áudio

Preâmbulo de orientação:

Esta entrevista está inserida no âmbito do meu Trabalho de Investigação Aplicada (TIA), com o principal objetivo a obtenção de grau de Mestre em Ciências Militares na especialidade de Artilharia, está subordinado ao tema **“Cooperação Técnico-Militar entre Portugal e Moçambique, projetos em curso e perspectivas futuras caso específico da Academia Militar Marechal Samora Machel”** apresenta-se o seguinte guião de entrevista.

A entrevista que se segue fundamenta-se na recolha de informações relativas ao funcionamento da CTM entre Portugal e a Academia Militar, pelo que, a mesma é direcionada a oficiais e entidades que estão ligadas na área da Cooperação com os dois países e, concretamente para entidades que tem dado o seu contributo para o desenvolvimento das FADM através da AMMSM apoiando se nos Programas-Quadro traçados pelos dois estados no domínio da Defesa.

O objetivo fundamental desta entrevista é identificar as principais linhas de evolução à vista para os dois países no Projeto 3-AMMSM. A fim de objetivar a entrevista sobressaem algumas questões.

Questões

1. Portugal tem desenvolvido vários projetos no âmbito da CTM com Moçambique. Do seu ponto de vista e da AMMSM, qual a importância/prioridade do Projeto 3 (AMMSM em relação a outros projetos que Portugal desenvolve em Moçambique?

“Para nós, toda a área de formação é importante, pois, não é possível formar oficiais sem formar sargentos e, de igual modo, não é possível formar sargentos sem que haja escolas práticas onde os sargentos e cadetes formados possam ter prática do que tem aprendido, também, não é possível ter oficiais de carreira sem ter institutos, onde eles possam ter os seus cursos de promoção. Para nós, toda a área de formação é importante e ela tem que estar interligada. De forma que, não podemos entregar a formação na AMMSM a um país e a escola de sargentos a um outro país e o instituto noutra país, porque a formação é um sistema e o sistema tem que falar a mesma língua, não queremos correr o risco de estarmos desanexados em termos de pensamento, é necessário que haja uma formação com a mesma proporção em termos doutrinários para que haja entendimento entre oficiais, sargentos. Então, uma vez que, a formação é um sistema e tem que estar ligada desde o nível mais básico ao nível superior, entendemos que todo ciclo que envolve a formação é importante e é prioritário, pelo que, todas as escolas de formação militar devem ter o mesmo princípio doutrinário.”

2. Os projetos da CTM entre os dois Países já se prolongam a vários anos. Os anteriores Programas-Quadro e o atual Projeto 3 (AMMSM) têm respondido às expectativas traçadas pelos dois governos do ponto de vista da formação e com vista ao desenvolvimento das FADM?

“Sim, a formação na AM tem respondido ao que foi projetado pelos dois países, tanto que, este ano, os primeiros graduados pela AM, neste caso eram 49 oficiais, estão frequentar o CPC e de acordo com o estatuto das FA tem que permanecer no posto capitão durante 6 anos e no 5 ano frequentam o curso de promoção a oficial superior. E, de certa forma, as expectativas são maiores e o número de cadetes para a AM vai aumentando a medida que os anos passam. Saliento que, esses oficiais vão trazer inovações para o ceio das FA apesar da realidade em Moçambique. E, este sistema de formação e os PQ satisfazem e estão a ser adequados face ao que estávamos a espera.”

3. Sabendo-se que está para breve a revisão do Programa Quadro, acha que Moçambique vai continuar interessado neste Projeto de Cooperação? Se sim, por quanto tempo Moçambique pretende continuar com esta cooperação com Portugal?

“Como é óbvio, a nossa AM tem formado nos 3 ramos das FA e, neste momento, ainda não temos 10% dos cursos que devíamos ministrar nos 3 ramos. Se tivéssemos todos cursos e especialidades que são ministradas na Força Aérea, no Exército e na Marinha, já

estaríamos descansados. Só descansaremos quando os alunos formados na AM frequentarem o instituto de promoção a oficial superior de forma a ganharem mais valências em várias especialidades e regressarem a AM na qualidade de docentes. Ainda falta muito para isso acontecer. Só em 2018 é que o primeiro curso formado na AM vai fazer o curso de promoção a oficial superior e a partir da conclusão destes cursos podemos devolver os oficiais a AM após ganharem experiência acumulada durante o tempo de comando. E neste momento não podemos nos iludir, ainda há muito caminho por percorrer.

Há muito interesse que estes projetos continuem, porque, praticamente, ainda não fizemos nada, não é fácil montar um estabelecimento do ensino superior hoje na AM temos infantaria, blindados, Administração Militar, e comunicações da Força Aérea e na Marinha temos fuzileiros e faltam as outras especialidades que ainda não foram introduzidas na AM. Só nos sentiremos satisfeitos quando tivermos todos cursos dos 3 ramos dentro da AM e, nessa altura, Portugal deixará de assessorar algumas áreas mas, nesta fase, ainda é muito cedo, se Portugal interrompesse a assessoria com AM nós não iremos conseguir assegurar, isto é, a academia cai, o instituto cai, os centros de instrução das forças especiais também caem, portanto, mais do que nunca precisamos do apoio de Portugal em Moçambique.”

4. Na sua opinião, que aspetos é que podem ser melhorados decorrentes do Projeto nº 3?

“O primeiro aspeto que deve ser melhorado é o seguinte: Portugal deve permitir que haja um protocolo ou um memorando de cooperação direta entre as Academias Militares do Exército, Força Aérea e da Marinha com a AMMSM, de forma que esta ligação não passe antes pela DGPDN, os planeamentos devem ser feitos diretamente em que um grupo de especialistas sentam e discutem os problemas que atingem a AMMSM. A DGPDN pode até coordenar essas relações mas deve sempre existir ligação direta entre AMMSM e as Academias Militares Portuguesas, no sentido de, haver professores da AM em Portugal a deslocarem-se para Moçambique para darem algumas palestras na Academia Militar.

Há uma necessidade de haver formação tanto a nível de professores como a nível dos alunos, o intercâmbio podia também passar pela formação dos oficiais Moçambicanos em Portugal e a seguir serem postos a prova dando algumas aulas na AM em Portugal para a avaliação do nível de experiência, porque, de facto, é o que Moçambique está a

procura. Nós não estamos interessados em ver Portugal eternamente a assessorar os projetos com Moçambique, queremos que haja condições por parte das FADM de continuar com os projetos que futuramente possam ser abandonados por Portugal.”

5. Será que existem outras áreas da CTM relacionadas com as Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM) nas quais Moçambique quer que sejam assessoradas por Portugal? Por exemplo criação das Escolas Práticas das Armas para apoio ao Tirocínio em Moçambique.

“O sistema não termina, apenas, na área da formação. Quando os governos assinaram o primeiro protocolo definiram que a conceptualização (conceber), a organização e funcionamento das FA está na responsabilidade de Portugal, com isso quero dizer que, nós estamos numa fase bastante avançada de cooperação na formação⁸⁰, mas não estamos satisfeitos na organização dos ramos, isto, implica que, a fase a seguir devia corresponder ao envio dos assessores para organização dos ramos⁸¹, sendo que, esses assessores deviam ser enviados para a organização das unidades e subunidades de cada um dos ramos.

Pensamos que Portugal devia continuar, porque, Portugal é começou com o sistema de formação e esse sistema de formação tem que se ligar ao sistema de comando de tropas e as tropas estão nos ramos. É preciso que a cooperação desça para a organização dos ramos, por forma a podermos conceber de acordo com a dimensão do nosso território que tipo de unidades, do Exército, Marinha, e Força Aérea, são necessárias para defesa de Moçambique e mais uma vez, essa ligação tem que ser feita entre os ramos do Exército Moçambicano e os ramos do Exército Português. Deveria haver um protocolo que materializa o que é preciso nas unidades em Moçambique e por quanto tempo seria, neste caso, necessário o apoio na organização dessas unidades”

6. Face aos cortes orçamentais impostas a Portugal e consequentemente no Exército Português, estará em risco o intercâmbio entre a AMMSM e o Exército Português decorrente dessas limitações? Ou por outra, os cortes orçamentais impostos pelas Finanças Portuguesas, ao Exército Português, tiveram alguma implicação na execução dos atuais projetos da CTM e, principalmente do Projeto 3?

⁸⁰ Lê-se, já sabemos o que queremos e o que pode ser melhorado, etc.

⁸¹ 1 Assessor para cada ramo, Exército, Marinha e Força Aérea.

“Sim, houve cortes, aliás o único problema é o facto de Portugal ter feito esses cortes sem coordenar com Moçambique, porque, em termos políticos⁸² a crise Portuguesa é também a crise Moçambicana, por causa dos laços de amizade e cooperação cultural que se prolongam já há bastante tempo, e nesta ordem de ideias, há uma distribuição de responsabilidades. Entretanto, Portugal devia ter reunido com as FADM antes de cortar as verbas da cooperação para definir se como é que os dois países iriam proceder face as limitações Portuguesas.

Portugal começou a cortar em tudo, cortou na AM em Portugal⁸³ e ao fazer esses cortes na AM está a cortar, o futuro dos oficiais na AMMSM, os futuros professores, os futuros instrutores e isso não podia ter acontecido. A responsabilidade pode ser dividida, deveria ter havido uma flexibilidade por parte do exército Português para minimizar esses cortes. Portugal cortou, também, a nível estratégico, cortou no IESM e no CPOG, como é que isso é possível. Foi um erro estratégico de Portugal ao fazer esses cortes nessas principais áreas de Portugal, nós sabemos que o forte de Portugal é a formação e Portugal não podia fazer cortes a estes níveis. Nos sempre tivemos interesse na formação externa, porque, oferece uma mais-valia aos países e nós estávamos e estamos preparados para enviar jovens e oficiais para serem formados nas escolas e institutos de ensino Portugueses nem que tenhamos que pagar, mas Portugal não aceitou essa hipótese.”

7. Na sua opinião quais são as principais linhas de evolução que se perspetivam na CTM entre Portugal e o Projeto 3 - AMMSM?

“O Programa-Quadro deve voltar a ser discutido, mas o assunto devia ser numa primeira fase ser discutido pelos militares e com base nas decisões que os militares propuserem os políticos limitarem-se a adotarem às decisões militares. Muitas das vezes, os políticos discutem e decidem e os militares simplesmente adotam e cumprem o que foi aprovado e decidido pelos políticos, e esses não tem conhecimento da realidade da organização das Forças Armadas e apenas limitam se a cortar nas FA e isso não leva a lado nenhum. Nesta fase, tanto Moçambique como Angola estão na altura de assumirem as suas responsabilidades sobretudo na área da formação, nós percebemos que Portugal está em dificuldades financeiras e já a cooperação já não funciona como antes que Portugal só investia e nós não podemos deixar de aproveitar os estabelecimentos

⁸² Os nossos Políticos dizem que a crise Portuguesa é também crise Moçambicana.

⁸³ Alunos Moçambicanos que vinham a ser formados na AM em Portugal desde 1986.

Portugueses para formarmos os nossos quadros, tem que haver é clareza, condições de pagamento e de certeza que Moçambique iria assumir as suas responsabilidades.

8. Que ações são desenvolvidas pelas FADM no âmbito da CPLP e da UA e da SADC?

“Nós estamos muito bem posicionados face a experiência que adquirimos no âmbito da Manutenção da Paz, tanto assim que, Moçambique tem sido um país preferido quando há conflitos a nível regional bem como no resto do continente. De forma que, os países da África Austral que estiverem a enfrentar um conflito preferem Moçambique para mediar o conflito dada a longa experiência que teve até a pacificação do conflito interno. Damos sempre resposta ao nível regional de acordo com as nossas possibilidades. Neste momento, estamos a organizar-nos para irmos a República Democrática do Congo, já estivemos no Burundi, Comores, e a vários outros pontos de África e temos trazido connosco uma satisfação dos países por onde temos passado face a nossa participação, tanto em comportamento como em postura.

Tempos, também, participado nos exercícios da série felino, no âmbito da CPLP, e não temos faltado apesar das nossas limitações financeiras.

Estou satisfeito com a participação das FA nesse aspeto. ”

9. Desafios

O que se avizinha no seio da Cooperação com os dois Países?

Qual vai ser o rumo dos projetos traduzidos em programas-Quadro que são traçados pelos dois Países?

Tudo dependerá daquilo que vai ser acordado depois da revisão do PQ, mas para mim, como General, gostaria de ver mais empenho na área da formação, porque, por mais modernos que sejam os meios que um possamos ter quando houver interesse nesses meios eles aparecem, um país pode ter tantos aviões e tantos carros de combate, tantos meios da Artilharia etc., quando não há homens formados não valerá nada tanta tecnologia, portanto, é preferível termos mais homens preparados e formados e adaptarmos esses homens aos meios disponíveis do que parar com a formação. Apesar das FADM não possuírem meios da Força Aérea, temos que formar pilotos, porque esses pilotos podem servir para suprir as necessidades do país a nível civil nas Linhas Aéreas de Moçambique.

Nesta fase das descobertas de carvão e gás natural, são precisos engenheiros para trabalharem nesses recursos, mas o país não tem esses engenheiros ao nível civil, sendo

que, se tivéssemos, nas FADM, engenheiros que são necessários para a tal exploração reconvertíamos esses engenheiros e não haveria necessidade de abriremos as portas ao mercado internacional. Os quadros nunca são muitos são sempre necessários.

10. Qual é o acompanhamento dado, ao nível da gestão de carreiras, aos oficiais recém-ingressados nas fileiras?

Neste momento, eu, particularmente, estou satisfeito com o nível que o EMG atingiu na área dos recursos humanos, já tivemos momentos bastante complicados em que não havia nenhum acompanhamento a oficiais formados em várias escolas e ensino superior militar. Face a situação que nós temos, e como eu já havia referido, só em 2018 é que vamos ter os primeiros Majores formados dentro da Academia Militar em Moçambique, no entanto, até 2018, esses oficiais estão a desempenhar vários cargos de comando nas unidades das FA. Entretanto o desafio que temos é: os jovens que são formados devem ter uma progressão conforme estabelecido no estatuto das FA, só assim é que esses jovens vão ganhar experiência. Neste momento, o acompanhamento na carreira está rigorosamente a ser respeitado e isso é motivo de maior satisfação.

11. Meu General não sei se terá algo a acrescentar?

Seria útil que a AMMSM pudesse implementar o mestrado integrado assim como a sua congénere em Portugal tem feito. Não podemos ficar atrasados enquanto tivermos um instrumento Português que podemos utilizar e não estamos.

O General Frazão acrescentou que “os oficiais que saem de vários países devem perceber que precisam ter uma progressão gradual, não podem querer promoção sem terem exigência de comando das forças em várias unidades das FADM”

Apêndice H- Entrevista Estruturada ao Comando da Academia Militar Marechal Samora Machel

Interlocutores: Exmo. Brig. Armindo Nhabinde;

Sr. Cor. Langa;

Exmo. Brig. Aníbal.

Entrevistador: Aspirante Art. Nelson Samuel Nhantumbo

Cargos: 2º Cndt da Academia Militar Marechal Samora Machel

Cndt do Corpo de Alunos da AMMSM

Diretor Nacional dos Recursos Humanos das FADM

Data: entre 01 de maio a 06 de junho de 2013

Hora:

Local:

Suporte: Correio eletrónico

Preâmbulo de orientação:

Esta entrevista está inserida no âmbito do meu Trabalho de Investigação Aplicada (TIA), com o principal objetivo a obtenção de grau de Mestre em Ciências Militares na especialidade de Artilharia, está subordinado ao tema **“Cooperação Técnico-Militar entre Portugal e Moçambique, projetos em curso e perspetivas futuras caso específico da Academia Militar Marechal Samora Machel”** apresenta-se o seguinte guião de entrevista.

A entrevista que se segue fundamenta-se na recolha de informações relativas ao funcionamento da CTM entre Portugal e a Academia Militar, pelo que, a mesma é direcionada a oficiais e entidades que estão ligadas na área da Cooperação com os dois países e, concretamente para entidades que tem dado o seu contributo para o desenvolvimento das FADM através da AMMSM apoiando se nos Programas-Quadro traçados pelos dois estados no domínio da Defesa.

O objetivo fundamental desta entrevista é identificar as principais linhas de evolução à vista para os dois países no Projeto 3-AMMSM. A fim de objetivar a entrevista sobressaem algumas questões.

Questões

1. Do seu ponto de vista, qual é a importância/prioridade do Projeto 3 – AMMSM para Moçambique relativamente aos outros projetos existentes?

“A prioridade deste projeto está ligada ao objectivo de formar profissionalmente e dotar os militares dos 3 ramos das Forças Armadas de conhecimentos técnicos e científicos de nível superior, que potenciam deste modo as capacidades do capital humano das Forças Armadas de Defesa de Moçambique.”

2. A CTM em curso com o Projeto 3 - AMMSM tem respondido às expectativas traçadas pelos dois governos do ponto de vista da formação e desenvolvimento das FADM? Ou, Houve uma evolução positiva?

“É afirmativo que a AMMSM tem respondido as expectativas criadas pelos dois governos. Caso contrário os dois governos teriam interrompido a continuação desse projeto ou dos PQ. Estes programas têm tido resultados, que acreditamos serem concretos para a consolidação das FADM, e as necessidades relativamente a estes PQ são avaliados por equipas designadas em função dos objetivos estratégicos das FADM. Melhor resposta seria dada pela Direção Nacional de Política de Defesa.”

“O grau de satisfação do apoio obtido da CTM na AMMSM claramente que é maior decorrendo das sinergias no domínio científico, pedagógico e militar. Notar que se trata da CTM que assiste a AM desde sua criação e tem servido de suporte no campo da programação/harmonização de conteúdos, na orientação metodológica. Foi agora aquando da criação de condições para o CPC iniciado a 6 de Maio/13, em que tanto na programação, quanto a realização do curso de formação de formadores, a AMMSM, contou com o apoio técnico/metodológico da CTM Portuguesa; Em termos percentuais, 90%, pois ainda existem áreas que poderiam ser melhoradas: Operacionalização do simulador da marinha, sincronização d tempo das assessorias permanentes com o ciclo letivo da AMMSM, entre outras.”

3. Sabendo-se que está para breve a revisão do Programa Quadro, acha que Moçambique vai continuar interessado neste Projeto de Cooperação? Se sim, por quanto tempo? Moçambique Pretende continuar com esta cooperação com Portugal?

“A Revisão do Programa Quadro realiza-se a nível político. Se Moçambique vai continuar interessado ou não nesse projeto vai depender da avaliação que o Governo Moçambicano fizer, mas o que é certo neste momento é que existe a necessidade de continuar com CTM, particularmente no que respeita a AMMSM. Aliás, esta posição foi defendida ontem 07/05/2013, na visita que o Diretor Geral d Política d Defesa Nacional de Portugal a AMMSM.”

4. Os cortes orçamentais impostos pelas Finanças Portuguesas tiveram alguma implicação na CTM do Projeto 3 – AMMSM?

“Os cortes orçamentais decretados pelo tesouro do governo português ao seu Exército têm implicações na capacidade de execução, que naturalmente vai obrigar a um novo exercício que leve a uma nova capacidade de resposta de acordo com a situação que está sendo vivida. O intercâmbio entre a AMMSM e o Exército português realiza-se via MDN que representa o Governo Moçambicano, e nessa ótica continuará a existir no quadro de acordos e de programas quadro celebrados entre os dois países com o propósito de apoiar o desenvolvimento de Moçambique e de contribuir para a segurança e a sua estabilidade interna.”

5. Existem alguns aspetos a melhorar na CTM do Projeto 3 – AMMSM? Se sim, quais?

“Os aspetos que podem ser melhorados decorrentes do Projeto nº3 é o ajustamento do envio de assessores que não coincide com o ano Académico da AMMSM. Por exemplo os atuais assessores, se não nos falha a memória, terminam o seu trabalho entre Julho e Agosto do corrente ano. As atividades ou seja os planos por eles iniciados a sua conclusão será feita por um outro assessor que precisara naturalmente de tempo para se enquadrar. O Ano Académico da AMMSM começa em Fevereiro e termina em Dezembro.”

6. Será que existem outras áreas da CTM relacionadas com as Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM) que Portugal ainda pode assessorar?

“As áreas de CTM relacionadas com as FADM em princípio cobrem as 3 áreas dos ramos das FADM. Naturalmente e de acordo com o grau de desafios, a Direção das FADM no âmbito dos projetos quadros vai delinear o devido entendimento para escolas práticas ou outras áreas.”

7. Que ações são desenvolvidas pelas FADM no âmbito da CPLP e da UA e da SADC?

“Sendo do nosso conhecimento ações desenvolvidas indicam se as realizam através de exercícios militares conjuntos, envio de observadores, operações de manutenção a paz.”

8. O que se avizinha no seio da Cooperação entre Portugal e Moçambique?

“A CTM Portugal-Moçambique é uma ferramenta de apoio institucional muito importante para as FADM pelo facto de trazer benefícios organizacionais que, de outra forma, estas não teriam acesso tão facilmente. Pelo que se acredita na intensificação e continuidade da mesma.”

“Porque as FADM ainda estão em desenvolvimento e necessitam de intervenções contínuas e desenvolvidas para responder atempada e cabalmente às diversas solicitações superiores, espera-se que a CTM continue a fazer esforço no sentido de atender às solicitações dos militares com quem interagem nos diferentes sectores e que continuem a, de forma proactiva, propor as modificações e reestruturações que considere pertinentes para a desburocratização e desenvolvimento das FADM”

9. Qual será o rumo dos projetos traduzidos em programas-quadro que são traçados pelos dois países?

“De um modo geral todas as Unidades e Órgãos que têm um Assessor da CTM tendem a maximizar a recorrência a estes para auxiliar no desenvolvimento e criação de condições materiais para o bom desempenho das atividades do sector. Atualmente estamos com vários projetos, como o caso dos que são respeitantes ao estabelecimento de ensino que também têm sido igualmente bem “explorados”. Os Assessores da CTM têm apoiado na elaboração de documentos estruturantes indispensáveis para a boa organização e desempenho das atividades a nível do sector de defesa no geral e das respetivas Unidades em particular. Apoiam igualmente na reorganização e formação de militares para as mais diversas funções.”

Apêndice I - Entrevista Estruturada ao Major-General Júlio Jane

Interlocutor: Exmo. Sr. MGen. Júlio Jane

Entrevistador: Aspirante Art. Nelson Samuel Nhantumbo

Cargos: 2º Cmdt do Serviço cívico de Moçambique

Data: entre 01 de maio a 06 de junho de 2013

Hora:

Local:

Suporte: Correio eletrónico

Preâmbulo de orientação:

Esta entrevista está inserida no âmbito do meu Trabalho de Investigação Aplicada (TIA), com o principal objetivo a obtenção de grau de Mestre em Ciências Militares na especialidade de Artilharia, está subordinado ao tema **“Cooperação Técnico-Militar entre Portugal e Moçambique, projetos em curso e perspectivas futuras caso específico da Academia Militar Marechal Samora Machel”** apresenta-se o seguinte guião de entrevista.

A entrevista que se segue fundamenta-se na recolha de informações relativas ao funcionamento da CTM entre Portugal e a Academia Militar, pelo que, a mesma é direcionada a oficiais e entidades que estão ligadas na área da Cooperação com os dois países e, concretamente para entidades que tem dado o seu contributo para o desenvolvimento das FADM através da AMMSM apoiando se nos Programas-Quadro traçados pelos dois estados no domínio da Defesa.

O objetivo fundamental desta entrevista é identificar as principais linhas de evolução à vista para os dois países no Projeto 3-AMMSM. A fim de objetivar a entrevista sobressaem algumas questões.

Questões

1. Existe interesse da parte de Moçambique em continuar neste projeto de cooperação com a AMMSM?

“Sim, Moçambique continuará interessado no Projeto de Cooperação com Portugal. A Cooperação com Portugal durará o tempo que ambos os Estados acharem por bem em mantê-la. As dinâmicas dessa Cooperação, bem como os interesses de parte a parte, serão o termómetro que ditará a sua continuação ou não.”

2. Os cortes orçamentais impostos pelas Finanças Portuguesas tiveram alguma implicação na CTM do Projeto 3 – AMMSM?

“A Cooperação Técnico-Militar (CTM) entre Portugal e Moçambique vai continuar a existir, não obstante os constrangimentos impostos pela situação internacional caracterizada pela crise económico-financeira. Pelo que a cooperação entre a Academia Militar e as instituições militares portuguesas de ensino continuará, devendo adaptar-se e evoluir em funções das necessidades de cada fase.”

3. Quais são as principais linhas de evolução que se perspetivam na CTM entre Portugal e o Projeto 3 - AMMSM?

“Considerando que as FADM continuam envolvidas em processo organizacional e de crescimento, e levando em linha de conta que as linhas de Cooperação são tecidas pelas necessidades do crescimento das instituições, em parceria ou não, é natural que mais áreas da CTM entre os dois Estados venham a existir, mormente no capítulo da assessoria ou assistência militar.

Porém, nos dias que correm, devido a crise económica que abala muitos Estados europeus, incluindo Portugal, e não só, a tendência atual é de pragmatismo, restringindo as despesas atinentes à cooperação em áreas imprescindíveis, no conjunto dos treze (13) projetos ora em curso. O mais importante é que tenhamos projetos que sejam exequíveis, dada a escassez de recursos que teima em prevalecer.”

4. Será que existem outras áreas da CTM relacionadas com as Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADAM) que Portugal ainda pode assessorar?

“Sim, existem. Em princípio, todas as áreas em que Moçambique coopera com Portugal. Mas, neste momento, pensamos que as que mais necessitam da assistência de Portugal são:

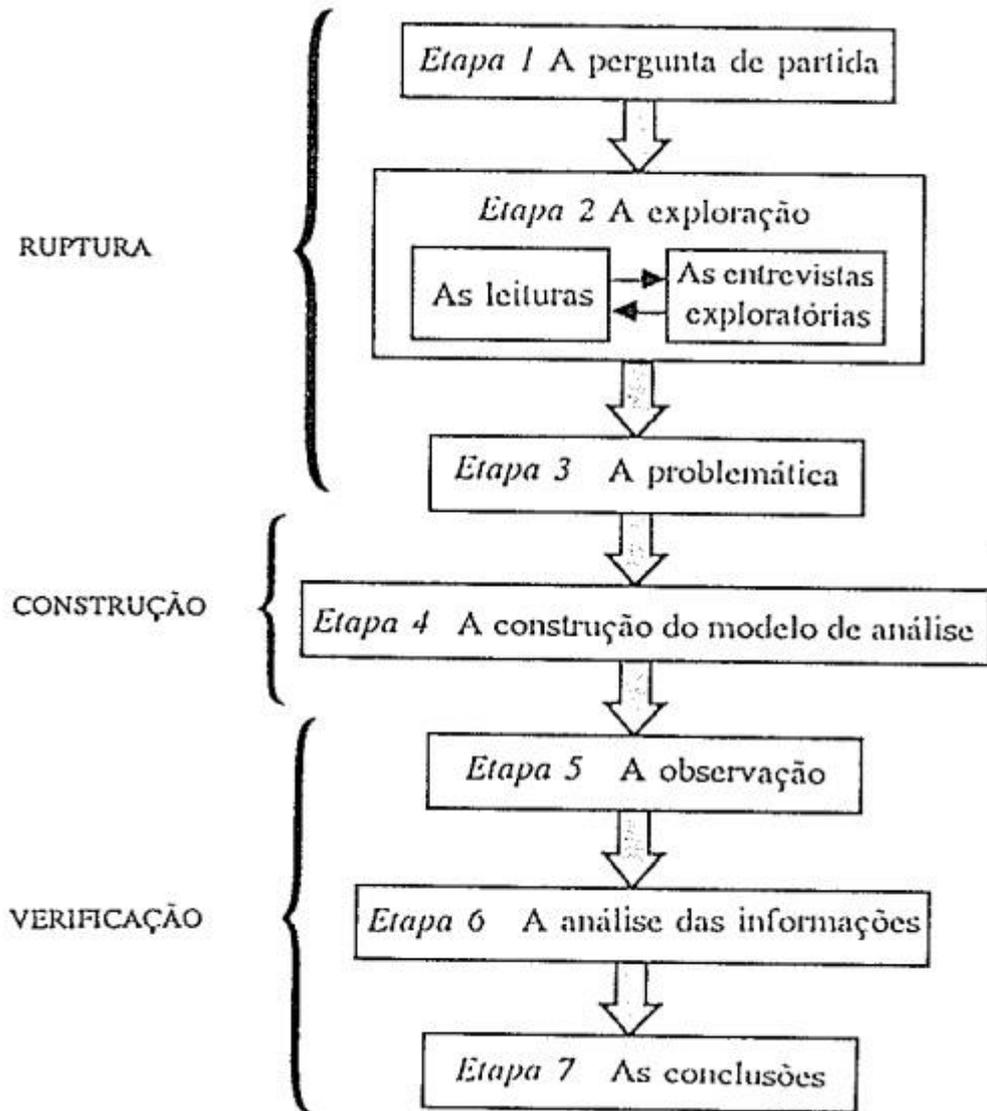
ISEDEF (Instituto Superior de Estudos de Defesa, Tenente-General Armando Emílio Guebuza); Projeto 1 (Apoio à Estrutura Superior das Forças Armadas de Defesa de Moçambique); AMMSM (Academia Militar Marechal Samora Machel); ESFA (Escola de

Sargento das Forças Armadas); EPA (Escola Prática de Aviação); EFN (Escola de Fuzileiros Navais).

“A aprovação dos PQ, em todos os períodos em que estes vierem vigorando desde 1994 a esta parte, foi matéria de concertação bilateral entre ambos os Estados. Por conseguinte, só o futuro dirá quais as necessidades em função das áreas a acordar. Porém, a curto prazo, há necessidade de Portugal apoiar Moçambique no refrescamento do Corpo Docente das instituições acima enumeradas; criação e apetrechamento das Bibliotecas; atualização dos manuais de ensino e apoio na conceção/formulação doutrinária.”

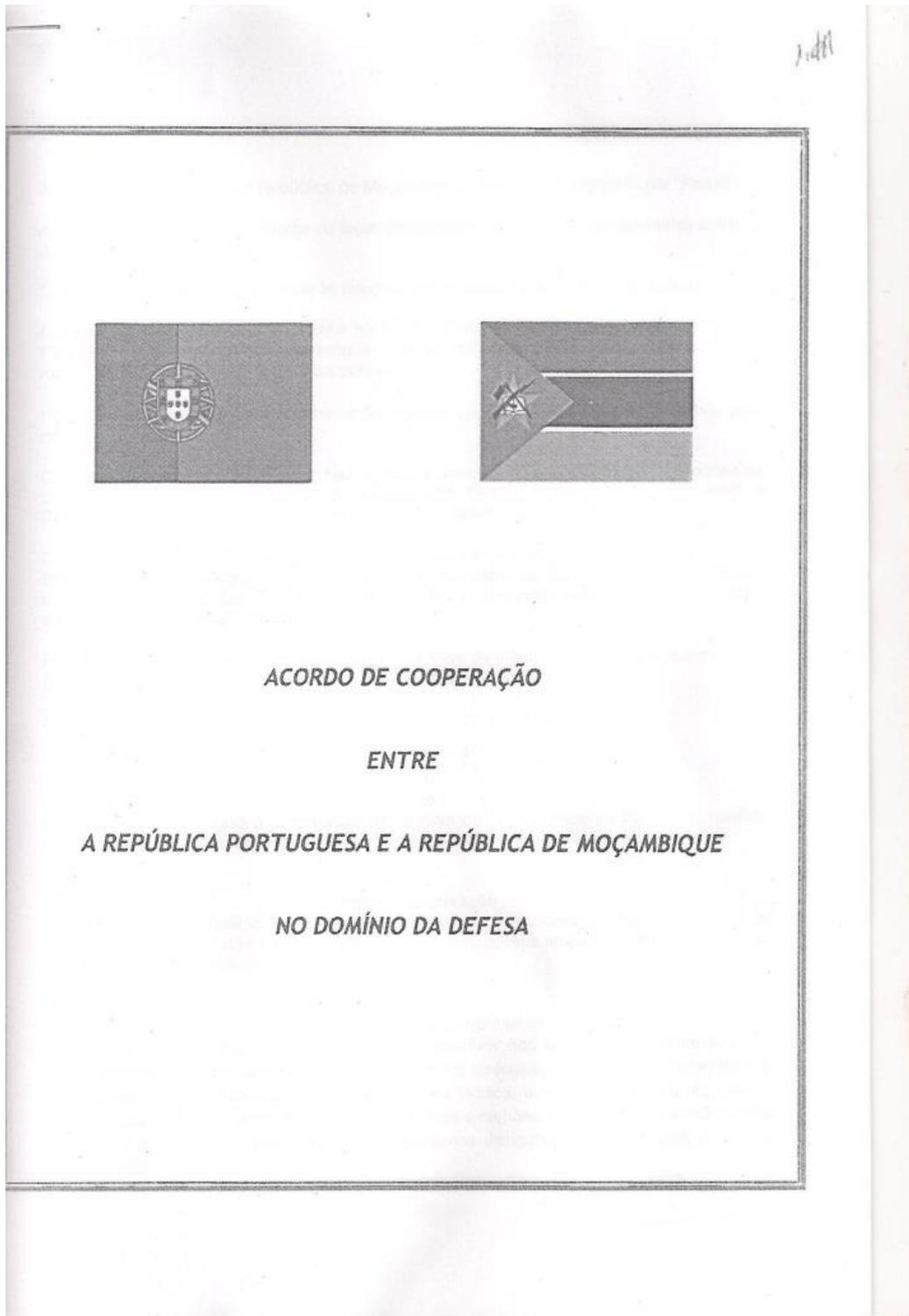
ANEXOS

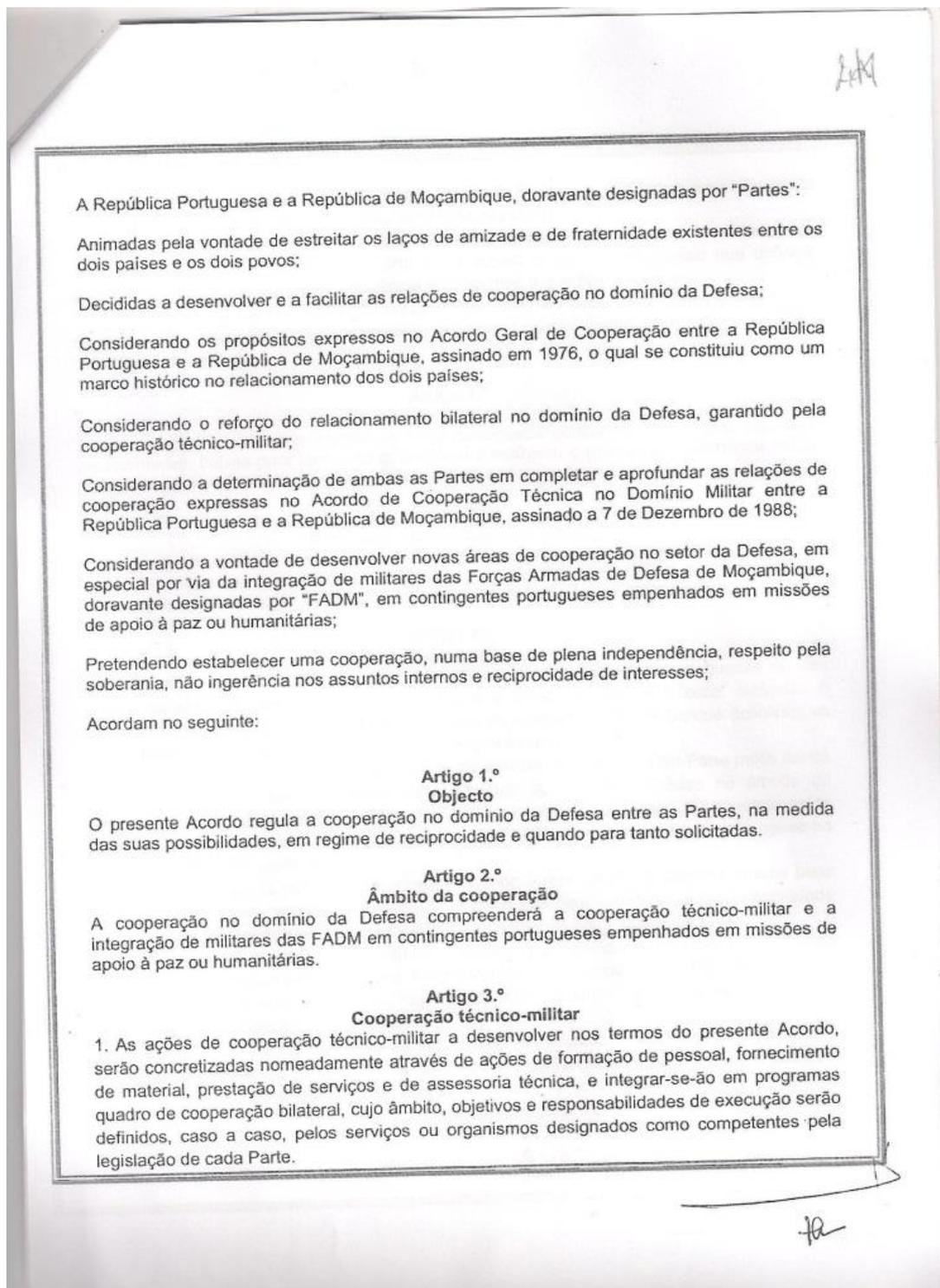
Anexo A – Etapas de Procedimento Científico



Anexo B - Acordo de Cooperação Técnica no Domínio Militar entre a República Portuguesa e a República de Moçambique

(04 de julho de 2012)





- 3,14
2. Os termos da cooperação técnico-militar em qualquer das modalidades previstas serão estabelecidos através de protocolos de cooperação específicos.
 3. O pessoal de uma das Partes que frequente cursos ou estágios em unidades ou estabelecimentos militares da outra Parte ficará sujeito a um regime jurídico que definirá, nomeadamente, as condições de frequência e as normas a que ficará sujeito.
 4. O regime jurídico referido no número anterior será definido pelas autoridades competentes de cada Parte, dele devendo ser obrigatoriamente dado conhecimento à outra Parte por meio de notas diplomáticas.

Artigo 4.º
Bolsas

Para execução do presente Acordo, a Parte portuguesa concederá, na medida das suas possibilidades, bolsas para formação profissional e estágios, e procurará implementar outras formas de apoio ao desenvolvimento dessas ações de formação.

Artigo 5.º
Integração de militares das FADM

A integração de militares das FADM em contingentes portugueses empenhados em missões de apoio à -paz ou humanitárias processar-se-á nos termos a definir em protocolo de cooperação celebrado para o efeito, sem prejuízo do disposto no presente Acordo.

Artigo 6.º
Indemnizações

1. No caso de morte ou ferimento de militares das Forças Armadas Portuguesas ou das FADM no exercício de funções oficiais, desde o início ao fim da missão, incluindo o aprontamento, abrangendo os momentos e locais de embarque e desembarque definitivo, as Partes renunciam a reclamar qualquer indemnização à outra Parte.
2. As Partes renunciam a todos os pedidos de indemnização contra a outra Parte pelos danos causados aos bens dos seus respectivos Estados que sejam utilizados no âmbito da preparação e execução das operações, incluindo exercícios, se o dano for causado pelos militares das Forças Armadas Portuguesas ou das FADM, no exercício das suas funções no âmbito das referidas operações.
3. Se, além dos danos previstos no número anterior, forem causados danos a outros bens propriedade dos seus respectivos Estados e situados nos seus territórios, a responsabilidade e o montante dos danos serão determinados por negociação entre ambas as Partes.
4. Os pedidos de indemnização por atos ou omissões no exercício de funções oficiais, pelos quais seja responsável um militar das Forças Armadas Portuguesas ou das FADM, e que tenham causado no território da outra Parte danos a um terceiro, serão tratados pelas Partes de acordo com as disposições seguintes:
 - a) Os pedidos de indemnização são apresentados, examinados e resolvidos de acordo com as leis e regulamentos do Estado em cujo território tenha sido gerado o dano a terceiro, aplicáveis na matéria às suas próprias Forças Armadas;
 - b) As Partes poderão liquidar qualquer dessas reclamações e procederão ao pagamento das indemnizações concedidas na sua própria moeda;

41/07

c) O pagamento das indemnizações, quer provenha da solução direta da questão quer da decisão da jurisdição competente de ambos os Estados, bem como a decisão dessa mesma jurisdição negando o pedido de indemnização, vinculam definitivamente as Partes;

d) O pagamento de qualquer indemnização por uma das Partes será comunicado à outra Parte, acompanhado de relatório circunstanciado e de proposta de pagamento;

e) Na falta de resposta no prazo de dois meses, a proposta referida na alínea anterior é considerada aceite e o reembolso será feito por uma das Partes à outra Parte no mais curto prazo possível, na moeda desta última.

5. Os pedidos de indemnização contra os militares das Forças Armadas Portuguesas ou das FADM por atos ou omissões, fora do exercício de funções oficiais, em território português ou em território moçambicano, serão regulados da seguinte forma:

a) As autoridades da Parte em cujo território tenha sido gerado o dano instruirão o pedido de indemnização e fixarão de forma justa e equitativa a indemnização devida ao requerente, tendo em conta todas as circunstâncias do caso, incluindo a conduta e o comportamento da pessoa lesada, e redigirão um relatório sobre a questão;

b) O relatório referido na alínea anterior será enviado às autoridades da outra Parte, que decidirão sem demora se deve ser concedida uma indemnização a título gracioso, fixando, nesse caso, o respectivo montante;

c) Se for feita uma proposta de indemnização a título gracioso e esta for aceite pelo interessado como compensação integral, as próprias autoridades da Parte que indemniza procederão ao pagamento e comunicarão às autoridades da outra Parte a sua decisão e o montante do valor pago.

6. O previsto no número anterior não obsta a que os tribunais competentes da Parte em cujo território tenha sido gerado o dano decidam sobre a ação que possa ser interposta contra um militar das Forças Armadas Portuguesas ou das FADM, conforme o caso, nos termos do Direito vigente.

Artigo 7.º **Encargos**

1. Constituem encargo da Parte solicitante os custos com o transporte de ida e volta do pessoal destinado à frequência de ações de formação ou estágios concedidos pela Parte solicitada, salvo se vier a ser acordado entre as Partes que o encargo seja suportado pela Parte solicitada ou por qualquer outra entidade.

2. Às ações de cooperação que se traduzam em assessorias técnicas aplica-se o seguinte regime de repartição de encargos:

a) A Parte solicitada assegura o pagamento dos custos com o transporte de ida e volta do pessoal nomeado para participar na ação;

b) A Parte solicitante assegura aos elementos integrantes das assessorias referidas no artigo 3.º alojamento adequado nos locais onde venha a prestar serviço em condições a definir caso a caso;

c) A Parte solicitante assegura as deslocações em serviço no seu território necessárias à execução das ações de cooperação.

3. Os encargos previstos na alínea b) no n.º 2 do presente artigo cessam sempre que a Parte solicitante promova a cedência de imóvel destinado à instalação dos elementos da Parte solicitada envolvidos em ações de cooperação.

hr

4. A Parte solicitante assume o encargo, sempre que for caso disso e nas condições que vierem a ser estabelecidas por mútuo acordo para efeito de liquidação, do custo do material fornecido pela Parte solicitada.

5. Cada Parte assumirá os encargos para si resultantes da integração de militares das FADM em contingentes portugueses empenhados em missões de apoio à paz ou humanitárias, sem prejuízo do referido nos números anteriores do presente artigo.

Artigo 8.º
Isenções fiscais

A Parte solicitante isentará de quaisquer impostos ou taxas, aduaneiras ou outras, os materiais que a Parte solicitada fornecer a título gratuito para o apoio de projetos e ações de cooperação, bem como os materiais enviados para apoio às assessorias técnicas especializadas.

Artigo 9.º
Proteção da informação classificada

A protecção de informação classificada trocada no âmbito de cooperação desenvolvida ao abrigo do presente Acordo é regulada por um Acordo sobre Protecção Mútua de Informação Classificada concluído entre as Partes.

Artigo 10.º
Comissão Bilateral

Com vista à boa execução do presente Acordo é criada uma comissão bilateral no domínio da Defesa, que reunirá, no mínimo, uma vez por ano, alternadamente em Portugal e em Moçambique.

Artigo 11.º
Consultas

As Partes concordam em manter consultas anuais a nível de altos funcionários dos departamentos governamentais envolvidos em questões de índole político-militar, que se realizarão alternadamente em Portugal e em Moçambique.

Artigo 12.º
Solução de controvérsias

Qualquer controvérsia relativa à interpretação ou à aplicação do presente Acordo será solucionada através de negociação por via diplomática.

Artigo 13.º
Revisão

1. O presente Acordo pode ser objecto de revisão a pedido de qualquer das Partes.
2. As emendas entrarão em vigor nos termos previstos no artigo 16.º do presente Acordo.

Artigo 14.º
Vigência e denúncia

1. O presente Acordo permanecerá em vigor por um período de três anos renovável automaticamente por períodos iguais e sucessivos.

- 61/01
2. Qualquer das Partes poderá denunciar o presente Acordo mediante notificação prévia, por escrito e por via diplomática, com uma antecedência mínima de 180 dias em relação ao termo do período de vigência em curso.
 3. Em caso de denúncia, o presente Acordo cessará a sua vigência no final do período de vigência em curso.

Artigo 15.º

Alteração fundamental das circunstâncias

1. O presente Acordo poderá ser objecto de denúncia ou de suspensão da sua aplicação, no todo ou em parte, por qualquer das Partes por alteração fundamental das circunstâncias.
2. Qualquer das Partes poderá denunciar ou suspender a aplicação do Acordo nos termos do número anterior mediante notificação prévia, por escrito e por via diplomática, com uma antecedência mínima de 60 dias em relação à data relativamente da cessação de vigência ou da suspensão da aplicação.

Artigo 16.º

Entrada em vigor

1. O presente Acordo entrará em vigor trinta dias após a recepção da última notificação, por escrito e por via diplomática, de que foram cumpridos os requisitos de Direito interno das Partes necessários para o efeito.
2. Com a entrada em vigor do presente Acordo, o Acordo de Cooperação Técnica no Domínio Militar entre a República Portuguesa e a República de Moçambique, assinado em Maputo, a 7 de Dezembro de 1988 cessa a sua vigência.

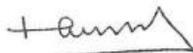
Artigo 17.º

Registo

A Parte em cujo território o presente Acordo for assinado submetê-lo-á para registo junto do Secretariado das Nações Unidas imediatamente após a sua entrada em vigor, nos termos do artigo 102.º da Carta das Nações Unidas, devendo, igualmente, notificar a outra Parte da conclusão deste procedimento e indicar-lhe o número de registo atribuído.

Feito em seis páginas, aos quatro dias do mês de julho de 2012, em dois exemplares originais na língua portuguesa, fazendo ambos os textos igualmente fé.

Pela República Portuguesa



Dr. José Pedro Aguiar-Branco
Ministro da Defesa Nacional

Pela República de Moçambique



Eng.º Filipe Jacinto Nyusi
Ministro da Defesa